

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

GUSTAVO GUILHERME SCHNEIDER

**EXPERIÊNCIA E LUTA POR DIREITOS DOS TRABALHADORES DA
COOPAGRO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR, DE 1970 A 2003**

Marechal Cândido Rondon

2024

GUSTAVO GUILHERME SCHNEIDER

**EXPERIÊNCIA E LUTA POR DIREITOS DOS TRABALHADORES DA
COOPAGRO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR, DE 1970 A 2003.**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca avaliadora como exigência parcial do título de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais.
Orientador: Prof. Dr. Antônio de Padua Bosi

Marechal Cândido Rondon

2024

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Schneider, Gustavo Guilherme

EXPERIÊNCIA E LUTA POR DIREITOS DOS TRABALHADORES DA
COOPAGRO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR, DE 1970 A 2003 /
Gustavo Guilherme Schneider; orientador Antônio de Padua
Bosi. -- Marechal Cândido Rondon, 2024.

143 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal
Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, 2024.

1. Trabalho. 2. Trabalhadores. 3. Experiência. 4.
Cooperativa. I. Bosi, Antônio de Padua, orient. II. Título.

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **GUSTAVO GUILHERME SCHNEIDER**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 1 dia(s) do mês de junho de 2024 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) **Gustavo Guilherme Schneider**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Cíntia Fiorotti Lima, Antonio de Padua Bosi, Fernando Mendonça Heck. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Antonio de Padua Bosi. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "**EXPERIÊNCIA E LUTA POR DIREITOS DOS TRABALHADORES DA COOPAGRO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR, DE 1970 A 2003**". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Cíntia Fiorotti Lima, Fernando Mendonça Heck. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. De acordo com o que está previsto nos § 7º e § 8º do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de **Dissertação** foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Dissertação e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.

Orientador(a) - Antonio de Padua Bosi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Fernando Mendonça Heck
Instituto Federal de São Paulo

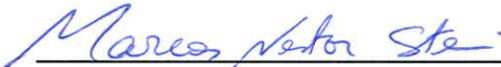
Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **GUSTAVO GUILHERME SCHNEIDER**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

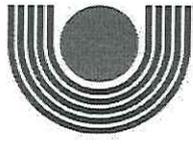
Cíntia Fiorotti Lima

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Gustavo Guilherme Schneider
Aluno(a)



Marcos Nestor Stein
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, EM 1º Junho de 2024

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO DE GUSTAVO GUILHERME SCHNEIDER REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof. Dr. **Antonio de Pádua Bosi**, declaro que participei à distância, de forma síncrona, por videoconferência, e na condição de Orientador, da banca de defesa de mestrado em História do candidato **Gustavo Guilherme Schneider** deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, **EXPERIÊNCIA E LUTA POR DIREITOS DOS TRABALHADORES DA COOPAGRO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR, DE 1970 A 2003**, e a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como membro desta banca de defesa e na condição de Orientador**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o candidato foi considerado **APROVADO** na banca realizada na data de 1º de Junho de 2024.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O candidato foi considerado aprovado.

Atenciosamente,

gov.br

Documento assinado digitalmente
ANTONIO DE PADUA BOSI
Data: 02/06/2024 06:20:40-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Antonio de Pádua Bosi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, EM 1º Junho de 2024

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO DE GUSTAVO GUILHERME SCHNEIDER REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Profa. Dra. **Cíntia Fiorotti Lima**, declaro que participei à distância, de forma síncrona, por videoconferência, da banca de defesa de mestrado em História do candidato **Gustavo Guilherme Schneider** deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, **EXPERIÊNCIA E LUTA POR DIREITOS DOS TRABALHADORES DA COOPAGRO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR, DE 1970 A 2003**, e a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como membro desta banca de defesa**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o candidato foi considerado **APROVADO** na banca realizada na data de 1º de Junho de 2024.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O candidato foi considerado aprovado.

Atenciosamente,



Profa. Dra. Cíntia Fiorotti Lima
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, EM 1º Junho de 2024

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO DE GUSTAVO GUILHERME SCHNEIDER REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof. Dr. **Fernando Heck**, declaro que participei à distância, de forma síncrona, por videoconferência, da banca de defesa de mestrado em História do candidato **Gustavo Guilherme Schneider** deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, **EXPERIÊNCIA E LUTA POR DIREITOS DOS TRABALHADORES DA COOPAGRO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR, DE 1970 A 2003**, e a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como membro desta banca de defesa**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o candidato foi considerado **APROVADO** na banca realizada na data de 1º de Junho de 2024.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O candidato foi considerado aprovado. O trabalho é de excelente qualidade de pesquisa. Bastam apenas algumas correções apontadas durante a banca.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Fernando Heck
Instituto Federal de São Paulo – Campus Avançado de Tupã



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE MESTRADO PARA
BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA
SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente Gustavo Guilherme Schneider, declaro que realizei a minha DEFESA DE MESTRADO à distância, de forma síncrona e por videoconferência do trabalho intitulado: **EXPERIÊNCIA E LUTA POR DIREITOS DOS TRABALHADORES DA COOPAGRO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR, DE 1970 A 2003**, para banca examinadora realizada na data de 1º de Junho 2024 .

Atenciosamente,

Gustavo Guilherme Schneider

Programa de Pós-Graduação em História Universidade
Estadual do Oeste do Paraná

PEQUENA REFLEXÃO PESSOAL

De algumas coisas que tive a oportunidade de vivenciar, a experiência da universidade foi algo que marcou minha trajetória enquanto sujeito. Cresci em uma família de pequenos agricultores, em que trabalhar duro era essencial para garantir comida na mesa. Desde que me lembro, minha família nunca teve recursos para me proporcionar certos luxos e confortos. Por isso, assim que tive a oportunidade de trabalhar, trabalhei. Com 16 anos, comecei a trabalhar em uma fábrica. Embora seja questionável do ponto de vista da legislação atual, meu primeiro emprego era em uma linha de produção, trabalhando à tarde e à noite. A necessidade de ajudar em casa e o senso de dever me motivaram a trabalhar e estudar durante os cinco anos em que permaneci na fábrica. Foi nesse tempo que comecei a estudar História na Unioeste e sou grato até hoje por fazer essa escolha.

Da graduação à pós-graduação, como aluno de Universidade Pública, tracei minha trajetória enquanto acadêmico e pesquisador. Foi um percurso marcado por “algumas curvas e muitos buracos”, mas posso dizer que o processo pelo qual passei e as experiências que tive contribuíram para minha formação enquanto sujeito e disso tenho muito orgulho. Orgulho ainda maior por ter realizado essa trajetória em uma Universidade Pública e de Qualidade que é a Unioeste.

Ainda me referindo a minha trajetória, não teria como não deixar de reconhecer a importância do professor Antônio na minha jornada acadêmica, tanto durante a graduação quanto agora no mestrado. Ele sempre foi uma fonte de inspiração e admiração para mim. Para alunos trabalhadores, conseguirem bolsas de iniciação científica ou de docência pode ser difícil devido à falta de tempo, ou às burocracias envolvidas. No entanto, lembro-me claramente do dia em que o Professor Antônio me convidou para participar de um projeto. Essa oportunidade teve um impacto significativo na minha trajetória acadêmica e sou grato ao Antônio pela paciência e pelas sugestões que me motivaram a seguir a carreira de pesquisador e tentar ingressar no programa de mestrado.

Após concluir minha graduação em 2018, continuei enfrentando desafios financeiros como muitos trabalhadores. Nos anos seguintes, concentrei-me em melhorar minha situação e consegui um emprego no serviço público. Embora não fosse na área de ensino, mas em uma posição mais modesta, esse período me proporcionou a oportunidade de conhecer diversos trabalhadores e suas lutas por direitos. Envolver-me nessas questões foi enriquecedor. Durante o período em que estive afastado da universidade, busquei um tema para ser objeto de estudo no mestrado, mas muitas vezes minhas pesquisas não resultavam em nada concreto. Foi então

que conheci a Coopagro, uma cooperativa agrícola que levava o nome do bairro onde cresci. Não foi seu tamanho ou atuação que me chamou atenção, mas sim a história de seus trabalhadores. Muitos deles estavam lá desde a fundação da cooperativa, e suas trajetórias, experiências e lutas me impressionaram. Quando a Coopagro fechou em 1995, após ter sua liquidação aprovada em assembleia, muitos trabalhadores entraram com ações trabalhistas para receber o que lhes era devido. No entanto, o processo não foi tão simples quanto deveria ser. Diferentes fatores, como recursos de outros credores da cooperativa e a demora na liquidação do patrimônio, atrasaram o pagamento das verbas até o ano de 2003. Mas durante todo esse tempo, os trabalhadores se organizaram e lutaram para receber seus direitos.

Em maio de 2003, a greve de fome organizada por ex-trabalhadores da Coopagro em frente ao fórum de Toledo foi um marco decisivo na escolha do tema da minha pesquisa. Sendo eu mesmo um trabalhador, fazia todo o sentido estudar a experiência desses indivíduos. A ideia de analisar, questionar e narrar a história desses sujeitos se transformou no projeto que foi aprovado, trazendo-me grande satisfação, principalmente por ter a oportunidade de participar de um programa de pós-graduação em uma universidade pública.

Este breve trecho que antecede a introdução deste trabalho é uma oportunidade para lembrar que a vida nem sempre é fácil. Alguns leitores podem pensar que estou me desculpendo antecipadamente por problemas futuros, mas a verdade é que estou apenas expressando minha gratidão por ainda estar vivo e escrevendo. No primeiro semestre do meu mestrado, sofri um acidente que resultou em duas vítimas e uma fatalidade, o que me deixou traumatizado e com vontade de desistir de tudo. Quando nos machucamos, podemos curar as feridas, mas quando ferimos os outros, a cicatriz emocional demora a sarar. Passei meses sem ânimo, com pensamentos sombrios e raiva de mim mesmo. No entanto, retomar a escrita e apresentar este texto me lembra que consegui superar e que hoje continuo pesquisando, escrevendo e vivendo.

Por fim, preciso deixar registrado o agradecimento à banca que apreciou o trabalho e contribuiu de forma significativa para a confecção desta dissertação. À professora Cintia e ao professor Leandro, muito obrigado pelas sugestões e apontamentos, eles foram fundamentais para alinhar algumas partes do trabalho, por isso não posso deixar de registrar meu agradecimento aos dois professores e registrar minha admiração por ambos. Ao professor Fernando, também deixo registrada minha admiração, infelizmente só o conheci no momento da banca de qualificação, mas tenho que agradecer por todas as sugestões feitas e ao desafio na confecção dos mapas com as localizações dos entrepostos da Coopagro, muito obrigado Fernando pelas considerações que contribuíram para o amadurecimento desse trabalho.

RESUMO

Experiência e Luta por Direitos dos Trabalhadores da Coopagro no Município de Toledo - PR, de 1970 a 2003.

O presente trabalho tem como objetivo discutir, problematizar e analisar a experiência e as lutas dos trabalhadores da Coopagro em Toledo-PR. Diferentes sujeitos se empregaram na cooperativa durante as décadas de 1970 e 1980, constituindo uma experiência, formando famílias, conquistando bens materiais enquanto trabalhavam na Coopagro. Fundada em 1970, a cooperativa atuou em Toledo e região, em diferentes segmentos, chegando a empregar aproximadamente 2 mil funcionários de forma direta no final da década de 1980. No início da década de 1990, a cooperativa entrou em processo de liquidação e demitiu seus funcionários. Alguns recorreram à justiça do trabalho para reivindicar seus direitos, enquanto outros optaram por não o fazer, devido a diversos fatores, incluindo pressões exercidas pela classe dominante. Os trabalhadores que entram na justiça aguardam por quase 10 anos o pagamento de suas ações. Analisar como os sujeitos interpretam o fechamento da cooperativa e como se organizam para buscar seus direitos se constituem como objetivos dessa pesquisa.

Palavras-chave: trabalho; trabalhadores; cooperativa.

RESUMEN

Experiencia y Lucha por los Derechos De los Trabajadores de Coopagro en el Municipio DE Toledo - PR, de 1970 a 2003.

El presente trabajo tiene como objetivo discutir, problematizar y analizar la experiencia y las luchas de los trabajadores de Coopagro en Toledo-PR. Diferentes sujetos se emplearon en la cooperativa durante las décadas de 1970 y 1980, constituyendo una experiencia, formando familias, adquiriendo bienes materiales mientras trabajaban en Coopagro. Fundada en 1970, la cooperativa operó en Toledo y la región, en diferentes segmentos, llegando a emplear aproximadamente 2 mil empleados de forma directa a finales de la década de 1980. A principios de la década de 1990, la cooperativa entró en proceso de liquidación y despidió a sus empleados. Algunos recurrieron a la justicia laboral para reclamar sus derechos, mientras que otros optaron por no hacerlo, debido a varios factores, incluyendo presiones ejercidas por la clase dominante. Este estudio busca entender y problematizar cómo estos individuos perciben el trabajo en Coopagro y cómo la cooperativa se relaciona con ellos. El cierre de la cooperativa y la interpretación de este proceso por parte de los trabajadores constituyen el objeto de investigación de este trabajo.

Palabras clave: trabajo; trabajadores; cooperativa.

Lista de Quadros

Quadro 1. Número de autos trabalhistas envolvidos contra a Coopagro.....	95
--	----

Lista de Figuras

Figura 1. Publicidade vinculada no Jornal da Coopagro em sua Edição 01.....	23
Figura 2. Cidades com entrepostos da Coopagro.....	28
Figura 3. Capa da edição do Jornal do Oeste, nº1611 de 26 de junho de 1991.....	57
Figura 4. Capa da edição do Jornal do Oeste, nº1611 de 26 de junho de 1991.....	60
Figura 5. Notícia sobre a Coopagro.....	104
Figura 6. Capa do jornal do Oeste.....	114
Figura 7. Página do caderno Cidade-Estado do Jornal do Oeste.....	117
Figura 8. Capa do Jornal do Oeste.....	121
Figura 9. Capa do Jornal do Oeste.....	122
Figura 10. Página do Jornal do Oeste.....	126
Figura 11. Página do Jornal do Oeste.....	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: “NÃO, A COOPERATIVA SEMPRE PAGOU CERTINHO...”: TRABALHO E EXPERIÊNCIAS NA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DO OESTE (COOPAGRO).....	15
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMATAÇÃO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DO OESTE (1970-1980)	17
1.2 TRABALHO NA COOPAGRO: EXPERIÊNCIAS E CONSIDERAÇÕES DE EX- TRABALHADORES DA COOPERATIVA	34
CAPÍTULO 2: “EU ME SENTI IGUAL UM FRANGO SAINDO DE UM GALINHEIRO...”: EXPERIÊNCIA E LUTA POR DIREITOS DOS TRABALHADORES DA COOPAGRO (1990-2000)	49
2.1 CRISE DA COOPAGRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	50
2.2 EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES DA COOPAGRO	66
CAPÍTULO 3: DAS DISPUTAS NA JUSTIÇA À GREVE DE FOME: LUTA DE CLASSES E EMBATES PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA COOPAGRO.....	87
3.1 PROCESSAR E ESPERAR: EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES COM LITÍGIO CONTRA A COOPAGRO	89
3.2 DO SUICÍDIO À GREVE DE FOME: CONSEQUÊNCIAS, ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS EX-TRABALHADORES DA COOPAGRO	114
CONCLUSÕES PRELIMINARES	132
REFERÊNCIAS	136
ANEXO – LISTA DE FONTES E DOCUMENTAÇÕES SOBRE A COOPAGRO	139

INTRODUÇÃO

Sempre tive interesse em pensar sobre o trabalho e os trabalhadores. Como trabalhador e filho de trabalhadores, a rotina diária de trabalho tem sido uma constante desde os meus 16 anos. Nesse contexto, estudar e compreender os trabalhadores, suas experiências e lutas, sempre foi um interesse pessoal. O contato com a temática da Coopagro ocorreu por “acaso”. Durante uma pesquisa em alguns repositórios de jornais, deparei-me com uma matéria que relatava uma greve de fome realizada em 2003 por ex-trabalhadores de uma cooperativa que funcionou em Toledo. Ao aprofundar minhas pesquisas, descobri que a cooperativa era a Coopagro (Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste), que atuou em Toledo e na região entre as décadas de 1970 e 1990.

No início da década de 1990, a cooperativa passou por um processo tumultuado de fechamento. Em meio a uma crise econômica nacional, surgiram inúmeras acusações de corrupção. A Coopagro, que até o final dos anos 1980 era vista positivamente e considerada uma das maiores empresas de Toledo, passou a acumular dívidas. Durante esse período, a cooperativa tinha entrepostos em diferentes municípios das regiões Oeste e Noroeste do Paraná. Com vários postos para recebimento de grãos, mercados e empresas, empregava aproximadamente 2 mil trabalhadores no início da década de 1990.

Esses indivíduos construíram suas trajetórias de vida enquanto trabalhavam na Coopagro e com suas demissões, muitas em 1993 e outras nos anos seguintes, encontraram-se em uma situação complexa. Desempregados, muitos trabalhadores entraram na justiça com reclamações trabalhistas, enquanto outros optaram por não o fazer. Essa escolha pode estar relacionada à pressão exercida pela comissão liquidante da cooperativa e pelas classes dominantes do município de Toledo.

Os trabalhadores que optaram por processar a cooperativa enfrentaram um processo marcado por inúmeras privações, subemprego, dívidas e mudanças de residência. Desde o ingresso das ações até o recebimento delas, muitos desses sujeitos aguardaram dez anos (1993-2003). Durante esse processo de espera, surgiram inúmeras disputas em relação ao patrimônio da Coopagro, que estava em liquidação. De um lado, os trabalhadores, com créditos preferenciais; de outro, os credores, alegando que possuíam preferência para receber valores; e, por fim, a própria comissão liquidante da cooperativa, que de certa forma “protelou” a liquidação e o pagamento das dívidas. A partir dessas disputas, com sucessivos recursos impetrados no processo, ocorreu o atraso no pagamento dos trabalhadores.

Esses indivíduos se organizaram, perceberam e deram significado à demora nos pagamentos. Os trabalhadores realizaram protestos e mobilizações para pressionar a justiça a agilizar o pagamento de suas ações. Desse processo, surgiu a organização dos trabalhadores em uma greve de fome, iniciada em 1º de maio de 2003, por cinco ex-trabalhadores da Coopagro. Esses sujeitos, com trajetórias, histórias e experiências distintas, se organizaram há algum tempo e começaram a realizar manifestações para cobrar da justiça a agilidade no pagamento de suas causas. Eles permaneceram acampados em greve de fome, em frente ao Fórum da Comarca de Toledo, por sete dias. Após a desistência de alguns trabalhadores, por questões de saúde, a greve foi suspensa e, de certo modo, “cumpriu” um papel importante, o da mobilização dos trabalhadores e a concessão de um possível acordo para o pagamento das ações. Eles ainda ficaram acampados por mais sessenta dias em frente ao Fórum até o pagamento de suas ações. Este processo se constituiu como tema de interesse para análise na dissertação.

Para organizar o texto, convencionou-se pensar em uma divisão de capítulos. Deste modo serão produzidos três capítulos: o primeiro busca abordar a atuação da cooperativa e as relações que estabelece com os trabalhadores; o segundo capítulo buscará analisar a experiência dos trabalhadores e a crise da Coopagro na década de 1990. No terceiro capítulo, buscar-se-á analisar os processos de disputas e a organização dos trabalhadores da cooperativa para conseguir o desfecho de suas causas.

Quanto ao primeiro capítulo produzido para este texto, buscou-se analisar e problematizar a atuação da Coopagro em Toledo e na região. Ao deliberar sobre essa questão, levou-se em consideração a “ausência” de trabalhos específicos sobre a cooperativa. Apesar de não ser uma temática nova em termos de produção historiográfica, analisar e problematizar a atuação da Coopagro de 1970 até o final da década de 1980 auxilia a compreender algumas questões quanto a sua relação com seus trabalhadores. Nesse sentido, foi utilizada como fonte uma série de matérias jornalísticas, essas de periódicos que circularam entre 1970-1980. A partir da análise desse material, pode-se perceber que a cooperativa, em seu processo de atuação, construiu uma imagem que atrelava seu funcionamento a um determinado “progresso” para quem estava com ela vinculada.

Quanto à forma de se analisar e trabalhar com esse tipo de fonte, convém realizar uma pequena explanação: deve-se levar em consideração uma série de questões. A primeira delas trata de analisar o jornal não como um reflexo da realidade, mas como um produto, constituído por interesses de financiadores ou de grupos locais. Neste sentido, busca-se analisar nos jornais, elementos como sua propriedade e controle editorial. Essa questão permite entender determinadas posições, focos e tendências do jornal. Outro ponto importante a ser considerado

diz respeito ao contexto histórico e aos detalhes de produção do periódico em questão a ser analisado. A partir da análise desse elemento é possível perceber a circulação de determinadas matérias, o contexto de produção do jornal e suas condições técnicas de produção e circulação. Também se faz necessário pensar no público-alvo para determinado jornal, e onde ele circulava. Assim como serão analisados os jornais que abordam a história da Coopagro, cuja circulação era local e regional, como o próprio Jornal da Coopagro que possuía um público específico, no caso, os agricultores da região. Pensar, por fim, nos conteúdos e objetivos que o jornal costuma apresentar em suas matérias. Nesse sentido, estabelecer questões sobre como determinado assunto é abordado e quanto à forma que está sendo abordada pelo jornal¹.

Segundo Tânia Regina de Luca, ao analisarmos esse tipo de fonte, é necessário considerar alguns elementos como: as motivações, quem escreve, como escreve, a organização dos escritores, colaboradores e estruturas utilizadas na composição dos artigos². Além disso, não se pode considerar esse tipo de fonte como “reflexo” de uma verdade incontestável, uma vez que, ao serem produzidos, os jornais levam em seu escopo interesses de diversos grupos. Neste sentido, tentaremos abordar os jornais que circularam no período e a forma como a Coopagro é abordada neles.

A maneira como os trabalhadores percebem essa relação de “progresso” e suas contradições também é abordada no primeiro capítulo. Como a Coopagro foi uma empresa que, durante sua atuação, teve uma multiplicidade de ocupações e atividades vinculadas à sua atuação, definir o perfil, a experiência e a atuação dos trabalhadores, em sua multiplicidade de atuações, é algo complexo. Nesse sentido, temos sujeitos envolvidos em atividades de recebimento de grãos, trabalhadores de mercado (varejo), trabalhadores de linha de produção (fiação), postos de combustível, transportadora, crédito etc. Esses trabalhadores possivelmente compartilham em suas narrativas uma imagem da cooperativa como a “fornecedora” de um trabalho relativamente estável. Essa visão seria fruto de uma série de benefícios que a cooperativa oferecia aos trabalhadores, materializada em determinados períodos, na construção de planos de cargos e salários. Além desses elementos financeiros, outros, que compunham a remuneração dos trabalhadores, estavam atrelados à possibilidade de compras a prazo nos mercados da cooperativa, além de uma possível assistência em saúde destinada aos trabalhadores e seus dependentes.

1 Como exemplo, pode citar a obra de Maria Helena Capelato, como sua pesquisa: CAPELATO, M. H. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. Outros autores como Tânia Regina de Luca forneceram contribuições importantes para a análise de jornais.

2 DE LUCA, T. R. A História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. *Fontes Históricas*. 3 ed. 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015. p.141

Essa memória do período em que trabalhavam na cooperativa e outras posteriores merecem algumas considerações teóricas que norteiam a análise de um modo geral. Segundo Pollak³, a memória se constitui enquanto um fenômeno complexo e multifacetado, sujeito a disputas, conflitos e competições entre diferentes narrativas e versões do passado. Neste sentido, ao analisarmos e problematizarmos essas memórias é importante pensar não apenas os aspectos de continuidade e estabilidade da memória, mas também os momentos de ruptura e reescrita da história. Outra questão a ser considerada quando nos debruçamos na análise destas é perceber e problematizar a interação constante entre o presente e o passado, evidenciando como as circunstâncias atuais influenciam a emergência e a interpretação de lembranças, especialmente daquelas relacionadas a eventos traumáticos. O autor apresenta a memória como um campo de batalha onde diferentes atores e processos estão envolvidos na construção, desconstrução e reconstrução das narrativas coletivas.

O trabalho e a experiência trabalhista desses sujeitos serão analisados e buscar-se-á problematizá-los, a partir de entrevistas orais com ex-trabalhadores da Coopagro. A partir da análise dessas, pode-se perceber em seus relatos – para além da visão de uma empresa que pagava bem e dava relativa estabilidade – algumas contradições quanto à atuação desta. Os trabalhadores percebem o trabalho na cooperativa como algo positivo. No entanto, esse processo não é imune a contradições. Ao trabalharmos com fontes orais, levamos em consideração que não se trata de uma fonte neutra. Ela é permeada pela parcialidade do sujeito que narra, a partir de suas vivências e memórias. Da forma como narra, por vezes sendo reflexo da sua condição atual, em um ato de interpretação de suas memórias.

Neste sentido, Portelli⁴ destaca que a história oral não possui um sujeito único; ela é contada por uma variedade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente requerida pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. A parcialidade aqui significa tanto algo inconcluso quanto tomar partido. Segundo Portelli, a história oral nunca pode ser contada sem envolver posições, pois estas existem no contador. Não importa quais sejam suas histórias e crenças pessoais, historiadores e entrevistados raramente estão do mesmo lado. A confrontação de suas diferentes parcialidades, sejam elas conflitos ou busca por unidade, segundo o autor, é uma das coisas que torna a história oral tão interessante. Como fonte, narrada por sujeitos, com uma multiplicidade de experiências distintas, que narram suas histórias,

3 POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

4 PORTELLI, A. et al. O que faz a história oral diferente. Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História, v. 14, 1997.

muitas vezes influenciada por suas vivências atuais, em que o ato de narrar também constrói sentidos. Neste ponto, convém ressaltar a utilização de fontes orais na construção e problematização do primeiro e segundo capítulos.

No segundo capítulo, analisaremos o processo de crise da cooperativa e a relação que estabelece com seus trabalhadores. Por volta de 1993, em meio a inúmeras denúncias de má gestão, desvio de dinheiro e uma crise econômica nacional com a troca de moedas, a Coopagro decidiu em assembleia liquidar seu patrimônio. Nesse contexto, ocorreu a desmobilização do patrimônio, com a demissão de trabalhadores. Considerando que, segundo dados oficiais da cooperativa, no final da década de 1980 a Coopagro contava com aproximadamente 2 mil funcionários, o encerramento de suas atividades deixou muitos trabalhadores desempregados. O desemprego e o contexto de fechamento da cooperativa podem ser percebidos como algo traumático para os trabalhadores. Deste modo, problematizar como os indivíduos percebem e significam o fechamento da cooperativa é um dos objetivos deste segundo capítulo.

No terceiro capítulo, serão analisadas as disputas estabelecidas pelos trabalhadores da Coopagro na Justiça do Trabalho e na Justiça. Buscar-se-á, analisar e problematizar como esses sujeitos disputam direitos ou por vezes escolhem não o fazer devido às pressões exercidas pelas classes dominantes. Antes de prosseguir com o texto, convém estabelecer um pequeno parêntese quanto a determinada questão da pesquisa. Nesse ponto, me refiro a questão que envolve o sindicato, que defendeu os trabalhadores no período, ingressando com ações coletivas. Nesse sentido, convém apontar uma *mea culpa*. A documentação levantada no poder judiciário é, de modo geral, composta de reclamações trabalhistas individuais e o processo de liquidação extrajudicial da Coopagro onde ocorreram sucessivos recursos. Deste modo, considerando apenas dissídios individuais, tem-se uma amostra de 256 processos referentes a Toledo, dos quais, devido ao tempo e condições tive efetivo acesso a 132 autos movidos por diferentes sujeitos, pautando diferentes reivindicações e mais o processo de liquidação.

Soma-se a esse número, um dissídio coletivo movido pelo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio, o qual possivelmente agrupava uma quantidade maior de sujeitos, representados pelo sindicato nesta ação. Refiro-me ao processo nº 0224100-35.1992.5.09.0068 movido pelo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Toledo-PR. A atuação do sindicato, teve, possivelmente, um papel importante no processo de disputas protagonizado pelos trabalhadores para o recebimento de seus direitos. No entanto, e nesse sentido reconheço a minha falta nesta parte da pesquisa, a documentação levantada sobre a atuação do referido sindicato foi escassa. Durante a estada em Londrina para consulta dos autos trabalhistas, devido ao tempo, não foi possível consultar esse processo em específico. Nesse sentido, o papel que o sindicato

desempenha, a forma como os sujeitos percebem sua atuação e, a sua atuação nas disputas, se constitui enquanto uma falha na pesquisa a qual devo reconhecer.

Perceber como os trabalhadores interpretam, narram e experienciam um processo que vai da entrada na justiça até o recebimento de suas ações se trata de um processo complexo. No período em que diferentes sujeitos decidem disputar direitos sonegados pela Coopagro, os mesmos por vezes são privados de emprego, se submetem a trabalhos precários ou mesmo mudam de cidades. Quanto aos que entraram com ações, sejam individuais ou coletivas, a demora no recebimento se constitui em um processo que marcou suas trajetórias. Com o trânsito em julgado da maioria das causas até meados de 1997, os trabalhadores aguardam até 2003 para o recebimento de seus valores. Em um processo marcado por sucessivos recursos que atrasavam a liberação de suas verbas, esses sujeitos se organizaram e buscaram pressionar a justiça para pôr fim à demora no pagamento de suas causas. Os trabalhadores se manifestaram, organizaram atos, fizeram greve de fome, acamparam em frente ao fórum, como forma de pressionar. Nesse sentido, no terceiro capítulo buscar-se-á analisar os processos de disputas e a organização dos trabalhadores da cooperativa para conseguir o desfecho de suas causas.

CAPÍTULO 1: “NÃO, A COOPERATIVA SEMPRE PAGOU CERTINHO...”: TRABALHO E EXPERIÊNCIAS NA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DO OESTE (COOPAGRO)

Ao conversar com diferentes pessoas, em minhas andanças por Toledo, sempre escutei que a Coopagro, antiga Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste, era uma das maiores empresas da cidade durante as décadas de 1970-1990. Esse fato sempre despertou minha curiosidade sobre a história desta cooperativa e, principalmente, sobre a trajetória e experiência de seus trabalhadores. Outro motivo para esse interesse foi o fato de ter residido, por um período, em um bairro que leva o nome da cooperativa. Minha curiosidade aumentou ainda mais quando encontrei uma matéria jornalística intitulada “Ex-empregados da Coopagro fazem greve de fome em Toledo⁵”. Essa notícia e as inquietações que eu já possuía me motivaram a realizar uma pesquisa sobre a Coopagro e seus trabalhadores.

A ideia inicial era entender como uma cooperativa, que, no senso comum, seria uma das maiores empresas do município, entra em “falência”. No entanto, ao realizar as devidas considerações e analisar a documentação reunida durante o processo de pesquisa, optou-se por privilegiar a trajetória dos trabalhadores da cooperativa. Analisar e problematizar como percebem esse processo e reivindicam seus direitos. Deste modo, o título desse capítulo evidencia essa decisão. Ele contém um pequeno trecho de uma entrevista com o ex-trabalhador Gilmar⁶ que nela, em diferentes momentos, abordou algumas questões sobre o seu trabalho na Coopagro. Ao narrar, o trabalhador evidencia a passagem de um período, em que possuía satisfação por trabalhar na cooperativa, passando pelo sofrimento pela demora no pagamento de suas ações trabalhistas. Ora, contando sobre seu ingresso na cooperativa e permanência nela por quinze anos. Ora, narrando a década de 1990, com o fechamento da cooperativa, disputando direitos sonogados. Esse trabalhador, assim como outros, percebe sua experiência e trajetória de trabalho na Coopagro, servindo de base para analisar e problematizar a atuação desta na região.

Com essas considerações realizadas, o próximo passo a ser executado foi o de empreender o processo de pesquisa, seleção, análise e problematização de documentação sobre

⁵ MARTINS, J. Ex-empregados da Coopagro fazem greve de fome em Toledo. Folha de Londrina, Londrina, 16 nov. 2019. Economia. Disponível em: www.folhadelondrina.com.br/economia/ex-empregados-da-coopagro-fazem-greve-de-fome-em-toledo-445434.html?d=1. Acesso em: 20 abr. 2018.

⁶ GILMAR. Entrevista concedida a Gustavo Guilherme Schneider. Toledo, 25 out. 2022. 1 arquivo .mp3 (73 min. 16 seg.)

a cooperativa. Deste modo, foi encontrado um conjunto de fontes documentais, compostas por jornais de circulação no município de Toledo-PR, documentos oficiais da cooperativa, os quais abordam a atuação desta durante as décadas de 1970 (sua fundação) até a década de 1990 (seu fechamento). Além deste material, foram analisados processos trabalhistas e entrevistados ex-trabalhadores da Coopagro. É importante ressaltar que foi encontrada uma quantidade considerável de documentos que versam sobre a cooperativa, esse material foi encontrado principalmente em jornais que circularam em Toledo-PR. E, devido ao tempo e ao próprio recorte da pesquisa, muitos desses documentos não foram utilizados. Como será abordado posteriormente, para a construção deste capítulo, serão utilizados um conjunto de periódicos, documentos oficiais da cooperativa e a entrevista com dois ex-trabalhadores da Coopagro.

O objetivo deste capítulo é analisar a estruturação da Coopagro na região de Toledo, bem como as relações entre a cooperativa e seus trabalhadores. Para isso, serão analisados e problematizados os sentidos e avaliações que os trabalhadores atribuem às suas vivências de trabalho na Coopagro, assim como o modo como a cooperativa se estruturou e buscou explicar sua atuação na região. Para auxiliar no processo de contextualização da pesquisa, optou-se por dividir este primeiro capítulo em duas partes. A primeira abordará o processo de criação e consolidação da Coopagro em Toledo-PR e na região Oeste do Paraná. Na segunda parte, será abordada a experiência e as percepções do trabalho e da cooperativa por seus trabalhadores. Convém ressaltar que o estudo da história da cooperativa, em si, não é o objeto principal deste capítulo. No entanto, considerou-se necessário expor esse processo por dois motivos específicos.

O primeiro aspecto a ser considerado refere-se à limitação das fontes orais. Durante o processo de pesquisa, os trabalhadores encontrados e entrevistados ingressaram na Coopagro durante a década de 1980. Em seus relatos, aparecem indiretamente como conhecem a história da cooperativa e como interpretam a atuação desta em Toledo e na região. Entender como a empresa se constituiu pode possibilitar a análise de como os trabalhadores interpretam e significam suas relações com ela. O segundo ponto, que será abordado posteriormente, diz respeito às produções historiográficas. Durante a pesquisa, foram identificadas poucas produções específicas sobre a cooperativa. Nesse sentido, cabe ressaltar que as pesquisas referentes às cooperativas não são um tema novo na historiografia regional, no entanto, existem poucas abordagens sobre a Coopagro de forma específica. A segunda parte deste capítulo buscará analisar e problematizar as relações estabelecidas entre os trabalhadores e a cooperativa. Como narram e valoram suas experiências, interpretando suas relações com a Coopagro.

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMATAÇÃO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DO OESTE (1970-1980)

Ao iniciar a abordagem desse tópico pela história da cooperativa, procura-se examinar sua atuação e identificar as relações entre a Coopagro e a experiência dos trabalhadores. Embora não seja o foco principal do estudo, busca-se analisar e problematizar o seu processo de formação e as possíveis contradições deste. Assim, é importante pontuar que, ao historicizar e analisar a atuação da cooperativa, é possível estabelecer considerações acerca das expectativas, experiências, sofrimentos e anseios dos trabalhadores. Deste modo, levou-se em consideração a historiografia regional⁷, sobre a cooperativa e o cooperativismo na região. Nesse sentido, deve-se ressaltar que a pesquisa não se trata de uma temática inovadora, muitos estudos históricos foram realizados a partir de diferentes abordagens e problemáticas⁸.

Adamy, em sua tese de doutorado, aborda as disputas das frações de classe dominantes em torno da cooperativa de Cascavel⁹. O objeto de estudo da pesquisadora tem como recorte a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel). Em sua pesquisa, temos uma referência sobre a Coopagro. Ao dissertar acerca da Cooperativa Agroindustrial de Campo Mourão e sua atuação na região Oeste do Paraná, a autora discorre o seguinte: “Quando da falência da Coopagro, cooperativa estabelecida em Toledo, a Coamo adquiriu parte da sua massa falida e absorveu número significativo de seus associados¹⁰.”

A autora, dissertando acerca da Coamo, apresenta informações sobre a falência da Coopagro e a incorporação de seus bens, que foram adquiridos por aquela. Outra referência no texto de Adamy, quando esta disserta sobre o processo de crise que afetou a Coopavel e a sua

⁷O primeiro passo da pesquisa buscou informações sobre a Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste (Coopagro) em bases de dados acadêmicas. De modo geral, o levantamento desses dados, consistiu em consultar repositórios de conteúdos acadêmicos determinados termos, como: “Coopagro”, “Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste”, “Cooperativa Oeste do Paraná” e “Cooperativa Toledo-PR”. O retorno obtido identificou artigos e citações sobre a Coopagro em determinados trabalhos acadêmicos. No entanto, isso não significa que se tenha esgotado a possibilidade de outras produções sobre a cooperativa de modo específico. As bases de dados utilizadas foram o Periódicos Capes, o Google Scholar e o Scopus. Os resultados encontrados são apresentados na sequência do capítulo.

⁸Neste sentido, destaco as produções do Programa de Pós-graduação em História da UNIOESTE (PPGH-UNIOESTE). Além de diferentes trabalhos realizados nas áreas como geografia, desenvolvimento rural sustentável e sociologia.

⁹ADAMY, I. S. Terra, poder e cooperativismo no Oeste do Paraná: o caso da COOPAVEL. 2019. 274 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

¹⁰ Ibid. p.147.

reestruturação, é uma comparação com o caso da Coopagro. Segundo a autora, dada a crise financeira e a ausência de interessados em assumir a estrutura da cooperativa, como, segundo ela, o caso da Coopagro, a alternativa encontrada pelos cooperados da Coopavel foi a de realizar a reestruturação desta¹¹.

O caso da Coopavel será retomado posteriormente. Neste momento, utilizei-o para contextualizar exemplos de dados que foram obtidos em pesquisas sobre produções que tinham como objeto de estudo cooperativas e cooperativismo na região Oeste do Paraná. E no caso da Coopagro, quanto à ausência de produções significativas sobre a cooperativa de forma específica. A menção à cooperativa no texto da autora não aprofunda informações e nem contextualiza mais especificações a respeito da Coopagro, além de informações sobre o seu processo de fechamento, por se tratar de uma situação parecida com o ocorrido com a Coopavel, o objeto de sua tese.

Outros autores, em suas pesquisas, citam a cooperativa. Cito nesse caso o professor Davi Félix Schreiner, que, no seu livro sobre a formação da cultura do trabalho no extremo Oeste do Paraná, aborda algumas questões sobre a Coopagro¹². Segundo o autor, a cooperativa, juntamente com a mecanização da agricultura, buscou aumentar a produção de itens como soja e milho, além do escoamento de produtos manufaturados da região Oeste do Paraná, especialmente de Toledo.

Dênis Bell'Haver, em sua dissertação,¹³ também menciona a Coopagro. O objetivo do trabalho deste autor foi o de analisar e compreender o processo de formação da classe dos trabalhadores rurais de Toledo, assim como as alterações na forma de trabalhar e viver no campo, a partir de suas experiências. Dênis cita a Coopagro quando aborda as modificações do trabalho no campo, com a adoção de determinadas práticas que modificaram a forma de trabalhar, levando à formação da cooperativa na década de 1970¹⁴. Como será abordado posteriormente, a Coopagro, enquanto objeto de estudo, possui algumas nuances que permitem analisar as relações de trabalho no campo, podendo, esse ponto, ser desdobrado em outra pesquisa.

¹¹ Id. p.190

¹² SCHREINER, D. F. **Cotidiano, Trabalho e Poder**: a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná. Toledo-PR: Editora Toledo, 1997.

¹³ BELL'AVER, D. J. Terra e Trabalho: a constituição do campo e dos trabalhadores rurais em Toledo-PR (1955-1970). 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013.

¹⁴ Ibid. p.32.

A pesquisadora Talita Santana, que em sua dissertação buscou analisar as narrativas femininas e a atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Toledo¹⁵, em determinado momento de sua pesquisa citou a Coopagro. No qual aborda questões sobre o envolvimento de trabalhadoras rurais em atividades que eram desenvolvidas por movimentos sociais, poder público e pela cooperativa em questão¹⁶. O envolvimento da Coopagro em atividades que envolviam a formação de trabalhadoras também aparece na obra de Fabíola de Andrade. Em sua dissertação¹⁷, a autora, a partir de um estudo de caso, com trabalhadoras urbanas e rurais que residiam no município de Toledo e comercializavam itens na feira do produtor, com o objetivo de compreender as estratégias dessas mulheres, que conduzem ao seu empoderamento, cita a Coopagro. Fabíola aborda a participação da cooperativa no processo de regulamentação do espaço de venda da feira do produtor. A participação da cooperativa, em diversas atividades que circundam a realidade do município durante certo período, foi uma constante.

Citar, no entanto, todas as obras e pesquisas que estudam a cooperativa de forma específica nesse texto o tornaria muito moroso e enfadonho, já que são em quantidade relativamente grande. A incidência de outras produções acadêmicas e historiográficas apresenta resultados sobre o termo “Coopagro” se referindo ao bairro Jardim Coopagro¹⁸, ou aborda alguns aspectos da história da cooperativa de forma sucinta.

As produções realizadas por diferentes pesquisadores – abordadas em distintos contextos, com variados objetos e cada qual com seu mérito específico – nortearam esse material a fim de compreender alguns aspectos que permeiam a atuação da Coopagro em Toledo. A ideia, por fim, foi chamar a atenção do leitor para as poucas pesquisas realizadas especificamente sobre a cooperativa. Deste modo, realizar a contextualização da história da cooperativa é o que se propõe a seguir, e as diferentes produções também auxiliam nesse processo.

Antes de abordar o processo de formação da Coopagro, é necessário estabelecer algumas considerações, de modo geral, sobre o histórico do cooperativismo e sobre a atuação

¹⁵ SANTANA, T. M. "Sou mulher e quero participar!": narrativas de mulheres do Conselho Municipal da Condição Feminina e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Toledo-PR (1985-2014). 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

¹⁶ Id. p.51

¹⁷ DE ANDRADE, F. J. R. "O empoderamento da mulher: um estudo empírico da Feira do Produtor de Toledo/PR". 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e do Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010.

¹⁸ A título de exemplo, em pesquisa realizada pelo termo Coopagro, obteve-se o retorno de inúmeros artigos, que têm como temática principal o bairro, sua constituição e outras questões sobre este.

das cooperativas no âmbito nacional e regional. De modo geral, pode-se apontar a origem histórica do cooperativismo com a organização produtiva em Rochdale, na Inglaterra, no ano de 1844. Neste contexto, 28 associados buscaram um “modo de produção alternativo” ao capitalismo, a partir da criação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Esta foi transformada no ano de 1852 na Cooperativa Rochdale. No decorrer do século XX, esse modelo de produção se expandiu pelo mundo, sendo organizado em diferentes empresas do tipo coletiva e com organização democrática. Essas buscavam a defesa da supremacia do interesse geral sobre o individual.

Pode-se elencar sete princípios sobre os quais o cooperativismo se fundamenta. São eles: 1. Adesão livre e voluntária desde que, uma vez associado, cumpra com as respectivas responsabilidades; 2. Gestão democrática que estabelece direito de voto, participação e decisão a todos os associados/cooperados de modo igualitário; 3. Participação econômica dos cooperados através da aquisição de cotas; 4. Autonomia e independência de decisão dos associados; 5. Educação, formação e informação promovidas a trabalhadores e cooperados; 6. Intercooperação com cooperação entre os associados ou entre diferentes cooperativas; 7. Interesse pela comunidade que conduz ao trabalho conjunto pelo desenvolvimento sustentável e gera benefícios sociais e econômicos para toda a sociedade. Ainda quanto aos princípios que norteariam a atuação do cooperativismo, podemos apontar outra característica, no contexto do século XIX, à qual o cooperativismo se contrapõe. Trata-se da rejeição à intervenção estatal na economia e a defesa da iniciativa privada como força motriz do desenvolvimento econômico.

No Brasil¹⁹, o cooperativismo surge inicialmente na forma das Caixas Cooperativas, no Rio Grande do Sul, em 1889. Neste contexto, esse modelo foi marcado por duas formas de atuação, que possuem divergências entre si, quanto a suas atuações: combater os intermediários financeiros e comerciais; e buscar a superação das desigualdades sociais existentes nas relações do campo. Estas últimas seriam realizadas por meio do controle e políticas executadas pelo Estado. Fajardo²⁰ apresenta uma análise sobre a inserção do movimento cooperativista no Brasil. Esse movimento, segundo o autor, foi inicialmente regulado por legislação em 1903, através do decreto n.º 979, o qual considerou a organização cooperativa como parte das organizações sindicais, indicando: seu caráter societário e representativo.

¹⁹ MENDONÇA, S. R. A Hegemonia do agronegócio no Brasil: uma construção em disputa. Espaço Plural. Ano XII. N.24. 1º semestre, 2011.

²⁰ FAJARDO, S. A ação das cooperativas agropecuárias na modernização da agricultura no estado do Paraná, Brasil. *GeoTextos*, 2016. p.209

Em 1971, segundo o autor, foi promulgada a Lei nº 5.764, que estabeleceu a Política Nacional de Cooperativismo e o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas. As diretrizes gerais para a atuação das cooperativas, assim como o Conselho Nacional do Cooperativismo (CNCOOP) e a estruturação de fundos financeiros foram dispostos nessa lei. Em seu artigo 2º, parágrafo único, a lei estabeleceu que o Estado teria o dever de oferecer assistência técnica e incentivos financeiros e creditícios destinados à criação, ao desenvolvimento e à integração das cooperativas. Quanto a essas subvenções, elas estariam ligadas às aspirações econômicas do poder público em um momento e contexto histórico de crescimento econômico²¹. No contexto, as cooperativas agrícolas e agropecuárias tiveram papel importante no processo de reorganização e modernização do campo, principalmente no final da década de 1960, sendo utilizadas como um dos principais meios de inserir a região na dinâmica da economia mundial. Esse processo, conforme menciona Adamy²², abriu caminho para o que se convencionou chamar de agronegócio.

Quanto à definição de cooperativa, de modo geral, podemos considerar que ela é uma associação horizontal de pessoas que buscam interesses comuns. Essas aspirações podem levar os diferentes sujeitos que iniciam a constituição de uma cooperativa a uma integração vertical. Isso pode ocorrer por diversos motivos, como a redução dos custos de transação, o aumento ou prevenção do poder de mercado e a minimização dos riscos. Além disso, a integração vertical pode ser entendida como a união de diferentes processos econômicos, como produção, distribuição e vendas. No contexto do cooperativismo agropecuário, essa integração pode promover o fortalecimento do setor, seja por meio de compras coletivas mais vantajosas, seja pela comercialização ou industrialização da produção.

Esse tipo de cooperativa, voltada para a produção agrícola, ou agroindustrial, apresenta determinadas peculiaridades quanto a sua ação, tanto em relação como administra e integra a produção de seus associados, quanto na construção de relações com outras empresas. Conforme dispõe Bialoskorski Neto²³, isso não se deve apenas ao fato de ser uma empresa que mantém um certo nível de integração, tanto para trás quanto para frente, participando acionariamente em outras empresas do setor, sejam elas cooperadas ou não. Ao agregarem suas economias individuais para formar uma estrutura intermediária entre produtores e mercado, algumas

²¹ DUARTE, L. M. G.; WEHRMANN, M. E. S. F. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural**, p. 13, 2006.

²² Id. p.122

²³ BIALOSKORSKI NETO, S. **Agribusiness cooperativo: economia, doutrina e estratégias de gestão**. 1994. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. pág.56

funções dessas economias particulares são transferidas para a economia coletiva. Dessas pode-se destacar as compras em grupo, gerando economia em descontos na aquisição de insumos.

Rocha²⁴ em sua tese de doutorado aborda a existência de quatro dimensões distintas no cooperativismo. A primeira, segundo a autora, está relacionada à instituição e seu vínculo com o mercado, o que exige que siga certos padrões de conduta para garantir sua competitividade em relação a outras empresas do setor agrícola. Esses padrões podem conferir à cooperativa uma aparência de organização capitalista e, eventualmente, transformá-la em uma empresa privada.

A segunda dimensão, segundo Rocha, se refere às relações entre as diferentes categorias de produtores que compõem os membros ou associados da cooperativa. Esses produtores têm graus variados de integração ao mercado e se unem por meio de um projeto associativista para se apropriar da parte excedente produzida por suas atividades e se defender contra a contínua deterioração de seu poder de troca com outros setores da sociedade. Embora a cooperativa seja idealmente democrática, na prática, podem surgir conflitos em razão de interesses individuais e grupais que nem sempre são compartilhados por todas as categorias de produtores.

A terceira dimensão surge da interação entre as diferentes categorias de produtores e determina os objetivos da cooperativa, que nem sempre são explícitos. Isso pode privilegiar uma categoria de produtores em detrimento de outras, conhecidas como produtores simples de mercadorias. No entanto, a relação de dominação não implica na destruição desses produtores, por serem fundamentais para a reprodução da cooperativa, especialmente em razão das condições de produção de determinados produtos agrícolas, que inviabilizam a produção capitalista por não oferecerem o lucro mínimo requerido por esse sistema. Por fim, a quarta dimensão está relacionada às relações entre a cooperativa e o Estado.

Quanto à Coopagro, ela foi fundada em 8 de agosto de 1970, com o nome inicial de Cooperativa Agrícola do Oeste, congregando inicialmente 27 agricultores, conforme relatado por um documento produzido pela diretoria²⁵. Nos primeiros anos, a Coopagro procurou desenvolver uma estrutura para o recebimento de grãos, seja diretamente, seja por meio de intermediários. No início de suas atividades, ela recebia itens como soja, trigo, milho e sorgo, buscando oferecer, segundo a documentação, melhores condições na venda desses produtos aos seus associados. Nos primeiros três anos de atuação, ela apresentou um “saldo significativo” de

²⁴ ROCHA, E. E. R. B. **O cooperativismo agrícola em transição: dilemas e perspectivas**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP: [s.n.], 1999.

²⁵ Coopagro. Documento 1550, pasta 22, 21 de janeiro de 1988. Museu Histórico Wily Barth. Toledo-PR.

associados, com 2.010 produtores da região vinculados e uma capacidade de armazenamento de 87.600 toneladas, além de contar com entrepostos em Nova Santa Rosa e na sede em Vila Nova. Arelada ao recebimento de grãos, a Coopagro ofereceu assistência técnica aos seus associados com o intuito de modernizar determinadas práticas e otimizar a produção dos agricultores.

Desde 1972, a Coopagro já produzia sementes para os associados e intermediava políticas de crédito rural. Com a consolidação de um quadro considerável de sócios, a Coopagro mudou seu escopo de atuação. Em 1979, iniciou o processo de mudança na política de comercialização de itens e iniciou o recebimento de uma variedade maior de produtos. Além da soja, milho e trigo, a cooperativa passou a aceitar em seus entrepostos, itens como café, algodão, arroz, amendoim, cana, feijão, mandioca, fumo, tremoço e girassol. Nesse período ocorreu uma alteração estatutária, na qual a Coopagro, que em sua fundação era uma cooperativa de produção, tornou-se uma cooperativa mista. Ao modificar sua base de recebimento econômico, além de dinamizar sua atuação, visou integrar mais produtores da região como associados.

Os diferentes jornais que circularam em Toledo, durante as décadas de 1970-1980, se constituem como fontes que permitem perceber o processo de criação, estruturação e expansão da Coopagro. Enquanto documento, a utilização e análise deste tipo de material merece algumas considerações e cuidados teóricos metodológicos. Ao analisarmos esse tipo de fonte, é necessário considerar alguns elementos como as motivações, quem escreve, como escreve, a organização dos escritores, colaboradores e estruturas utilizadas na composição dos artigos²⁶. Além disso, não se pode considerar esse tipo de fonte como “reflexo” de uma verdade incontestável, uma vez que, ao serem produzidos, os jornais levam em seu escopo interesses de diversos grupos.

As iniciativas de publicidade dessas ações têm dois objetivos principais. Primeiro, reforçar o papel da cooperativa no enfrentamento de momentos adversos na política de créditos e financiamento da agricultura. Segundo, informar sobre as ações da cooperativa e fomentar práticas para a adequação da produção dos cooperados. O departamento de comunicações desempenha um papel fundamental nesse processo, distribuindo jornais nos entrepostos e vinculando programas diários em rádios. Inicialmente, essas publicações eram destinadas apenas aos cooperados, mas é possível supor que também contribuíram para a divulgação dos atrativos da Coopagro e seu desenvolvimento.

²⁶ Ibid. p.141

Jornais produzidos pelo departamento de comunicação começaram a circular em 1977 e realçaram essa perspectiva. “Criada a 7 anos, a Coopagro já congrega inúmeros associados e oferece vantagens para a produção²⁷”. Matérias como esta e outras associadas ao manejo correto de pragas da lavoura, acesso a linhas de crédito, venda de maquinários mais modernos para otimizar a produção da lavoura, a importância da cooperativa na vida do produtor, foram os temas mais abordados. Além da divulgação das ações da Coopagro, que dão a tônica nas publicações do jornal, são veiculadas informações locais e regionais relacionadas à atuação cooperativista. Esse tipo de publicidade aparece em outros periódicos e reforça essa imagem de “progresso” que a cooperativa trazia aos seus cooperados e a região²⁸.

Neste sentido, podemos notar como a cooperativa estabeleceu e estimulou determinadas práticas a partir do Jornal da Coopagro, a exemplo disso, temos o seguinte anúncio:



Figura 1. Publicidade vinculada no Jornal da Coopagro em sua Edição 01

Fonte: Jornal da Coopagro em sua Edição 01

Essa publicidade foi veiculada na edição 01 do Jornal da Coopagro²⁹, publicado em setembro de 1977, na página 6. Esse recorte apresenta um possível agricultor operando um

²⁷ JORNAL COOPAGRO, 1977. Ano I, n.º 01, 16 pág. Livro 958. 472 pág. Museu Histórico Willy Barth. Toledo-PR. Questões como essa serão retomadas adiante.

²⁸ Durante pesquisa no Museu histórico Willy Barth de Toledo-PR, foram identificados 5 jornais que circularam em Toledo entre 1970 e 1993, dos quais foram identificadas 363 matérias, entre publicidades, artigos e editoriais que apresentam informações sobre a atuação da cooperativa, sua atuação e diversificação, destacando o seu papel para o progresso da região. O que em tese contribui para alavancar uma imagem de progresso associada à atuação da Coopagro em Toledo e região.

²⁹ Publicidade in: **Jornal Coopagro**. Edição n.º01, ano I, pág.6. Setembro de 1977 - Livro 958. 1977 à 1979. 472 pág. Museu Histórico Willy Barth. Toledo-PR

trator. O texto que aparece vinculado ao anúncio apresenta a oportunidade de os associados adquirirem a partir do departamento comercial desde equipamentos mais simples, “até as grandes carretas Scania...”. A publicidade é finalizada com uma sequência de quadrinhos que apresentam um trabalhador carpindo com a enxada, representando aparentemente a dificuldade na lida. O segundo quadrinho apresenta o mesmo trabalhador, só que, ao invés da enxada, ele utiliza um arado de tração animal, ainda apresentando a dificuldade da labuta. O último quadrinho apresenta esse trabalhador operando um trator, com um arado, representando um progresso em seu trabalho.

Apesar de não configurar a temática principal da pesquisa, convém estabelecer algumas considerações sobre a relação que a cooperativa estabelecia com os agricultores a ela vinculados. Neste sentido, é interessante ressaltar a contribuição de Marilucia Ben, em sua obra “Os ‘nós’ da territorialização da Cooperativa Lar: no Oeste do Paraná”³⁰. A autora aborda as contradições presentes nas transformações do campo com o avanço do capital, impulsionado pelo crescimento e a descentralização de cooperativas como a Lar, nos anos 1980 na região Oeste do Paraná. Com a mecanização do campo, introduzida e intermediada pelo chamado cooperativismo, modificaram-se os modos de produção e a presença das cooperativas modificaram as relações de poder no campo, subordinando o agricultor a essas agroindústrias.

Neste sentido, o processo de implementação e oferta de novas tecnologias para o campo, com a implementação de práticas para uma agricultura mais rentável, seja com a oferta de crédito para o financiamento da produção, foram elementos muito utilizados pelas cooperativas. Produzir de determinado modo, seguindo técnicas consideradas modernas, subordinou o agricultor a determinada prática e trabalho agrícola. Esse não é um fenômeno isolado, ou restrito à Coopagro, ou a outras cooperativas que atuavam na região.

Outrossim, esse processo pode ser caracterizado dentro do que se convencionou chamar de modernização da agricultura, ocorrendo não só na região de Toledo. Ele foi impulsionado pela oferta de técnicas, máquinas e acesso a linhas de crédito, transformando uma agricultura predominantemente de subsistência em um modelo comercial hegemônico de produção. No entanto, essa transformação não ocorreu sem consequências para os trabalhadores rurais de pequena escala. De acordo com Graziano da Silva³¹, esse processo gera concentração fundiária, em que a modernização sem alterações na estrutura fundiária resultou na concentração de terras,

³⁰ BEN, M. Os “nós” da territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar: no Oeste Paranaense. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2011.

³¹ GRAZIANO DA SILVA. J. A Modernização Dolorosa. 1982. Rio de Janeiro. Zahar.

levando a uma maior centralização da propriedade rural nas mãos de um pequeno número de proprietários. No bojo do processo de concentração fundiária e como uma de suas consequências, houve o aumento das disparidades de renda. Quanto a essa questão, a modernização sem reforma agrária agravou as desigualdades de renda no campo, ampliando a disparidade entre os grandes proprietários e os pequenos agricultores. Esses aspectos contribuíram para o êxodo rural, em que esses trabalhadores sem meios de acesso a créditos, ou sem a possibilidade de financiar sua produção nos moldes de uma agricultura industrial migraram para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades.

As formas como a Coopagro expôs novas técnicas, tecnologias e vantagens de ser um associado podem estar ligadas a como esta organizava suas atividades. Em termos de organização funcional, a cooperativa estruturou em seus primeiros anos de atuação os departamentos de Planejamento e Controle, Financeiro, Recursos Humanos, Comunicação, Operações de Mercado, Vendas, Materiais e Suprimentos e Assistência Técnica³². A presença de um quadro técnico foi amplamente divulgada pela cooperativa em sua comunicação, o que aparenta ter o objetivo de qualificar sua atuação, pautada em uma assistência qualificada ao produtor, em que ele disporia de mão de obra qualificada e boas condições de atendimento³³. Deste modo, temos um quadro que nos informa a atuação da cooperativa no início das suas atividades e num processo produtivo, em que a partir da oferta de assistência técnica e crédito, esta possibilitava o aumento da produção dos seus cooperados.

Entre essas décadas (1970-1980), a Coopagro consolidou suas atividades de recebimento de grãos e iniciou a organização de um Complexo Agroindustrial (CAI). Nesse contexto, a cooperativa participou, em 1973, do V Seminário de Cooperativismo no Paraná — PIC (Projeto Iguaçu de Cooperativismo), que foi importante para definir sua política de expansão e diversificação. O PIC, segundo Reis e Flores³⁴ que estudaram sua influência na Cooperativa Lar, foi um projeto que surgiu da união de diferentes organizações governamentais na década de 1970 e que serviu de modelo para o cooperativismo nacional. Esse projeto resultou na formulação do Projeto Integrado de Desenvolvimento do Cooperativismo (PIDCOOPS), que visava: “[...] uma forma de mobilização técnica operacional em favor do cooperativismo, de

³² Relatório da Coopagro. Pasta 39. Arquivo 526. Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

³³ Consta em relatório produzido pela Coopagro, referente a recursos humanos, a presença de 505 trabalhadores denominados Técnicos, entre médicos veterinários 2, engenheiros agrônomos 20, técnicos agropecuários 15, economistas 1, administradores 2, além de outros trabalhadores.

³⁴ REIS, M B; FLORES, C. R. O Projeto Iguaçu de cooperativismo e a formação do cooperativismo do agronegócio: o caso da Cooperativa Agroindustrial Lar. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 2, p. 209 – 221, 2020.

modo a integrá-lo racionalmente e a organizá-lo em moldes e em escala compatível com as exigências do processo de modernização em âmbito estadual, regional e microrregional³⁵”.

Nesse contexto, o número de associados também apresentou um salto significativo dentro de sua área de atuação estatutária, conforme documentação produzida pela diretoria³⁶, passou de 2.010 em 1973 para um total de 4.247, residentes em 14 municípios distintos em 1980³⁷. Os dados registrados quanto ao tamanho das propriedades dos associados apresentam as seguintes características: de até 4 alqueires (1.066 propriedades), de até 20 alqueires (2.401 propriedades), de até 80 alqueires (395 propriedades) e com mais de 80 alqueires (51 propriedades) e sem registro do tamanho (334 propriedades). Os principais produtos comercializados nesse período eram o trigo, a soja, o milho e o algodão³⁸. A soja e o trigo aparecem como os itens mais cultivados, com um total de 36.776 e 30.578 alqueires de área cultivada, respectivamente, além do milho com 9.090 alqueires de área cultivada.

Quanto ao aumento das dimensões de atuação da cooperativa, é possível apontar um quadro, construindo a partir de documentos oficiais desta, no qual pode-se observar o seguinte panorama:

DADOS	1975	1980	1987
Nº de unidades	6	15	55
Nº de associados	2.903	4.368	6.697
Nº de técnicos	12	31	83
Nº de produtos recebidos	5	16	20
Nº de trabalhadores empregados diretamente	318	595	2.289

Tabela1. Dados da Coopagro de 1975 a 1987

³⁵ Ibid. p.211

³⁶ Coopagro. Documento 1550, pasta 22, 21 de janeiro de 1988. Museu Histórico Wily Barth. Toledo-PR

³⁷ Conforme apontando em relatório o município com mais associados era Toledo com 2.629 associados. Além destes, na região a Coopagro ainda contava com 1.221 associados distribuídos entre Assis Chateaubriand, Cascavel, Palotina, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Matelândia. Na região Noroeste, com a incorporação da COAP, a cooperativa possui 497 associados, estes distribuídos entre Umuarama, Alto Piquiri, Cruzeiro do Oeste e Xambê.

³⁸. Documento 1163. Pasta 80. Museu Histórico Wily Barth. Toledo-PR

Fonte: Produzida a partir de relatórios disponíveis no Museu Histórico Wily Barth de Toledo-PR. Apresenta uma série de dados quanto a atuação da Coopagro entre os anos de 1970 e 1987

Em 1980, a Coopagro contava então com 15 entrepostos para recebimento de produção, localizados na região Oeste (Sede, Vila Nova, Nova Santa Rosa, Bragantina, São Pedro, Ouro Verde, Tupãssi, Jotaesse, Luz Marina e Lopeí). Neste período, os principais produtos recebidos na região eram o milho, trigo e a soja. Além destes, neste período a cooperativa iniciou o recebimento de leite e suínos. No início da década, foi incorporada a Cooperativa Agropecuária Piquiri Ltda. (COAP), cooperativa que atuava na região noroeste do estado, com sua infraestrutura e maquinários para processamento de café e algodão. A partir disso, a cooperativa passou atuar onde a antiga cooperativa possuía entrepostos (Alto Piquiri, Cruzeiro do Oeste, Umuarama, Xambrê e Brasilândia)³⁹.

No que diz respeito à mão de obra, é importante ressaltar o significativo aumento de trabalhadores empregados pela cooperativa, que chegou a uma evolução de 620%. Este dado indica o desenvolvimento da cooperativa, que se tornou uma das maiores empresas da região de Toledo. Além disso, a cooperativa empregava uma quantidade considerável de trabalhadores, tanto direta quanto indiretamente. Infelizmente, os dados disponíveis não fornecem informações precisas sobre a estrutura de cargos e hierarquia na cooperativa. O número de unidades da cooperativa teve um aumento de 817% em 12 anos, neste número são considerados além dos entrepostos, os mercados e outras empresas em que a Coopagro possui participação acionária. Quanto ao número de associados, teve um aumento de 1.307% no período. A assistência técnica e o número de produtos recebidos acompanham esse processo de aumento, tendo respectivamente um crescimento de 592% e 300%.

Neste sentido, pode-se visualizar a “capilaridade” de atuação da cooperativa da seguinte forma:

³⁹ Relatório da Coopagro de 1980. Pasta 39. Arquivo 526. Museu Histórico Wily Barth - Toledo-PR

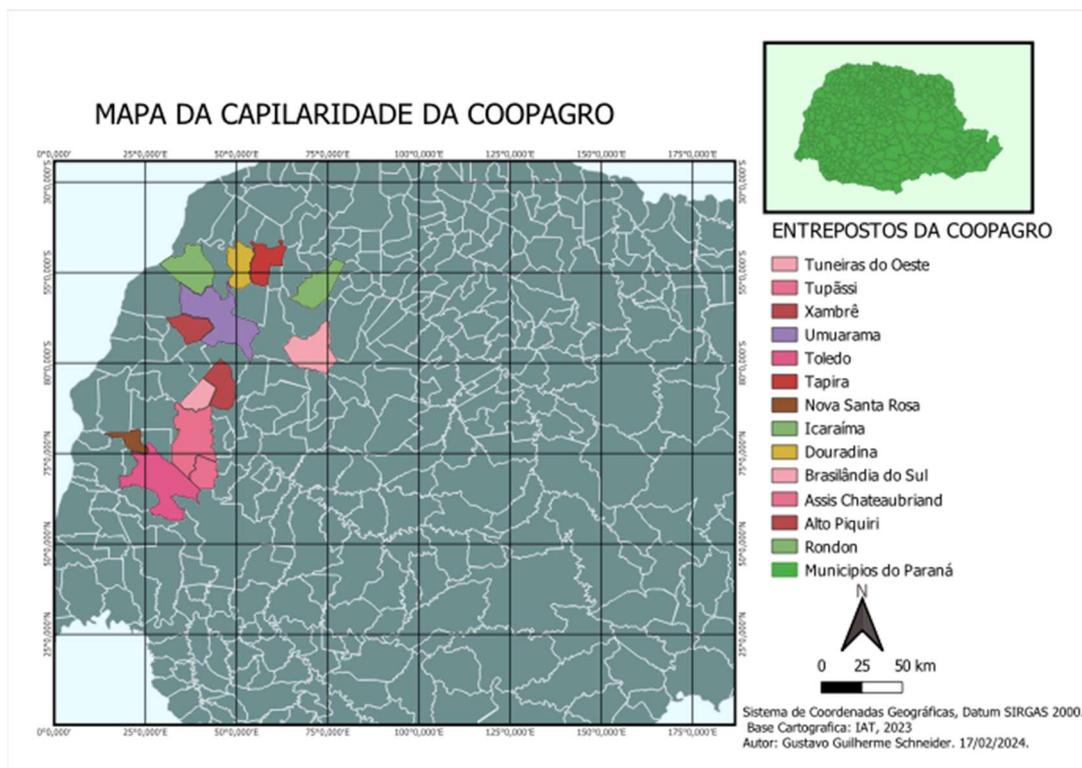


Figura 2. Cidades com entrepostos da Coopagro

Fonte:

Ainda, durante a década de 1980, a cooperativa expandiu sua presença empresarial por meio da aquisição de diversas empresas e da criação de novos empreendimentos. Entre essas iniciativas, destaca-se a criação da Fertioeste, uma fábrica de fertilizantes inaugurada em 1983 para tornar o custo desse insumo mais acessível. Outra empresa criada pela cooperativa foi a TransCoopagro, uma transportadora que surgiu em 1979 para integrar a produção dos pequenos proprietários e facilitar a logística da cooperativa, que destinava seus produtos aos portos por meio da transportadora. Em 1981, foi criada a Credipagro, uma cooperativa de crédito responsável pela intermediação do financiamento da produção. E, ainda durante a década de 1980, a cooperativa adquiriu uma fábrica de ração e iniciou a construção de uma fábrica para o processamento de fios.

Além de se dedicar às atividades de recebimento, venda e processamento de produtos, a cooperativa ampliou seus negócios e ingressou no mercado de bens de consumo. Essa decisão foi justificada, segundo a diretoria da Coopagro, pela escassez desses itens na região onde a cooperativa atuava⁴⁰. Com o intuito de suprir essa demanda, a cooperativa construiu um

⁴⁰ Documento 1150. Pasta 92. Dados Histórico da Coopagro. 1988. Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

mercado e, posteriormente, expandiu sua rede para 33 unidades distribuídas pelos municípios em que atuava no final da década de 1980.

A atuação da Coopagro e sua “capilaridade” foi expressa por jornais de circulação em Toledo em diferentes edições⁴¹. Esses dados possibilitam a elaboração do seguinte quadro: i) em 1978 a cooperativa contava então com 4 mil sócios e 7 entrepostos; ii) em 1980 a Coopagro adquiriu a estrutura da cooperativa COAP, na região Noroeste do Estado e se filiou à Cooperativa Central SUDCOOP (FRIMESA), em 10 anos a cooperativa contava com 18 entrepostos para recebimento de grãos e 7 mercados; iii) em 1981, iniciou os estudos para diversificação da produção, iv) em 1982 foi criada a Credipagro, cooperativa de crédito vinculada à Coopagro e destinada ao fomento dos produtores associados; v) em 1986 a cooperativa iniciou a construção de uma fábrica de ração e adquiriu cotas de uma empresa de fertilizantes; vi) em 1984 a cooperativa possuía 22 entrepostos e nesse ano criou a Oestport Cooperativa de Trabalhadores e Empregados da Coopagro, que trabalhava com itens de marcenaria. Neste ano, a cooperativa empregava direta e indiretamente 2 mil trabalhadores; vii) em 1986 iniciou as atividades da fiação, destinadas à industrialização da produção de algodão dos cooperados.

Quanto à atuação da cooperativa no decorrer do período de 1970-1990, pode-se elencar algumas contradições, que fogem daquela atuação de uma empresa que “crescia e desenvolvia a região” como se relatou em diferentes periódicos do período. Também destoou da fala dos trabalhadores, como será abordado no próximo capítulo, de que era uma empresa segura para trabalhar. Neste sentido, pode-se elencar dois momentos específicos: i) em 1976, com a destituição da diretoria da Coopagro, com acusações de contrabando de sementes; ii) em 1993, desvio de 702 mil dólares, em um processo de pagamento de comissões irregulares.

Quanto à primeira questão, temos como indícios, uma série de matérias vinculadas no ano de 1976 no jornal Tribuna d'Oeste. Este Jornal circulou por Toledo e região entre os anos de 1976 e 1982, possuindo circulação semanal, no formato tabloide, em preto e branco. Teve como diretor Jaime Zeni, apresentou materiais sobre a política local, notícias sobre a região e

⁴¹ Dados compilados a partir de pesquisa no Museu Histórico Wily Barth no ano de 2021 – 2022. Foram utilizados para compor esse pequeno histórico dados extraídos do Jornal a Voz do Oeste (1970-1977), Tribuna do Oeste (1976-1982), Jornal da Coopagro (1977 – 1987), Correio do Oeste (1983-1984) e do Jornal do Oeste (1984-atualmente). Nas edições pesquisadas foram encontradas o total de 575 matérias sobre a Coopagro. O material trata da atuação da cooperativa na região, sua expansão, propagandas, notícias sobre o cooperativismo na região e perfazem o total de 330 edições com matérias que cobrem do período de 1970 a 1993. Sobre o processo de fechamento da Coopagro e a situação dos trabalhadores, constam 245 edições, todas referentes ao Jornal do Oeste e vão do período entre 1993 e 2003

informes agropecuários. De modo geral, o jornal apresentava matérias, menções e editoriais vinculados à atuação de grupo político do município de Toledo, principalmente relacionado à atuação da gestão do prefeito Duílio Genari (1977-1982). Ao analisarmos o material, percebeu-se que, nas edições encontradas que faziam menção à Coopagro, o jornal costumava vincular notícias sobre as vantagens de ser associado à cooperativa e notícias sobre a sua expansão. Esse tipo de material seria possivelmente pago pela cooperativa. Em outubro de 1976, fora desse padrão, há notícias de um possível escândalo com repercussão no município.

A matéria do Jornal Tribuna d'Oeste, em sua capa, apresenta uma retratação, desmentindo o envolvimento de empresa, que pertencia ao um ex-prefeito de Toledo, então deputado Egon Pudell, envolvida no contrabando de sementes, que estariam indo ao Paraguai⁴². Esta matéria aparece com destaque na capa do jornal, sendo seguida por uma nota de esclarecimento da cooperativa, a qual foi classificada pelo jornal como confusa e que não esclarecia os fatos. O questionamento levantado pelo periódico foi “Seria importação ou contrabando que a empresa estaria praticando?”. Neste ponto, não foi esclarecida a natureza da atividade por parte da Coopagro, o que a nota ressaltou foi a não participação do ex-prefeito, e que os “comentários” sobre as irregularidades da cooperativa eram fantasiosos e que seria apresentado um pronunciamento em breve.

Por mais que aparente ser uma notícia em que o jornal apresente participação de um político da região, vinculado à cooperativa como sócio, esse processo desencadeou a destituição da diretoria. Em um primeiro momento, o conselho fiscal foi chamado a se pronunciar e veiculou uma nota no mesmo jornal, dando indícios de que estaria resolvendo o problema⁴³, e mais uma vez ressaltando o não envolvimento do ex-prefeito. Segue-se a isso, a convocação de uma assembleia extraordinária para o mês de dezembro a fim de prestar esclarecimentos aos associados sobre as denúncias⁴⁴. O que se segue na próxima edição aborda convocação dos associados para assembleia que tinha como pauta a eleição de nova diretoria, ou a intervenção federal do INCRA⁴⁵.

A “preocupação” apresentada pelo jornal, sobre essas irregularidades, pode levantar algumas questões. A primeira delas é a repercussão colocada como pauta pelo jornal.

⁴² Tribuna d'Oeste. N.º 60, ano I. 30 de outubro de 1976. *In*: Tribuna d'oeste. 1976 à 1977, edição 41 ao 90. Documento n.º 689 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

⁴³ Tribuna d'Oeste. N.º 61, ano I. 06 de novembro de 1976. *In*: Tribuna d'oeste. 1976 à 1977, edição 41 ao 90. Documento n.º 689 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

⁴⁴ Tribuna d'Oeste. N.º 63, ano I. 26 de novembro de 1976. *In*: Tribuna d'oeste. 1976 à 1977, edição 41 ao 90. Documento n.º 689 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

⁴⁵ Tribuna d'Oeste. N.º 64. Ano I. 03 de dezembro de 1976. *In*: Tribuna d'oeste. 1976 à 1977, edição 41 ao 90. Documento n.º 689 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Possivelmente, associados devam ter se dirigido à cooperativa buscando informações que não devem ter sido satisfatórias. A negação do envolvimento de Egon Pudel pode estar relacionada com determinado alinhamento do jornal, que, em 36 das 52 edições identificadas, fazia menção aos feitos da administração municipal positivamente, além de fazer várias menções ao deputado em questão que também era vinculado à cooperativa.

Outro ponto a ser externado diz respeito a uma possível intervenção de órgão federal na cooperativa. Consta no artigo nº 75 da lei 5.764 de 1971, que regula a atuação das cooperativas no Brasil, a possibilidade de intervenção, quando da liquidação extrajudicial da cooperativa. Não seria necessariamente o caso de intervenção, pois a cooperativa não se apresentava como insolvente. Mas, possivelmente, a preocupação estava relacionada com uma possível auditoria nas atividades desta, conforme ficou externado na edição seguinte do jornal: “A própria opinião pública está consciente de que as irregularidades existem. Por isso, têm-se como praticamente certo a escolha de uma nova diretoria administrativa que encabeçaria a Coopagro provisoriamente⁴⁶”.

Com a escolha de nova diretoria e o afastamento do conselho fiscal, procurou-se dar um respaldo aos associados e dirimir a possibilidade de a cooperativa sofrer intervenção federal, ou mesmo ter suas atividades paralisadas. Fato que ocorreu em 1977 com a eleição de nova chapa⁴⁷. Como existem poucos registros materiais, além do jornal, a respeito desse processo, pode-se apenas inferir sobre a mudança de gestão da cooperativa. A troca na diretoria, possivelmente, não implicou no afastamento definitivo de determinados elementos que possuíam cargos decisórios na cooperativa. Infelizmente, por ausência de material sobre esse processo, não foi possível analisar e problematizar de forma mais aprofundada essa questão. Após a substituição da diretoria, foi um processo de “crescimento” e expansão da Coopagro, o que foi registrado pelos jornais da cooperativa à época. Isto pode ser apontado, como fruto de uma série de mudanças empregadas nas atividades da cooperativa, como a diversificação nas atividades, e como fruto de sucessivos empréstimos, contraídos por esta.

Pode-se elencar alguns indícios desse endividamento da cooperativa como uma das pautas da assembleia convocada em setembro de 1985⁴⁸. “3) Autorização para contratar financiamento de cotas partes para Capital de Giro junto ao BNCC e/ou outros Bancos com garantias de bens móveis e/ou imóveis ou de Notas de Crédito Rural (NCR), conforme

⁴⁶Idem.

⁴⁷ Tribuna d'Oeste. N.º93. Ano I. 20 a 27 de julho 1977. In: Tribuna d'oeste. 1976 à 1977, edição 41 ao 90. Documento n.º 689 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

⁴⁸ COOPAGRO Realiza Assembleia para consolidar seu crescimento. Jornal do Oeste. N.º84 - ano II. Documento 683. Museu Histórico Wily Barth – Toledo, PR.

exigência dos financiadores”. A contratação do empréstimo de 1,5 bilhão de cruzeiros foi realizada para o pagamento de 2,3 bilhões em 4 anos, feita para aplicação na indústria de fios, inaugurada em 1986. Dentro dessa assembleia foi aprovada uma modificação em seu estatuto em que foi criada a auditoria externa (de 1978 até 1986 a cooperativa realizava somente a interna). Ao criar o processo da auditoria, a cooperativa possivelmente visou transmitir uma ideia de confiabilidade ante possíveis “escândalos”, como o ocorrido em 1976.

Quanto a possíveis problemas com obtenção de novos financiamentos ou problemas financeiros, não foram divulgados, ou quando o foram, como foi descrito, colocaram-se as condições econômicas como “oportunidade⁴⁹”. Tanto que, durante a década de 1980, o que se tornou pauta, em diferentes jornais de circulação na região, foi a expansão e criação de outras empresas que seriam vinculadas à estrutura da Coopagro.

No entanto, em diferentes oportunidades esta vinculou discursos sobre a necessidade de mudanças em políticas de preço e do acesso a crédito. Neste sentido, podemos elencar, enquanto indício, uma matéria veiculada no Jornal Tribuna d’Oeste já em 1979⁵⁰, em que se solicitavam “providências urgentes” referente às verbas para o custeio da safra de milho, a qual justificava como:

As alegações contidas na solicitação da Coopagro baseiam-se que nossa região tem passado momentos difíceis em virtude de falta de verbas, nos bancos, para financiamento do milho, urgindo providências neste sentido, sob pena de perecimento de milhares de suínos, devido unicamente a falta de alimentação, embora as propostas que são encaminhadas aos bancos sejam aprovadas, somente não sendo liberadas por falta de verbas⁵¹.

Essa comunicação foi possivelmente produzida e encaminhada pelo departamento de comunicação da cooperativa a jornais da região, sendo vinculada na página 7 do jornal, na seção geral. A falta de recursos abordados pela matéria atesta a dificuldade de acesso a créditos utilizados para o financiamento da produção do milho, o qual era utilizado, neste período, na maioria para a produção de ração, utilizada no trato da suinocultura. Destacando ainda que as propostas eram aprovadas pelos bancos, mas não liberadas por estes por falta de recursos.

⁴⁹ Coopagro. Documento 1550, pasta 22. Museu Histórico Wily Barth. Toledo-PR. Além dese documentação, matérias publicadas em jornais como o Tribuna d’Oeste, A Voz do Oeste, o Jornal do Oeste e o Jornal da Coopagro apresentam matérias que dispõe sobre a expansão e aumento das atividades da Coopagro.

⁵⁰ Tribuna d’Oeste. N.º 175. Ano IV. 07 de julho de 1979. *In*: Tribuna d’oeste. 1979 A 1980, edição 164 ao 210. Documento n.º 690 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

⁵¹ Idem.

Embora a cooperativa pudesse liberar esses recursos, o prazo não era o desejado. Durante as décadas de 1980 e 1990, era comum encontrar matérias nos jornais⁵² da região sobre paralisações, cartas enviadas aos deputados solicitando créditos e outras questões relacionadas a esse fato. No entanto, em comparação, a maioria das notícias veiculadas nesses periódicos tratava da expansão e atuação da Coopagro. Títulos como⁵³: “Coopagro realiza assembleia para consolidar crescimento”, “Coopagro faz pagamento recorde”, “Coopagro confirma boa performance” e “Coopagro transforma 2.400 toneladas de algodão em fio” exemplificam como a cooperativa apresentava suas atividades durante esse período.

A partir das considerações feitas no corpo do texto, pode-se visualizar o quadro de uma cooperativa que se expande durante o período de 1970-1980 de forma considerável. Em um processo que não é homogêneo e sem contradições, ela “constrói” nesse período uma imagem que relaciona sua atuação ao “progresso”. Esse último pautado em um processo de financeirização de safras, seja atuando como intermediária de financiamentos de produtores. Seja contraindo empréstimos destinados a redimensionar sua atuação produtiva. De um modo geral, os indícios apontam para uma atuação da cooperativa pautada por essa questão do endividamento contraído para manutenção e expansão de suas atividades. Neste sentido, cabe estabelecer algumas questões, principalmente voltadas quanto à relação dos trabalhadores com a Coopagro. Como esses sujeitos percebem o trabalho na cooperativa? Como narram e valoram suas experiências nesta?

1.2 TRABALHO NA COOPAGRO: EXPERIÊNCIAS E CONSIDERAÇÕES DE EXTRABALHADORES DA COOPERATIVA

O trabalho na cooperativa fez parte da história e experiência de inúmeros sujeitos na região. Para além desta imagem de uma empresa que oferecia boas condições de trabalho e possibilidades de crescimento, a fala de trabalhadores como Gilmar e Camilo permite perceber determinadas contradições quanto à atuação desta, principalmente referente à década de 1990. Conforme ressaltado na introdução desta pesquisa, analisar esse tipo de fonte, entrevistas, requer alguns cuidados teóricos e metodológicos.

⁵² No período que abrange aos anos 1980 a 1990, tem-se o recorte de dois jornais que repercutiam atuação da cooperativa em Toledo e na região. O Jornal da Coopagro, que tem edições disponíveis até 1987 e o Jornal do Oeste, que inicia suas atividades em 1984 e continua em atividade atualmente.

⁵³ Edições n.º 84, 97, 174, 290, 634, 1612 do Jornal do Oeste, publicadas entre 1985 e 1991. São alguns dos exemplos de vinculações quanto ao “crescimento” da cooperativa, com inauguração de novas unidades.

Sujeitos que construíram trajetórias significam e ressignificam a experiência e suas memórias. Ao trabalhar na cooperativa por determinado período, construíram memórias e as rememoram no ato da entrevista, este tipo de fonte merece uma atenção especial. Deste modo, é importante ressaltar algumas preocupações ao trabalhar com fontes orais. Neste sentido, ao analisar tais fontes e no seu processo de produção, deve-se considerar que os sujeitos narram o processo à luz de suas experiências e vivências atuais, em que o próprio ato de narrar suas histórias e memórias implica em interpretar tal fato⁵⁴. Como narram, os silêncios, as ênfases, as contradições das falas desses sujeitos, permitem estabelecer algumas considerações, analisar e problematizar parte de sua experiência, do seu vivido e da forma como rememoram sua experiência de trabalho.

Antes de abordar a entrevista com Gilmar, é necessário relatar o contexto de sua entrevista. Conhecia a figura do trabalhador, antes de saber que ele trabalhou na cooperativa, a primeira vez que travei conhecimento com esse sujeito, ele era um advogado que detinha cargo em comissão no legislativo do município de Toledo. Após alguns anos realizando a pesquisa em busca de ex-trabalhadores, recebi várias indicações quanto a figura de Gilmar. De modo informal, diferentes sujeitos me relataram que esse trabalhador possuiu uma relação importante com o processo de fechamento da Coopagro e a disputa por direitos dos seus trabalhadores. Com essas informações, busquei Gilmar para realizar uma entrevista com ele.

Depois de algum tempo, consegui agendar com o trabalhador. No dia da entrevista, compareci ao escritório de advocacia de Gilmar, localizado em uma das avenidas movimentadas do município, onde ele atua com seu sócio. Recebeu-me com um aparente entusiasmo, que já me era conhecido. Pela recepção preliminar, registrei algumas informações sobre ele. Um sujeito de baixa estatura, usando óculos, com a voz contundente e expressiva, trejeitos e falas que podem associá-lo a sua profissão. No escritório onde conversamos, ele me expôs vários recortes de jornais e documentos referentes à Coopagro.

O trabalhador, que contava com 63 anos na data da entrevista, nasceu em Guaraciaba, então pertencente a São Miguel do Oeste, Santa Catarina, e veio com a família para Toledo em 1963, aos cinco anos. Residiram inicialmente no distrito de Novo Sarandi em uma propriedade que possuía uma usina hidroelétrica que tinha como propriedade um parente, morando em Novo Sarandi por vários anos. A trajetória profissional de Gilmar, antes de ingressar na cooperativa, é variada. Segundo ele, aos doze anos, por força do trabalho, se deslocaram à cidade, e:

⁵⁴ PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro: vol. 1, n.º.2, 1996. p. 2.

[...] com 12, 13 anos nós já trabalhávamos, eu era garçom na rodoviária velha... depois cobrador de ônibus na... numa... só tinha um ônibus em Novo Sarandi e dois sócios, na época uma Kombi e a maioria do trajeto era estrada de chão... era Toledo e Novo Sarandi e ao contrário, ida e vinda duas por dia. Depois disso passei a trabalhar em uma companhia de asfalto em Novo Sarandi, era a COTREL. Essa empresa foi contratada, então ganhou a licitação pra fazer o asfalto Toledo-Marechal Rondon. Esse asfalto onde quem vai Toledo-Palotina, no trevo lá pra quem vai a Vila Nova, dali até Marechal Cândido Rondon, cujo o operador dessa usina, pra fazer a massa asfáltica, fui eu. Desde o início, ajudei a montar a usina, eu era muito curioso pra esse tipo de coisa. Ajudei os engenheiros a montar cada detalhe usina, usina gravimétrica de asfalto né. E aí eu passei a ser o operador, como eu conhecia tudo, eu aprendi ali, fui treinado e passei a ser o operador. Gostava tanto de trabalhar lá que as vezes pernoitava dentro da cabine de operação, fazendo a massa asfáltica, que foi feito um asfalto quente.

Gilmar, em sua entrevista, valorizou sua prática e seus saberes, o elemento da curiosidade e o fato de aprender bem é ressaltado em sua fala, e ao conversarmos ele externou uma satisfação em seu discurso. Ao valorizar essa experiência, o sujeito insere sua fala em um contexto em que a experiência e a prática possibilitaram uma ascensão profissional pelo conhecimento prático. Isso se expressa pela curiosidade que ele demonstra quando ingressou na usina de asfalto e que segundo o seu relato, após auxiliar os engenheiros na montagem da mesma, o levou à função de operador de máquina. Essa trajetória na usina de asfalto esteve possivelmente marcada pela quantidade de horas extras realizadas pelo trabalhador, em uma jornada estendida. No entanto, esse dispêndio é significado como positivo na entrevista, pois segundo ele “Desde o início, ajudei a montar a usina, eu era muito curioso pra esse tipo de coisa”.

Seu ingresso na Coopagro foi em 1980, como indicação de um dos diretores da cooperativa. Segundo ele, foi um “caso até um tanto inusitado”. É atribuído esse termo, possivelmente, por Gilmar já estar empregado naquele período. Segundo ele, após o retorno de uma viagem à Foz do Iguaçu ele conseguiu uma colocação na Sadia, onde trabalhou por três dias. E, após um encontro com um dos diretores da Coopagro, intermediado pelo seu ex-cunhado, conseguiu uma vaga no setor administrativo da cooperativa. Sobre essa possível casualidade, existem alguns fatores que devemos considerar. O primeiro deles é o fato de o diretor que realizou a indicação ser de “uma família de Novo Sarandi, tradicional de Novo Sarandi”. Fato que podemos supor que influenciou na indicação de Gilmar. Outro ponto a ser considerado é que o trabalhador troca a Sadia, que era uma das empresas que mais empregavam em Toledo e, que os trabalhadores desta, na década de 1980, possuíam um determinado

“*status*”⁵⁵. A troca de emprego da Sadia pela Coopagro também estaria ligada à colocação na cooperativa, um serviço administrativo.

Ao colocar o caso como inusitado, também surge a questão do registro formal do empregado. Gilmar, em sua entrevista, quanto a sua efetivação na cooperativa, diz “na verdade entrei lá no final de 79, eu fui registrado (risos) só em primeiro de março, ou seja, trabalhei três, quatro meses sem registro, recebia normalmente salário tudo certinho”. O registro acabou sendo realizado em 1980, quando ele cobrou essa questão, sendo “efetivado” em março de 1980.

Quanto à atuação da cooperativa, Gilmar trabalhou por 15 anos na mesma, e, no decorrer de sua fala, apresentou informações sobre o desenvolvimento da Coopagro, de sua fundação e atuação. No entanto, ele aborda a partir do processo em que a cooperativa passa a diversificar sua área de atuação. Expondo informações que já possuía sobre a Coopagro antes de ingressar nela, segundo ele “nós sabíamos que a cooperativa à época né, no ramo da atividade agrícola e tudo mais, mista né! Como era o próprio nome né, Cooperativa Agropecuária Mista”. A forma como é relatada a história da Coopagro, pelo trabalhador, retoma um passado idílico, em que “a fundação da cooperativa, [...] se deu por uma meia dúzia de associados lá no distrito de Vila Nova, onde hoje ainda é, os armazéns e silos e tudo mais da atual Coamo”. Expondo que na data de fundação desta “se reuniram e... em cima de sacas sojas, de soja aliás e foram os assentos deles. Lá começaram a delinear ou então articular a fundação de uma cooperativa, ela se iniciou lá no distrito de Vila Nova.” A forma como ele narra o desenvolvimento e formação da cooperativa reflete de certo modo como a Coopagro definiu sua fundação e produziu informações sobre a sua história.

Ao se referir sobre as atividades que a cooperativa desenvolvia, Gilmar aborda um quadro de atuação, no qual a Coopagro passou atuar na década de 1980, com uma diversificação de atividades e expansão de sua área de atuação. Segundo o entrevistado, a cooperativa foi fundada em Toledo e expandiu suas operações para várias localidades da região, como Bragantina, Tupãssi e Jotaesse, entre outras. A principal atuação da cooperativa era no setor agrícola, fornecendo insumos, facilitando negociações e oferecendo financiamento aos produtores de soja, trigo, milho e outras culturas. Além disso, a Coopagro também investiu em diferentes áreas como produção de álcool, beneficiamento de algodão e estabelecimento de uma fábrica têxtil. Essas atividades estariam ligadas a um processo de endividamento, onde a

⁵⁵ FANO, L. B. Migrar, morar e trabalhar: histórias de vida em uma vila operária de Toledo-PR (1970-1990). 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

cooperativa contraia alguns empréstimos e reaplicava o capital das sobras destinadas aos cooperados.

Na fala de trabalhadores, como Gilmar, aparecem alguns indícios quanto a esse endividamento, do qual o trabalhador cita a política de reinvestimento das sobras. Segundo ele, “As sobras... é. Eles reinvestiam, nas outras assembleias eles... faziam assembleia aonde os associados aprovavam o reinvestimento daqueles valores pra aquisição de outros patrimônios...”

Quanto à diversificação das atividades, como a criação de fábricas para o processamento da produção dos cooperados, estaria ligada, conforme abordado, a um processo de endividamento da cooperativa, a partir de inúmeros empréstimos realizados. O primeiro indício desse processo seria a hipoteca de bens – conforme indício apresentado em chamada para assembleia geral em 1979, um dos pontos de pautas era quanto à autorização para hipotecar bens imóveis ao Banco do Brasil⁵⁶. Possivelmente esta deliberação foi aprovada na assembleia, no entanto, não se tem um registro formal de que bens imóveis foram hipotecados ao banco e nem onde foram investidos os possíveis valores arrecadados, o que se supõe é a utilização desses valores para a expansão das atividades da Coopagro.

Outro indício a ser apontado trata sobre os empréstimos realizados e noticiados em alguns periódicos de circulação no município, como o Jornal do Oeste. Criado em 1984, possuiu no início de suas atividades circulação semanal, sendo diário somente a partir de 1985. Sua estrutura é dividida em assuntos corriqueiros da cidade, página policial, coluna do agronegócio em que são tratados temas referentes à produção, modernização e inovações na produção agrícola do município de Toledo e região e coluna do editor em que são abordados temas políticos da cidade. O Jornal possuiu diferentes editores e trocou de dono algumas vezes, mas mantendo como diretor Luís Alberto Costa. Foram encontradas 352 matérias do período de 1984 a 2003 que apresentam menções à Coopagro.

Inicialmente o jornal vinculou diferentes notícias sobre a cooperativa, demonstrando a atuação da cooperativa na região, seus projetos de diversificação de atividades, entre outras notícias do gênero. Tanto que em edição veiculada no ano de 1985⁵⁷ se noticiou o empréstimo no valor de Cr\$ 20 bilhões pelo Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep). Esse valor foi intermediado pelo governo

⁵⁶ Jornal da Coopagro. N.º 16. Ano II. Janeiro de 1979. *In*: Jornal Coopagro - 1977 à 1979. Livro 958. 472 pág. Museu Histórico Willy Barth, Toledo-PR

⁵⁷ Jornal do Oeste. N.º 58. Ano II. 19 a 21 de junho de 1985 *In*: Jornal do Oeste. 1985, edição 34 à 68. Documento n.º 682 Museu Histórico Willy Barth, Toledo-PR.

do estado e seria destinado à implantação da fábrica de fios⁵⁸. A contratação de empréstimos para execução de obras ou ampliação das atividades da cooperativa foi uma constante na década de 1980.

Quanto a distribuição das sobras, conforme determina a lei 5.764 de 1971 em seu artigo 4, inciso VII o “retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral”. Mesmo sendo uma instituição sem fins lucrativos, é patente que as cooperativas retêm capital. O processo de capitalização da cooperativa passa pela assembleia democrática dos cooperados. Uma vez que não se trata de uma instituição autônoma, depende da decisão de seu quadro social para compor a série de objetivos e ações a serem realizados. Na lógica da cooperativa, o produtor entrega sua produção como produtor individual, no entanto, na hora de participar de decisões ele passa a ser um produtor coletivo, sócio de um empreendimento. Decorre disso um problema, a racionalidade do sujeito está voltada para as vantagens individuais que o capital o pode propiciar⁵⁹.

A questão das sobras da Coopagro é um aspecto interessante a ser ressaltado. Até o início da década de 1980, essas eram distribuídas aos seus associados no final do exercício financeiro⁶⁰. No entanto, esse panorama sofreu uma modificação durante a década de 1990, sendo estas sobras reinvestidas na capitalização da cooperativa, ou direcionadas para novos investimentos, como abertura de novos entrepostos. Esses elementos por si não permitem aferir a situação da Coopagro quanto a sua situação econômica, em detrimento de outras cooperativas da região. No entanto, o que a difere de outras cooperativas neste período foi como esta construiu uma imagem de sua atuação, aumentando suas atividades para outras regiões, diversificando sua produção com a construção de fábricas. Isso foi realizado a partir de empréstimos com garantia hipotecária de imóveis e também do aumento do capital para investimentos por meio do reinvestimento das sobras do exercício fiscal. Além da prática de capitalizar o excedente que deveria ser distribuído aos associados ao final do ano fiscal.

Apesar desta questão do reinvestimento das sobras e os empréstimos utilizados para adquirir novos patrimônios para Coopagro, para sujeitos como Gilmar, o trabalho

⁵⁸ Pode-se perceber duas vinculações, referentes ao mesmo período, que fazem menção a contratação de empréstimos pela cooperativa para a construção da fábrica de fios. O primeiro deles referente a contratação 2 bilhões de cruzeiros pelo BNCC e a segunda referente ao empréstimo de 20 bilhões do BRDE e do Badep.

⁵⁹ BENETTI, M. D. Análise da capitalização na sociedade cooperativa: o exercício da transformação do paradoxo em senso comum. **Ensaio FEE**, v. 4, n. 1, p. 47-64, 1983.

⁶⁰ Documento 1150. Pasta 92. Dados Histórico da Coopagro. 1988. Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

aparentemente era estável. Segundo ele, as condições, em termos de salários e benefícios, eram favoráveis aos trabalhadores. Tanto que questionado quanto a essas vantagens, o trabalhador expôs que:

Os melhores salários que tinha na região na época era da Coopagro, com exceção de algumas empresas ou de outras empresas graduadas mas não... de modo geral zeladores, vigilantes, vigias né! Inclusive a cooperativa promoveu cursos de vigilantes para eles atenderem bem tanto os associados que eram a... a cereja do bolo da cooperativa né! Angariar outros associados, enfim... e era a empresa que melhor pagava, pontualmente. Inclusive é... após 5 anos de empresa ela dava de férias é... a cada ano depois de 5 anos trabalhados, a cada ano mais 2 dias de férias. Como eu trabalhei lá por 15 anos, então durante 10 anos eu cheguei a ter 20 dias a mais de férias e mais um bônus por conta do trabalho, então era muito bom! Excelente! Os pagamentos em dia, não tinha atraso, tudo certinho. O vale, nós tínhamos vale, nós tínhamos é... supermercado, a cooperativa tinha uma rede de supermercados também, aqui no centro... é... nos entrepostos, que hoje ainda são supermercados ou mercados, nas regiões, Tupãssi, Jotaesse, São Pedro, Ouro Verde, todos tinham mercados.

Os benefícios apontados por Gilmar incluíam algumas facilidades, como a realização de compras a prazo em mercados da rede que a cooperativa possuía, a concessão de períodos adicionais de férias, conforme o tempo que o trabalhador estivesse na cooperativa. Além disso, é interessante notar a questão da oferta de qualificação aos trabalhadores, da qual Gilmar também fez uso, realizando um curso de eletricitista ofertado pela cooperativa. Em relação à remuneração, tanto Gilmar quanto outros trabalhadores se referiam à Coopagro como uma empresa que pagava bem, sem especificar se com essa colocação se referiam a valores brutos ou ao conjunto de benefícios que a cooperativa ofertava. Como hipótese, sustento que essa referência se dê em relação aos dois elementos que compunham a remuneração ofertada pela Coopagro.

Os benefícios, que não estavam diretamente ligados à estrutura de salários, eram compostos por diferentes serviços ofertados. Gilmar elencou alguns desses. Segundo ele:

E assim... é... tinha um plano de cargos, eles forneciam cursos, nós tínhamos assistentes sociais, psicólogos, é... médicos, assistência... consultórios dentro da cooperativa, doutor Eurico era um dos médicos, doutor é... vai me perdoar eu esqueci o nome dele, enfim... , médicos, dentistas, serviço social, assistente social tanto para os empregados quanto para os agricultores, tinha tudo isso aqui.

As prerrogativas ofertadas pela cooperativa, incluindo assistência médica e social, constituíam uma “vantagem” aos trabalhadores. Essa também era ofertada aos associados, que possivelmente seriam os principais beneficiados por tais medidas. Esse tipo de assistência, em tese, constituía um incentivo aos trabalhadores, aliado à política de remuneração aplicada pela

cooperativa. O pesquisador Jiani Langaro, em um artigo⁶¹, com o objetivo de discutir a trajetória de trabalhadores que vieram para Toledo na década de 1940 e não se tornaram proprietários de terra, sendo, nos termos do autor, “eclipsados da memória da cidade”. Quanto a essa última questão, tem-se o processo de apagamento das memórias de sujeitos que não possuíam condições de adquirirem determinada propriedade, ou não possuíam capital, para manter as atividades produtivas de determinado espaço e acabavam vendendo, sendo proletarizados, eram absorvidos como mão de obra de empresas como o Sadia e a própria Coopagro. Empresas que em certa medida se aproveitam do processo de migração e do fluxo de trabalhadores rurais que migram para a cidade para compor sua força de trabalho. Ao dissertar sobre esse tema, o autor dispõe sobre a relação dos trabalhadores com a Coopagro: “que é tratada por grande número de trabalhadores (braçais) que viveram na área urbana de Toledo, nas décadas de 1970 e 1980, como um dos principais locais para a conquista de emprego formal⁶²”. Atraídos por determinadas condições, diferentes sujeitos ingressam nos quadros da cooperativa durante o período. Os trabalhadores, possivelmente, se dirigiam à cooperativa em busca de emprego e eram designados a funções e postos de trabalho conforme a necessidade desta. O material levantado quanto à publicidade da cooperativa não apresenta informações sobre o recrutamento de trabalhadores, como a questão de publicidade⁶³.

Há ainda a questão das contratações intermediadas pelos sindicatos⁶⁴. É preciso considerar ainda que, dependendo do emprego ou no caso dos trabalhadores contratados em período de safra, as condições de trabalho e emprego ofertadas pela cooperativa não seriam as mesmas dos contratados diretamente pela Coopagro. Outrossim, pode-se visualizar a formação de grupos específicos de trabalhadores: de um lado os operacionais e de outro, os que compunham as funções administrativas da cooperativa, que possuíam distinções entre si. Essas seriam tanto pelas condições de trabalho quanto pela sua remuneração.

⁶¹ LANGARO, Jiani Fernando. Cidade, trabalhadores e história oral: apontamentos sobre as muitas memórias da formação de Toledo-PR (1940-1990). **Tempos Históricos**, v. 21, n. 2, p. 402-433, 2017.

⁶² Ibid. p.420.

⁶³ No Jornal da Coopagro, em nenhuma das 103 edições pesquisadas existem tipos de publicidade sobre recrutamento de trabalhadores. O Jornal faz menção em algumas matérias e editoriais sobre a qualidade do serviço prestado pelos trabalhadores aos associados e ações referentes à CIPA. Inauguração de clube recreativo que além dos associados, poderia ser utilizado pelos funcionários. Outros jornais em circulação no período de 1970 a 1990, como o Correio do Oeste, Tribuna do Oeste e a Voz do Oeste, também não apresentam matérias neste sentido.

⁶⁴ Nesse caso específico, seria o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadoria em Geral (SINTOMEGE) que realiza a intermediação dessa mão de obra.

Em relação aos valores recebidos⁶⁵, existem alguns documentos que permitem inferir minimamente sobre essa questão. Durante a pesquisa, foi possível localizar uma cópia do plano de cargos, salários e reclassificação. O documento encontrado é datado de 1989. O documento produzido conta com 11 páginas e apresenta 17 itens que versam sobre: i) Finalidade; ii) Da reclassificação de cargos e salários; iii) Da descrição dos cargos; iv) Do grupo de cargos; v) Dos fatores de avaliação; vi) Da avaliação de cargos; vii) Da estrutura salarial; viii) Das promoções; ix) Do enquadramento; x) Do limite de faixa; xi) Do aumento geral; xii) Dos aumentos individuais; xiii) Da avaliação de desempenho; xiv) Das transferências internas; xv) Procedimentos para o recrutamento interno; xvi) Adicional por tempo de serviço e xvii) Disposições gerais⁶⁶.

Apesar de o documento ser de 1989, é possível que a cooperativa possuísse outros documentos, que foram editados e regulamentados durante a década de 1980. Ao procurar o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio do Município de Toledo, entidade que representava os trabalhadores da cooperativa, não foram encontrados acordos coletivos do período. No entanto, é possível que esse tipo de material tenha sido objeto de discussão nas negociações anuais de acordos com a cooperativa. Com base no documento presente, podemos estabelecer algumas considerações sobre as possíveis condições que a Coopagro ofertava aos seus trabalhadores.

A finalidade do plano era estabelecer diretrizes para a administração de pessoal da cooperativa em termos de cargos e salários, estabelecer critérios para movimentação de trabalhadores entre os entrepostos, além de regular e enquadrar as promoções, cargos e salários. Ele foi elaborado e possivelmente ratificado em acordo coletivo de trabalho, em que atualizou a política salarial anterior e teve em vista corrigir as possíveis distorções salariais e mantê-los conforme os valores praticados no mercado de trabalho. De acordo com Carvalho⁶⁷, a implementação de planos de cargos e salários permitiu a redução dos níveis de rotatividade e absenteísmo nas empresas, além de proporcionar um aumento na motivação e no engajamento

⁶⁵ Dados disponíveis sobre a faixa de remunerações desses sujeitos encontrados no material pesquisa dão conta do vencimento a cúpula administrativa da Coopagro, sem menções a remunerações dos trabalhadores. Nesse sentido, o diretor presidente em 1980 a 1984 receberia um total de Cr \$74.100,00 por mês. Convertendo esse valor na cotação atual seria equivalente a R \$22.906,69. Tal valor foi obtido a partir de cálculo realizado pela calculadora cidadã (<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/calculadoracidadao>), seguindo o índice de correção IPCA (IBGE) - a partir de 01/1980.

⁶⁶ Plano de Cargos, Salários e Reclassificação. 1989. Procedimentos e Normas. Documento 1860. Pasta 100. Dados Histórico da Coopagro. 1988. Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

⁶⁷ CARVALHO, A. C. A. Plano de cargos e salários: uma ferramenta para a gestão estratégica de pessoas. Revista de Negócios, v. 8, n. 4, p. 71-80, 2003.

dos funcionários. A necessidade de manter mão de obra, principalmente de trabalhadores qualificados.

A classificação de cargos considerava uma série de questões devido às suas especificidades. Devido à existência de diferentes tipos de cargos na Coopagro, tais como chefia, técnico, administrativo de vendas e operacional, foram estabelecidos critérios distintos para esses. Para avaliar e classificar aqueles que ocupam os primeiros cargos, são considerados fatores como escolaridade, experiência, contatos, responsabilidade por bens e valores, confidencialidade, precisão, esforço mental e resultados. Os cargos operacionais, por sua vez, consideravam aspectos como o esforço físico, mental, riscos e a responsabilidade por terceiros. De modo geral, esse tipo de classificação separava os trabalhadores ditos “de escritório” dos trabalhadores braçais ou ocupantes de cargos com pouca especialização.

A partir dessa avaliação e classificação, a cooperativa enquadraria esses trabalhadores em faixas salariais distintas. Estas possuíam diferenças entre si de 7%, constituindo os níveis salariais empregados pela cooperativa que eram divididos em 7 padrões. Em que o nível A corresponderia ao salário de admissão, o nível B ao salário de efetivação após o trabalhador passar pela experiência e ser avaliado, e os demais níveis destinados à promoção por desempenho dos trabalhadores. As promoções que a cooperativa realizava eram horizontais, no próprio emprego, como uma remuneração maior, ou verticais, para outro trabalho em funções diferentes na cooperativa. Neste caso, determinado trabalhador que terminasse estudos em determinada área ou que possuísse indicação de chefia poderia exercer outros tipos de função na estrutura da Coopagro.

Os aumentos, por sua vez, eram divididos em 2 tipos. Os gerais, caracterizados pela antecipação, em que o trabalhador receberia determinado percentual de aumento, mas este percentual seria descontado do reajuste legal. O aumento espontâneo era concedido a todos os trabalhadores da empresa e não sofreria o desconto no percentual do reajuste legal. E o reajuste legal seria assegurado a todos os trabalhadores. O outro tipo de reajuste oferecido era o individual, em que, segundo consta no documento, a chefia iniciaria o pedido de tal aumento após realizar a avaliação do trabalhador. Esta última forma de aumento poderia conduzir a determinados favoritismos ou perseguições a outros trabalhadores que às vezes não se davam bem com seus chefes.

Gilmar pode ser inserido no último grupo. As funções que desempenhou na Coopagro estavam vinculadas a uma prática burocrática. Segundo ele, sua primeira colocação na cooperativa foi a de um “auxiliar administrativo”. As atividades realizadas incluíam a coleta de malotes de outras unidades, a distribuição de correspondências e o atendimento a produtores

rurais para demandas específicas. Dentro de suas funções, Gilmar tinha o contato com diferentes unidades, possivelmente tendo uma visão geral da atuação administrativa. Em relação à remuneração, seu salário seria classificado dentro da categoria administrativa, possivelmente recebendo um valor um pouco superior ao dos trabalhadores da produção ou àqueles ligados ao recebimento de produtos.

Camilo⁶⁸, por sua vez, teve sua experiência de trabalho vinculada ao processo de recebimento de grãos da Coopagro. Na data da entrevista, o trabalhador tinha 71 anos. Conheci o senhor Camilo quando eu era mais jovem. Um homem alto, de cabelos grisalhos, sempre com um sorriso no rosto, eu o encontrava em alguns dias de jogo do Grêmio em um bar onde se reuniam outros torcedores. Nunca havia me perguntado quem era aquele homem e qual era a sua história. Durante minha pesquisa, recebi indicações para conversar com ele, pois ele havia trabalhado na Coopagro por muito tempo e, inclusive, após o fechamento desta, o trabalhador ingressou na Coamo. No dia da entrevista, ele me recebeu em sua casa, onde mora com sua esposa e a ajuda conforme a demanda da produção de vestidos para festas juninas. Dona Isolde participou do início da entrevista e ajudou a contar um pouco da história da mudança do casal para Toledo.

O trabalhador se mudou para o Paraná em 1973. Segundo ele, sua esposa veio diretamente do Rio Grande do Sul para o Paraná, e moravam em Palotina. Ele, por outro lado, se mudou do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, especificamente para São José do Cedro, na divisa com a Argentina. Lá, ele morou até os 19 anos, antes de se mudar para o Paraná no início da década de 1970, para o interior de Palotina. Durante esse período, ele conheceu Dona Isolde. “A gente foi se conhecendo e tudo mais, né! Aí nós pegamos e... Aí eu fiquei só dois anos e meio, três e eles venderam as terras e vieram para a cidade aqui (Toledo) e eu, eu vim no embalo, né!”, deixando a “rocinha do pai”. Após rir em resposta à pergunta se eles já vieram casados, Camilo narrou o processo de sua mudança, junto com a família de sua esposa, para Toledo. Inicialmente, eles montaram um pequeno negócio, “um restaurante lá... servia comida para centenas de pessoas. Quanta carne foi jogada fora que não se aproveitou (risos), que na época era...”, localizado onde atualmente seria o Empório Santa Maria.

Camilo trabalhou até 1981 em uma agência de transportes localizada no centro da cidade. “Trabalhava na agência da Princesa dos Campos. Todo dia aquele vai e vem, pé no chão, asfalto só até uma altura aqui da Casa da Cultura, pra cá, pra essa parte que é hoje o Santa

⁶⁸ CAMILO. Entrevista concedida a Gustavo Guilherme Schneider. Toledo, 23 mar. 2022. 1 arquivo .mp3 (39 min. 20 seg.)

Maria era... era chão batido, quando chovia então... chegava em casa embarrado”. Desse período, o trabalhador se lembrou da falta de estrutura, principalmente em relação às condições a que se submetia nos dias de chuva, chegando sujo em casa devido às más condições das vias públicas.

Por morar próximo ao local onde acontecia o recebimento de grãos da Coopagro, o trabalhador percebeu o aumento da produção e da demanda que a cooperativa possuía. Seu crescimento era notado principalmente nos períodos de safra, quando segundo Camilo “Na época não tinha uma estrutura pra receber a produção, dava fila de dois, três dias... até no La Salle tinha fila, seja pra retirar semente ou entregar produção...”. Possivelmente por morar próximo à cooperativa e pelo fato de o restaurante da família atender, por vezes, aos trabalhadores do setor administrativo da Coopagro, Camilo conseguiu uma colocação nesta em 1981. Foi uma década em que a cooperativa se “expandiu” e consolidou uma imagem que vinculava sua atuação a um “progresso”, tanto em termos econômicos para os produtores rurais quanto para os trabalhadores que empregava.

O trabalho e a experiência de Camilo na cooperativa foram definidos por ele como sua faculdade. Em sua trajetória, Camilo enfatizou seu aprendizado e como o trabalho na Coopagro contribuiu para sua formação enquanto indivíduo. Segundo ele:

Eu entrei como servente tipo... auxiliar lá. Eu só tinha caligrafia boa, estudei só cinco anos né! Um pouquinho mais que isso mas, a vida nos ensina. Aí eu entrei lá como servente, assim... um serviços gerais. Mas como eu trabalhei na empresa de ônibus, os cara foram descobrindo que algumas coisas que eu... cálculos eu, eu não fazia no papel era tudo aqui (aponta para cabeça e sorri). Porque daí... precisava de gente pra controlar o estoque e essas coisas. Dentro de um ano... menos de um ano já fui promovido pra armazenista, seria o conferente hoje. Eu entrei na produção de sementes, que na época a Coopagro aí, produzia 250, 350 mil sacos de soja, trigo e tal, e ali que eu comecei... quando eu entrei a... eu sabia a diferença que eu trabalhava na roça. Agora isso de variedade, ciclo e essas coisas eu não sabia bosta nenhuma né! Só que é, como eu falo... a vida nos ensina e eu aproveitei e assim fui indo. Daí fiquei encarregado, não sei quantos anos ali, cuidando setenta, oitenta peão... uma função diferente né! Então a coisa foi melhorando né!

A experiência e a vivência no trabalho são fatores que Camilo enfatiza em sua fala. Ao passar de um cargo de serviços gerais, uma posição considerada “menor”, para encarregado, o trabalhador destacou suas habilidades, que, apesar do pouco estudo, “apenas cinco anos”, lhe valeram uma colocação melhor. O conhecimento que Camilo possuía, devido ao fato de ter trabalhado no campo, provavelmente também lhe foi útil, mesmo não entendendo as nuances mais técnicas do manejo de sementes. Camilo também cita inúmeras vezes que “a vida nos

ensina⁶⁹”. Uma das primeiras hipóteses quanto a esse tipo de questão, seria quanto ao caso de o trabalhador estar conversando e narrando sua história e experiência a alguém que lhe é estranho, de uma universidade. No entanto, possivelmente, ao se valer do trabalho realizado na cooperativa para a construção de inúmeros bens, o trabalhador avalia positivamente sua trajetória e o aprendizado dela decorrente. Quanto a essa questão, seria referente a conquista da casa própria, e a melhora de condições de compra da família.

O trabalho e a rotina também foram expressos pelo trabalhador como sujeitos a uma rotina pesada e à sazonalidade da safra: “No dia a dia era pauleira, ganhava hora pra trabalhar até meia-noite, uma hora pra trabalhar, se precisava pra descarregar caminhão, ensacar produto...”. Mesmo após assumir a função de encarregado, o trabalhador possivelmente exercia atividades mais braçais, a fim de garantir o cumprimento do estabelecido. Em determinados períodos, fora da safra, trabalhava em serviços internos, acondicionando mercadorias, e auxiliando na entrega de grãos e insumos aos agricultores. Quanto à sazonalidade da rotina do trabalho, possivelmente – e isso Camilo não chega a mencionar na entrevista – nos períodos de safra a jornada era estendida para além das 8 horas de trabalho, que, no entanto, eram remuneradas como hora extra.

Outro aspecto mencionado por Camilo se refere ao local de trabalho. Inicialmente, ele estava lotado perto de casa, na Avenida Ministro Cirne Lima, local onde hoje funciona a Coamo. No entanto, em determinados períodos e por certas ocasiões, o trabalhador se deslocava para outros entrepostos para trabalhar. Apesar disso, ele ressaltou que toda a sua atuação na cooperativa foi nesse entreposto, e os deslocamentos ocorriam para cobrir férias de outros encarregados. Segundo Camilo, também era para ensinar: “Porque pela experiência e daí tinha que ensinar outras pessoas nesses locais aí sobrava pra mim... tipo orientador. Aí eu... eu trabalhei...”. Esses deslocamentos eram esporádicos e, mesmo “sobrando” para ele esse tipo de trabalho, parece haver uma satisfação em realizar essa atividade, o que teoricamente também poderia significar um aumento em sua remuneração.

O trabalhador também faz menção a cooperativa, quanto ao seu desenvolvimento, percebendo o período onde ela “estava bem”. Segundo Camilo:

Em 81 ela já estava num patamar vamos dizer... ela já tinha 8, 9 anos que ela começou. Por que ela começou em 1970 e em 81 ela já estava grande por que se pegar algumas fotos aqui (tira um mostra um pequeno informativo sobre a cooperativa referente a 1979) olha aqui, isso aqui foi o começo e olha o quanto que ela já tinha em 79, eu entrei e ela era bem maior... lá cresceu muito rápido, ela tinha 30 e poucas unidades,

⁶⁹ Outra hipótese sobre essa colocação, será abordada no próximo capítulo.

eu num lembro exato mas eu acho que é isso. Ela chegou até Cruzeiro do Oeste, Umuarama, Alto Piquiri.

Essa avaliação se assemelha à realizada por Gilmar, quanto ao crescimento que a cooperativa possuiu durante a década de 1980. Período, aliás, em que ambos ingressaram e trabalharam na Coopagro. Antes circunscrita a Toledo e região, a partir de 1980, pode-se perceber uma ampliação do número de entrepostos, criação de indústrias e participação em outras empresas como acionista. A percepção em relação à cooperativa e ao trabalho indica que esta apresenta características de uma empresa “boa” para se trabalhar, que estava consolidada e em ampla expansão, abrangendo diferentes segmentos do mercado e garantindo aos associados acesso ao crédito rural e a novas tecnologias. Além disso, oferecia aos trabalhadores um emprego relativamente estável.

Apesar dessas relações de emprego aparentemente “benéficas” para os trabalhadores, existem alguns elementos que nos permitem analisar certas contradições. Nesse sentido, as práticas de salários e os benefícios oferecidos, apesar de se revestirem de um certo “oficialismo”, poderiam estar marcados por práticas denominadas de paternalistas. Este conceito, no entanto, deve ser analisado, explicado e compreendido, considerando suas limitações de modo geral. No entanto, ele possui sua utilidade, ao superarmos essas limitações e conferirmos ao conceito sua historicidade, essa de modo suficiente, para que seja possível utilizarmos o mesmo na análise de relações de trabalho que de alguma maneira são permeadas de pessoalidade. Neste sentido, e considerando essas questões, o termo, em determinado contexto, vai além de “um termo descritivo frouxo”, conforme refletiu Thompson⁷⁰. Deste modo, utilizar esse termo tem em consideração sua noção de ambivalência, a qual caracteriza as relações dos trabalhadores, as quais podem ser de conflito, disputas ou mesmo de compromisso, entre esses e os empregadores, em relações que possuem dominância, poder e autoridade pessoal, exercida por esse último grupo. De modo geral, compreender que essa relação pode ser manejada ora pelo patrão, ora pelos trabalhadores, sendo, no entanto, uma relação marcada pela desigualdade entre os lados.

Apesar da maneira como narram suas experiências, tanto Gilmar quanto Camilo têm suas relações de trabalho com a cooperativa estabelecidas em um contexto de desigualdade. As horas extras trabalhadas por ambos, o processo de admissão pautado por critérios pessoais, como no caso de Gilmar, e possivelmente o de Camilo. A sujeição a determinadas práticas,

⁷⁰ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

como a relatada por Gilmar em relação à sua efetivação, com alguns meses de atraso, não ocorrem sem uma reclamação ou protesto após um determinado período. As jornadas extraordinárias em períodos de safra são pesadas e acabam sendo aceitas devido à remuneração por horas extras. E os benefícios, além do salário, são utilizados para evitar uma possível rotatividade de mão de obra. De modo geral, as experiências dos dois trabalhadores descritas aqui pode ter sido compartilhada com outros que trabalharam por um determinado período na Coopagro. Em suas diferentes funções e multiplicidades de ocupação, em tese, o período que vai da fundação até o final da década de 1980 é, em nossa hipótese e até onde foi possível analisar, dada a quantidade de dados disponíveis, valorizado como positivo pelos trabalhadores.

No entanto, esse não é um processo uniforme, que se desenvolve sem contradições e desvios. Tanto que, como será abordado, no início da década de 1990, a cooperativa apresentava saldo negativo, com denúncias sobre corrupção da diretoria, chegando a decretar sua liquidação em assembleia no ano de 1993. Neste sentido, surgem questões importantes: como os trabalhadores interpretam esse processo? Eles têm direitos sonegados? Eles entram na justiça?

CAPÍTULO 2: “EU ME SENTI IGUAL UM FRANGO SAINDO DE UM GALINHEIRO...”: EXPERIÊNCIA E LUTA POR DIREITOS DOS TRABALHADORES DA COOPAGRO (1990-2000)

Ao iniciar a década de 1990, nos deparamos com uma situação que destoava da imagem de cooperativa em ascensão, construída pela Coopagro. Essa questão envolve um processo de crise que não se limitou apenas à cooperativa, mas também afetou outros segmentos do cooperativismo na região e no país ⁷¹. A diferença entre a Coopagro e outras cooperativas, como veremos, é que a Coopagro enfrentou um processo que resultou em seu fechamento. Isso teve um impacto direto na situação dos trabalhadores da cooperativa. Anteriormente, esses trabalhadores desfrutavam de um sentimento relativo de estabilidade nas relações de emprego, mas agora se encontravam desempregados e, em muitos casos, privados de seus direitos.

Neste sentido, este capítulo tem por objetivo analisar o processo de fechamento da cooperativa, buscando compreender como os trabalhadores interpretaram esse fato. Algumas questões que norteiam essa análise são: Como os trabalhadores perceberam o fechamento da cooperativa? Tiveram direitos sonegados? Se sim, como decidiram ingressar na justiça? Também, se faz necessário analisar o processo de escolha por processar. Como é possível observar, determinados sujeitos decidiram por não litigar. Essa decisão pode ter sido influenciada por uma série de questões, como a pressão exercida por determinados grupos, que constrangiam os trabalhadores a não litigarem, sob a “ameaça” de não encontrarem mais emprego. A documentação utilizada neste capítulo inclui matérias publicadas em jornais de circulação regional durante esse período, bem como entrevistas com os próprios trabalhadores.

Para estruturar o capítulo, convencionou-se dividi-lo em duas partes. A primeira versa sobre o processo de crise que envolveu a Coopagro. Buscar-se-á analisar e problematizar esse processo, entendendo que não foi algo exclusivo da cooperativa. Neste mesmo ponto, serão discutidas as formas e os modos como a crise foi relatada na região, a partir de meios de comunicação, e como os trabalhadores interpretaram esse processo. Na segunda parte, buscar-se-á analisar como diferentes sujeitos, empregados na cooperativa por determinado período, buscaram seus direitos, e como interpretaram entrar ou não entrar na justiça em busca destes.

⁷¹ GONÇALVES, J. S.; VEGRO, C. L. R. Crise econômica e cooperativismo agrícola: uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). *Agricultura em São Paulo*, v. 41, n. 2, p. 57-87, 1994.

2.1 CRISE DA COOPAGRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O que se afirmava até a década de 1990 é que a Coopagro se constituía como uma das maiores cooperativas do Brasil, em franco desenvolvimento⁷². Essa visão se destinava a legitimar a atuação da cooperativa na região. Esses elementos, por si só, não permitem aferir a situação econômica da Coopagro em relação a outras cooperativas da região. No entanto, o que a “diferencia” de outras cooperativas neste período foi como esta construiu uma imagem de sua atuação, aumentando suas atividades para outras regiões, diversificando sua produção com a construção de fábricas. Esse processo foi realizado a partir de empréstimos com garantia hipotecária de imóveis e a partir do aumento do capital para investimentos por meio do reinvestimento das sobras do exercício fiscal. Isso conduziu a uma imagem da Coopagro aparentemente “imune” à crise que afetou cooperativas como a Coopavel.

Quanto à Coopavel neste período, nos discursos que se produzem para justificar as crises que esta cooperativa, assim como outras na região e no Brasil, são apontadas questões referentes à má gestão, administração e ingerência política na gestão da cooperativa.⁷³ Elementos que não podem ser tomados em separado para analisar ou atribuir a algum elemento em específico a crise da cooperativa. Conforme descrito por Adamy, a personalização da crise em aspectos específicos, ou em sua superação, por ação de sujeitos, acaba por desconsiderar situações econômicas e sociais presentes no Brasil e nas quais a cooperativa estava inserida. O que se convencionou, segundo Adamy, a atribuir em um processo de superação da crise vivenciada pela cooperativa, foi de que:

De acordo com a narrativa apresentada na edição da revista Coopavel de dezembro de 2015, diante da crise financeira e pelo fato de que não houve interesse por parte de outras cooperativas em assumir a Coopavel, a exemplo do que ocorreria com a Coopagro, em Toledo, a alternativa adotada pelos seus cooperados teria sido a sua reestruturação, o que significaria um marco divisório que encerraria uma época de ingerência política e que daria início a uma gestão empresarial⁷⁴.

A reestruturação, como processo de recuperação da Coopavel, implicava, conforme apontado por Adamy, em modernizar a produção, incrementar processos produtivos que agregassem valor à produção dos cooperados e assumir uma gestão empresarial. Para isso, foi

⁷² Jornal Coopagro. N.º 108. Ano X. Julho-Agosto de 1987. In: **Jornal Coopagro - 1983 à 1987**. Livro 960. 712 pág. Museu Histórico Willy Barth. Toledo-PR

⁷³ Id.

⁷⁴ Idem. p.192

empreendido um processo de qualificação e aplicação de novas tecnologias de produção nos associados, investindo em assistência técnica e qualificação. Esse processo modificou a forma de produção da cooperativa e, conforme a autora aponta, profissionalizou a atuação desta. No entanto, quanto ao processo que levou à crise da cooperativa e à sua reestruturação, é preciso considerar o contexto econômico e social no qual a cooperativa se inseria, os problemas com a oferta de crédito e outros fatores que podem ter influenciado essa crise da Coopavel.

De modo geral, esse processo afetou diferentes cooperativas no Paraná, e neste ponto pode-se citar a COAP, incorporada na década de 1980 pela Coopagro, como uma das cooperativas que passou por um processo semelhante. Essa cooperativa teria, possivelmente, passado por um processo de crise semelhante ao sofrido pela Coopavel, no entanto, não conseguiu estabelecer uma reorganização capaz de mantê-la ativa, sendo incorporada pela Coopagro. Ora, neste mesmo período, que corresponde à década de 1980, a Coopagro, conforme já abordado, estava no processo de implementação de novas unidades. Ao compararmos com a situação da Coopavel, aparentemente a Coopagro não sofria os efeitos da crise.

No entanto, existem alguns indícios que podem apontar para uma situação diversa da cooperativa. Em 1986, foi apresentada uma matéria sobre uma possível demissão em massa de trabalhadores, na qual:

O diretor-secretário da Coopagro Valter Feil, desmentiu os intensos comentários de ontem dando conta que a cooperativa procederá um número incontável de demissões, “um autêntico caso, o de demissões em massa”, conforme podia se ouvir em todos os cantos de Toledo ontem... O diretor da cooperativa, uma das maiores estruturas cooperativista do País, fez questão de frisar, enfático, que “nos próximos dias teremos a necessidade de contratar cerca de 200 novos funcionários para a indústria de fiação, que virá a ampliar a participação da Coopagro na área industrial⁷⁵.

A matéria foi veiculada na capa da edição do Jornal e apresentava foto da estrutura da cooperativa. A justificativa apresentada pelo diretor da cooperativa foi de que tais rumores seriam “devido à demissão de quadros mais elevados da administração da cooperativa”, os quais se dariam por razões internas. No entanto, o mesmo ainda enfatizou que a Coopagro estaria valorizando os seus funcionários com um aumento geral de 30,2% e que a cooperativa não estaria entrando em “uma fase de arrocho” devido à situação econômica do país. Ainda ressaltou que a situação da cooperativa era a inversa, com a necessidade de realizar novas contratações

⁷⁵ Jornal do Oeste, n.º 191. Ano III. 26 de março de 1986. p.1. *In*: Jornal do Oeste. 1986, edição 145 a 261. Documento n.º 684 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

por conta da abertura da fábrica de fios. Mesmo realizando o possível aumento do salário dos trabalhadores, outros sujeitos foram demitidos. Quanto a essa questão, de possível crise, conforme apontado, foi veiculada de forma minoritária na década de 1980, a cooperativa produzia um discurso, no qual apesar de aparecerem notícias como esta, das supostas demissões em massa, esta ainda assim estava se expandindo.

No entanto, esse tipo de discurso de expansão e crescimento sofreu uma mudança no final da década de 1980. Pode-se perceber tal mudança a partir da análise de diferentes matérias publicadas no *Jornal do Oeste*. Encontramos 352 matérias do período de 1984 a 2003 que mencionam a Coopagro. No início, o jornal publicou diversas notícias sobre a cooperativa, mostrando sua atuação na região, seus projetos de diversificação de atividades, entre outras informações do gênero. A contratação de empréstimos para execução de obras ou ampliação das atividades da cooperativa foi uma constante na década de 1980, o que pode indicar a forma como a Coopagro expandiu suas atividades, a partir do endividamento. Tanto que, em uma edição de 1985⁷⁶ noticiou-se o empréstimo de Cr\$ 20 bilhões, pelo Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), intermediado pelo governo do estado e destinado à implantação da fábrica de fios.⁷⁷

É preciso ressaltar que, com exceção da matéria sobre as supostas demissões da cooperativa, há poucas referências noticiadas sobre a situação econômica da agricultura e a política de créditos agrícolas. Estas podem ser enumeradas: há 3 matérias publicadas no *Jornal do Oeste* entre 1986 e 1987⁷⁸, que se constituem como um indício de uma possível situação da cooperativa diante da crise que afetava outras cooperativas da região, como a Coopavel.

A primeira matéria foi veiculada na capa do jornal em 28 de maio de 1986, em local de destaque, com uma foto de vista aérea da estrutura da sede da Coopagro em Toledo. Nela, consta que “Conforme havia sido previsto, em reunião realizada semana passada, em Curitiba,

⁷⁶ *Jornal do Oeste*. N.º 58. Ano II. 19 a 21 de junho de 1985 *In*: *Jornal do Oeste*. 1985, edição 34 à 68. Documento n.º 682 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

⁷⁷ Pode-se perceber duas vinculações, referentes ao mesmo período, que fazem menção a contratação de empréstimos pela cooperativa para a construção da fábrica de fios. O primeiro deles referente a contratação 2 bilhões de cruzeiros pelo BNCC e a segunda referente ao empréstimo de 20 bilhões do BRDE e do Badep.

⁷⁸ Os títulos das matérias veiculadas e suas edições são respectivamente “Cooperativas fecham suas portas hoje”, “Líderes encaminham documento ao governo” e “Coopagro também adere ao forte protesto do dia 10”. N.º238 - ANO III - 28 DE MAIO DE 1986, n.º239 - ANO III - 29 DE MAIO DE 1986, n.º454 - ANO IV - 07 DE MARÇO DE 1987.

com a participação de todas as entidades de classe ligadas à agricultura, a Coopagro e demais cooperativas do estado fecharam suas portas em protesto pela insensibilidade do governo...⁷⁹”.

O texto elenca a participação da Coopagro em um protesto contra a insensibilidade do governo em relação à situação da agricultura. No dia em questão, a cooperativa e todas as suas unidades fecharam as portas, assim como outras na região, para pressionar o governo a revisar a política de custeio da agricultura. O que se pode inferir dessa vinculação é que o problema das políticas de crédito na agricultura, possivelmente, afetava a Coopagro. No entanto, ela não demonstrava sofrer com problemas quanto à contração de créditos para a expansão de unidades fabris. As dificuldades, nesse sentido, seriam as voltadas aos financiamentos das safras dos agricultores. Neste ponto, é importante ressaltar, conforme já mencionado, que no início da década de 1980 a cooperativa produziu um discurso, em que afirmava que, a partir da diversificação das atividades e da industrialização da produção, estaria construindo uma alternativa para agregar valor à produção e superar determinadas incertezas. A partir dessa mudança de atuação, a Coopagro estaria buscando alternativas para superar a falta de crédito para o financiamento da safra e agregar valor à produção do seu associado.

Ao acompanhar outras cooperativas nas reivindicações por melhores condições quanto à política de subvenção, a Coopagro também era afetada. No entanto, ela, a partir de sucessivos empréstimos realizados, construiu um parque industrial e ampliou a sua área de atuação com o objetivo de dinamizar sua produção. Tanto que a tônica das manchetes, de 1984 a 1987, seguia um perfil de publicações que enfatizava uma imagem de “progresso” quanto à atuação da Coopagro.

Há que se ressaltar que o Jornal da Coopagro é descontinuado em 1987. Quanto a esta questão, não se sabe se ele deixou de ser publicado ou se apenas os exemplares disponíveis no Museu Histórico Wily Barth datam até esse ano. A partir de 1988, o acervo do jornal local é composto por matérias veiculadas pelo Jornal do Oeste. O que se percebe das matérias sobre a cooperativa é que estas ainda mantêm um certo padrão quanto à divulgação de suas atividades. Isso pode ser explicado em partes por possivelmente a Coopagro ser uma das anunciantes do jornal.

As publicações do Jornal do Oeste que fazem menção à entidade direta ou indiretamente até agosto de 1990 versam sobre a atuação da Coopagro, dando ênfase ao desenvolvimento desta, o que a colocava em evidência, em relação a outras cooperativas.

⁷⁹ Jornal do Oeste. N.º238. Ano III. 28 de maio de 1986. *In*: Jornal do Oeste. 1986, edição 145 à 261. Documento n.º 684 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Publicações sobre a inauguração da fábrica de fios, o pagamento do trigo, assembleias que buscavam consolidar o crescimento da Coopagro, diversificação das atividades com o ingresso da entidade na avicultura comercial são alguns exemplos do que era então veiculado sobre a Coopagro⁸⁰. Em meio à reorganização e crise de outras cooperativas no Brasil e na região, a Coopagro parecia não ser afetada. Apesar de existirem indícios quanto a um endividamento da entidade, a imagem que se transmitia era de uma organização consolidada.

A Coopagro, no entanto, não esteve imune às condições econômicas do período, assim como outras cooperativas que atuavam na região⁸¹. No contexto econômico e social, o início da década de 1990 marcou um período de hiperinflação, troca de moeda, confisco de valores em instituições financeiras, aumento de impostos e privatização de empresas públicas. Neste sentido, essa situação econômica, aliada às perdas resultantes de safras ruins, às diferentes trocas de moedas e à redução dos subsídios ao financiamento da agricultura, faziam parte do cenário em que a Coopagro se inseriu.

Segundo Martuscelli⁸², em seu artigo sobre a transição para o neoliberalismo no Brasil e a crise do governo, o quadro hiperinflacionário e a recessão econômica, aliados às resistências seletivas das classes dominantes à política neoliberal, resultaram em significativos efeitos sobre a política nacional, gerando uma situação de instabilidade hegemônica. Nesse contexto, a hegemonia política passou a ser compartilhada entre diferentes segmentos da burguesia, tornando-se inviável a formação de um bloco no poder neoliberal. Deste modo, é possível concluir que a implementação da política neoliberal ocorreu no âmbito de uma conjuntura de instabilidade hegemônica, cuja consequência mais imediata foi a crise do governo Collor.

Quanto às políticas voltadas para a agricultura do período, segundo o autor⁸³, apresenta uma condição de desmonte destas. De modo que se pode observar que a política agrícola do Governo Collor incluiu a redução dos subsídios à produção agrícola, a retirada da linha de crédito dos agricultores endividados, a extinção do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário, a transferência da atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o Ministério da Agricultura, a repressão ao movimento de luta pela reforma agrária e a redução drástica do número de famílias assentadas. Em termos gerais,

⁸⁰ Edições n.º286, 288, 289, 290, 372, 388, 442, 454, 466, 545, 560, 567, 604, 634, 710, 714, 725, 729, 777, 1078, 1169, 1172, 1174, 1197, 1205, 1220, 1225, 1259, 1261, 1282. Do Jornal do Oeste, que abarcam o período de 1986 até 1990 e apresentam matérias sobre a atuação, “progresso e crescimento” da Coopagro em Toledo e na região.

⁸¹ Caso da Coopavel, por exemplo, que foi analisada na tese de doutorado de Irene Adamy Spies.

⁸² MARTUSCELLI, D. E. A transição para o neoliberalismo e a crise do Governo Collor. *in*: BOITO JUNIOR, A.; GALVÃO, A. Políticas e classes sociais no Brasil dos anos 2000, p. 19-65. p.21

⁸³ Idem. p.31

dadas as condições dos planos econômicos implementados nesse governo, foi gerado um agravamento nas condições de comercialização das safras.

Com a implementação do Plano Collor I, ao mesmo tempo em que o sequestro dos recursos financeiros dificultou para os agricultores poderem prosseguir com suas atividades de colheita, a elevação dos financiamentos rurais acima dos preços mínimos impossibilitou que os produtores pagassem suas dívidas com os recursos bloqueados⁸⁴. Tais recursos, conforme Martuscelli aborda, foram liberados durante o segundo ano de governo, como resposta às pressões dos latifundiários por subsídios agrícolas e apoio estatal a setores endividados. Collor adotou uma política agrícola neoliberal, que incentivou o mercado, as bolsas de mercadorias e a ampliação das empresas agroindustriais. Esse tipo de política acaba por gerar aos pequenos agricultores poucas condições de se manterem e pagarem suas dívidas. Por outro lado, setores agrícolas com maior poder aquisitivo expandem suas atividades e possuem subsídios para tanto, com a ampliação e montagem de agroindústrias.

Pode-se perceber como as condições econômicas e sociais do período afetaram a partir da análise de algumas edições do *Jornal do Oeste*. Esse panorama sofre uma mudança no início da década de 1990. Percebe-se isso após a publicação de uma reportagem sobre uma quebra na safra, causada por condições climáticas adversas (geadas), que ocasionou a perda de parte das culturas cultivadas na região. O panorama da situação econômica da cooperativa “parece” haver sofrido uma modificação após essa quebra. Ao destacar esse aspecto, não me refiro à condição única e necessária que levou a cooperativa a entrar em uma fase de crise, como será abordado adiante. O que se percebe, após a publicação da notícia sobre a quebra de 70% da área plantada, publicada no *Jornal do Oeste* em 9 de agosto de 1990⁸⁵, é uma mudança na forma como a atuação da Coopagro era veiculada em Toledo e na região.

Na matéria em questão, foi relatada a perda de área plantada por associados da cooperativa. Ao estabelecer um comentário sobre a questão, o departamento de produção da Coopagro expôs que “a perda foi de 70% da área plantada⁸⁶”. Devido a isso, a estimativa de recebimento de 120 mil toneladas pela cooperativa na safra seria frustrada, sendo, possivelmente, recebidas 36 mil toneladas neste período. As consequências em termos econômicos e sociais possivelmente afetaram diretamente os associados. Infelizmente, sobre essa quebra na safra não temos dados concretos sobre a situação dos agricultores cooperados,

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ *Jornal do Oeste*. N.º 1370. Ano VII. 9 de agosto de 1990 *In*: *Jornal do Oeste*. 1990, edição 1344 à 1437. Documento n.º 664 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

⁸⁶ Idem.

se houve auxílio por parte da Coopagro e as possíveis consequências desta para eles. Pode-se apenas inferir que em um processo de subordinação à cooperativa, sujeitos que teriam pequenas propriedades tiveram perdas mais significativas, ficando possivelmente em situação mais precária.

O que se percebe após essa quebra de safra foi uma tentativa da cooperativa em manter determinado padrão produtivo. Deste modo, as edições posteriores que vincularam matérias sobre a atuação da cooperativa deram ênfase à atuação da Coopagro em detrimento de uma crise. Já na edição seguinte, que circulou pela região em 23 de agosto de 1990, apresenta como manchete “Indústria Têxtil: COOPAGRO PODE ABASTECER POLO⁸⁷”. Essa matéria foi publicada na capa da edição e apresenta uma fotografia em preto e branco da linha de produção da fábrica. O texto que acompanha a foto está dividido em 6 parágrafos e apresenta uma entrevista realizada pelo jornal com um diretor da cooperativa sobre a atuação da fábrica de fios. Inicialmente, é ressaltado que “o polo têxtil já existe de fato em Toledo”, com a Coopagro realizando o processamento de algodão, da colheita à sua industrialização, realizada na fábrica de fios da cooperativa. A produção da fábrica, segundo o diretor, seria suficiente para atender às demandas dos clientes e ainda atender à demanda de um polo têxtil de Toledo e região.

Ao abordar a atuação da Coopagro nesse ramo, foi destacado pelo diretor que “falando das perspectivas do plano de desenvolvimento do ramo [têxtil] em Toledo e região. Walter disse que, ‘Toledo tem essa chance, uma vez que o mercado existe, o consumo existe, a matéria prima também, isso permite o desenvolvimento de novas indústrias...’”. Ao analisar o desenvolvimento de um possível polo têxtil, o diretor da Coopagro enfatizou que, apesar de já existirem empresas desse setor em Toledo e na região, esse seria um setor ainda em construção. A partir desta fala, pode-se inferir algumas possibilidades quanto à atuação desta.

Ao apresentar o potencial de desenvolvimento do setor têxtil, possivelmente, tem-se em vista apresentar as potencialidades da fábrica da Coopagro. Ao realizar o processamento da produção do algodão da colheita à industrialização, esta questão também se apresenta como uma possibilidade de justificar os investimentos realizados pela Coopagro, na construção da indústria de fios. Conforme já mencionado, a cooperativa contraiu uma série de empréstimos, para realizar a abertura da fábrica⁸⁸. O aumento de indústrias desse setor em Toledo e na região,

⁸⁷ Jornal do Oeste. N.º 1380. Ano VII. 23 de agosto de 1990 *In*: Jornal do Oeste. 1990, edição 1344 à 1437. Documento n.º 664 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

⁸⁸O investimento no recebimento, industrialização e comercialização de algodão constitui um elemento singular por parte da cooperativa. Na área de abrangência e atuação da Coopagro, somente a região de Ouro Verde do Oeste, durante a década de 1980, produzia esse tipo de cultura. Uma produção que possivelmente não supriria a demanda de uma fábrica de fios.

onde “diante da estrutura existente, a efetivação do polo [têxtil] é uma questão de detalhes [...]”, colocaria a cooperativa em uma posição privilegiada dada a sua estrutura e capacidade de financiamento. No entanto, conforme foi ressaltado na reportagem, não seriam feitos mais investimentos em estruturas, com 5 anos de funcionamento, seriam realizados investimentos na expansão no número de vagas de trabalho.

Em um contexto de hiperinflação, redução das políticas de financiamento e com uma quebra na produção decorrente da safra, a situação econômica daquele período era desfavorável. Ao abordar a situação do polo têxtil, o autor resalta a estrutura que a Coopagro possuía e enfatiza a potencialidade de expansão desse ramo da economia na região, uma vez que a cooperativa já dispunha da estrutura para o processamento de fios. Outro ponto relevante é a geração de vagas de emprego, em um contexto em que outras cooperativas estavam passando por um período de crise, enquanto a Coopagro estaria contratando.

Quanto à atuação no recebimento de safra, fomento de produção e expansão de atividades, no início da década de 1990, há algumas menções à atuação numa aparente “normalidade”. Em 1991, existem alguns registros que dão conta desse processo. Na edição do *Jornal do Oeste*, publicada em 14 de março de 1991⁸⁹, na página número 5, na seção economia, a cooperativa, a partir de um dos seus diretores, expôs que estava satisfeita com o recebimento da safra de soja. Segundo ele, “a Coopagro tem oferecido as melhores condições”, em termos de preço para comercialização e no que diz respeito ao financiamento de insumos. O que foi destacado nesse recebimento de safra foi a atuação da cooperativa como “motivo de satisfação, porque vem mostrando que a Coopagro através dos anos teria apresentado um crescimento muito grande na produção, conscientização e industrialização”.

A matéria resalta positivamente o recebimento da safra pela cooperativa, expondo ainda as condições benéficas praticadas por esta, que agregam valor à produção dos seus associados. Foi destacado, ainda, o histórico de desenvolvimento da cooperativa, quanto ao crescimento em termos de produção e industrialização. Ao analisarmos essa matéria, e outras, temos a noção de que a cooperativa estaria em uma posição “confortável”, em um contexto socioeconômico desfavorável.

Tanto que, em junho de 1991, inaugurava mais um mercado em sua rede⁹⁰. Em manchete na primeira página do *Jornal*, com o título “Supermercado da Coopagro já atende

⁸⁹ *Jornal do Oeste*. N.º 1525. Ano VIII. 14 de março de 1991 *in*: *Jornal do Oeste*. 1991, edição 1474 à 1569. Documento n.º 481 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

⁹⁰. Ano VIII. 26 de junho de 1991 *in*: *Jornal do Oeste*. 1991, edição 1570 à 1659. Documento n.º 479 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

consumidores”, há uma foto em preto e branco, em que figuram em plano centralizado três homens realizando o corte de uma fita, e no plano de fundo aparecem mais dois homens acompanhando o ato. Os sujeitos que aparecem na foto são o diretor da Coopagro Atilio Marostica e o prefeito de Toledo, Luiz Alberto de Araujo, em solenidade de inauguração de um novo mercado da cooperativa. A manchete é composta de um texto estruturado em três parágrafos, em que é exposta a presença de diferentes autoridades na inauguração de nova unidade, além de ressaltar as instalações como sendo modernas, com equipamentos de última geração, e finaliza o texto direcionando o leitor para a matéria completa na página 3. Acompanha essa manchete, de forma a complementá-la, outra com o seguinte título “Amândio elogia a Coopagro”. Esse elogio é registrado pelo assessor de indústria e comércio do governo estadual, o qual destacou a importância da abertura do mercado para o desenvolvimento local. Podemos notar pela forma como foi estruturada a notícia algumas contradições:



Figura 3. Capa da edição do Jornal do Oeste, nº1611 de 26 de junho de 1991

Fonte: Jornal do Oeste. N.º 1611

Ao analisarmos a estrutura do Jornal, pode-se perceber que a manchete em destaque dá conta da produção de trigo, que deve ter uma queda de 40% em sua produção. A situação também pode ter afetado a estrutura e o funcionamento da Coopagro, uma vez que esse era um dos produtos recebidos. Apesar do destaque à abertura do mercado, possivelmente a cooperativa

sofreu com essa quebra de produção, o que apesar de não possuímos um registro sobre isso, afetou, possivelmente, a atuação da Coopagro.

A abertura de um mercado, em um período de hiperinflação, possivelmente não agregaria à cooperativa uma renda substancial. Em termos de aumento do valor de produtos, as vendas do mercado poderiam sofrer determinadas oscilações, além de serem feitas conforme o poder aquisitivo dos consumidores. Outro ponto significativo seria referente às vendas a prazo, destinadas majoritariamente a cooperados, no entanto, essas não gerariam uma entrada de caixa imediata, além de gerar dívidas a esses associados. Nesse sentido, as compras a prazo, efetuadas por associados e trabalhadores, geraram um problema quanto a valores, uma vez que dado o contexto econômico do período, a compra a prazo sofreria o efeito da inflação sobre o produto comercializado. A matéria que segue à página três apresenta a “importância” para a região quanto à abertura desta nova unidade de mercado, gerando mais empregos para o município e ressaltando as inovações tecnológicas presentes para a comodidade dos clientes.

Ao apresentar essa inauguração como uma possibilidade para o aumento do desenvolvimento da economia local, a cooperativa destacava o investimento nos tempos de crise. Conforme justificou o diretor-presidente da cooperativa Atilio Marostica em entrevista vinculada na edição posterior do jornal: “Este é um momento difícil na economia brasileira, em que empresários e principalmente agricultores vêm reduzindo investimento... a crise é sinônimo de risco e oportunidade [...]”. Investir na crise foi apontado pelo diretor como uma das possíveis soluções para dar continuidade à atuação da Coopagro. No entanto, pode-se fazer alguns questionamentos: o investimento no setor de serviços seria suficiente e adequado para manter a Coopagro em determinado padrão de atuação, como o da década de 1980? Esse investimento era subvencionado a partir de empréstimos? E o setor de recebimento e produção, também estava incluído nesses investimentos?

Quanto às questões, possivelmente na maioria das situações esse investimento não consegue modificar ou manter o padrão de atuação da Coopagro da década anterior. A tentativa de aportar recursos para o “investir em tempos de crise” da Coopagro foi marcada pela contratação de alguns empréstimos, assim como os já citados, utilizados para a construção da fábrica de fios. Esses seriam destinados a financiar a produção, expansão e possivelmente cobrir algumas dívidas já contraídas pela cooperativa, como a decorrente da abertura de novo

mercado. A exemplo disso, pode-se citar a convocação para a assembleia-geral extraordinária⁹¹ convocada para o dia 16 de agosto de 1991, que possuía como ordem do dia a seguinte pauta:

- 1) Autorização a Diretoria para contratar financiamento de subscrição e integralização de quotas-partes, junto ao Banco do Brasil S/A. e/ou outras instituições financeira;
- 2) Autorização a Diretoria para dar em garantia de bens a favor do Banco do Brasil S/A. e/ou outras referente ao financiamento de quotas-partes, ou qualquer outra modalidade de empréstimo;
- 3) Autorização a Diretoria para caucionar a favor do Banco do Brasil S/A. e/ou outra instituição financeira Nota de Crédito Rural e/ou Nota Promissória de emissão dos associados referente a subscrição e integralização de quotas-partes.

O expediente de contrair empréstimos junto a bancos, como o caso do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e do Badep, foi de certo modo comum durante a década de 1980, inclusive quanto ao oferecimento de bens da cooperativa como garantia a estes. No entanto, nesta assembleia em questão existem dois fatores que chamam atenção: o primeiro deles diz respeito ao fato de ser extraordinária, o que em tese a reveste de determinada urgência quanto à aprovação das pautas. O segundo ponto, que chama atenção, remete ao item 3 da pauta, que é a emissão de notas de crédito rural⁹² ou nota promissória que seria emitida pelos associados⁹³. Este ponto poderia causar aos associados determinados problemas, pois uma vez que a Coopagro não arcasse com o pagamento dos débitos, os produtores o deveriam fazer. Infelizmente não foram encontrados documentos que versem sobre a aprovação da pauta da assembleia, a qual foi possivelmente aprovada. Mesmo com essas medidas tomadas pela Coopagro, a partir de 1992, pode-se perceber uma mudança na forma como era veiculada pela imprensa a atuação da cooperativa.

Na edição 1981 de 17 de setembro de 1992, foi veiculada na primeira página do Jornal do Oeste uma nota de esclarecimento⁹⁴, que visava por parte da diretoria esclarecer a situação quanto a comentários sobre a situação financeira da cooperativa. Foi pontuado na nota que os comentários teriam um possível cunho político⁹⁵, sendo estes frutos de má-fé das pessoas que

⁹¹ Jornal do Oeste. N.º 1612. Ano VIII. 06 de agosto de 1991 *in*:Jornal do Oeste. 1991, edição 1570 à 1659. Documento n.º 479 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

⁹² Segundo o Decreto Lei 167 de 1967 em seu artigo 9º, a nota de crédito rural (...) é promessa de pagamento em dinheiro, sem ou com garantia real cedularmente constituída, sob as seguintes denominações e modalidades: (...) IV - Nota de Crédito Rural.

⁹³ A questão das notas de crédito rural (NCR) será abordada posteriormente.

⁹⁴ Jornal do Oeste, n.º 1981. Ano IX. 17 de setembro de 1992. *In*:Jornal do Oeste. 1992, edição 1970 à 2065. Documento n.º 929 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

⁹⁵ No período em questão o ex-diretor presidente da cooperativa era candidato e eleição para prefeito de Toledo, disputando a eleição do período contra Albino Corazza Neto.

o fizeram. Pois, conforme continua a nota, a Coopagro estaria entre uma das maiores empresas privadas do Paraná (13º maior segundo a nota) e uma das maiores do Brasil (362º maior segundo a nota). É enfatizado ainda que “para que não paire dúvidas” a cooperativa cresceu de 400º maior do país para 362º. A assistência ao agricultor também é ressaltada, destacando que apesar da crise que afeta a economia brasileira, a cooperativa “não deixou de estar ao lado do agricultor. Por fim, o 5º ponto traz informações quanto a um balanço financeiro, enfatizando o faturamento de 120 milhões de dólares no período, contra 106,4 milhões do período anterior. Tal nota foi reproduzida em outra edição do jornal:

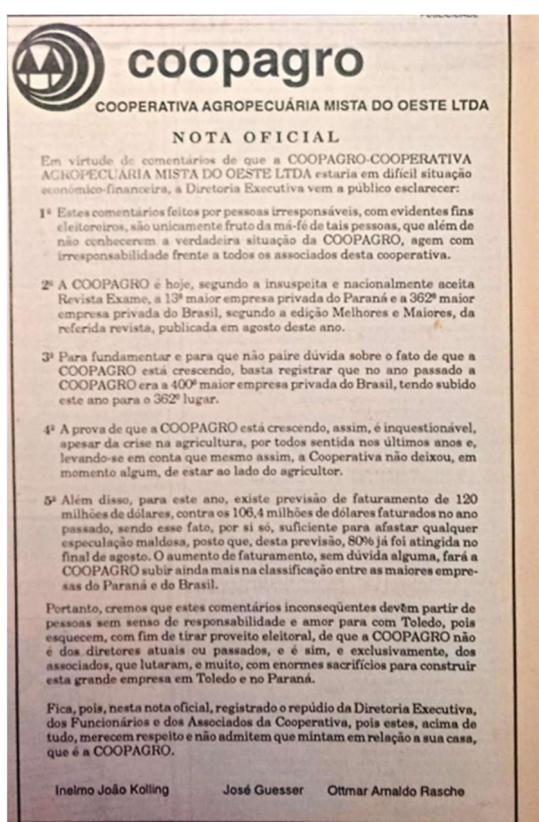


Figura 4. Capa da edição do Jornal do Oeste, nº1611 de 26 de junho de 1991

Fonte: Jornal do Oeste, 1991

A manifestação de repúdio, quanto aos comentários, possui uma relação com o pleito eleitoral de 1992. O ex-diretor-presidente da Coopagro, figurava entre um dos candidatos a prefeito de Toledo-PR e a nota, estaria possivelmente destinada a um adversário deste. Infelizmente não foi encontrada documentação sobre tal. No entanto, a partir da veiculação desta nota, pode-se começar a perceber uma mudança na forma como se veicularam notícias sobre a Coopagro, que antes em uma situação de progresso e expansão, “passaria” a enfrentar dificuldades financeiras.

De forma contrária ao exposto pela nota, em novembro de 1992, o então diretor-presidente da Coopagro e outro membro da diretoria renunciaram ao cargo. Conforme noticiado em edição n.º 2040⁹⁶. Segundo a matéria, ele estava renunciando para não afetar as operações de crédito rural da Coopagro, devido à restrição imposta pelo Banco Central (BC) a ele e a ex-diretores. A justificativa para essa restrição seria o “Socorro da Cooperativa a um associado que teve duas safras frustradas”, o qual segundo exposto foi interpretado como uma operação de crédito irregular. O diretor ainda ressaltou que a cooperativa teria que desmobilizar parte do patrimônio para reduzir o seu endividamento.

Desta notícia pode-se extrair algumas questões a serem analisadas. A primeira dela diz respeito à condição da Coopagro em termos de endividamento, ao contrário do exposto na nota publicada em edições anteriores do Jornal. Outro ponto interessante a ser ressaltado diz respeito à limitação imposta pelo BC à cooperativa quanto à contratação de futuros créditos, pois o fato de socorrer um associado, que foi considerado irregular, possivelmente pode-se somar a outras operações de créditos feitas pela Coopagro. Por fim, e este ponto se configura enquanto uma hipótese, o afastamento do então diretor pode ser uma estratégia deste quanto a possíveis implicações posteriores. Essa hipótese, porém, se configura como um mero elemento de especulação.

Após a renúncia do diretor e a constatação de que a cooperativa estava endividada, é veiculada uma série de matérias referentes ao apoio de comunidades, cidades onde ela possuía entrepostos. Enquanto uma empresa que empregava em diferentes municípios uma quantidade considerável de trabalhadores e estava associada a inúmeros produtores rurais, o endividamento desta poderia encetar o seu fechamento e causaria inúmeros problemas de cunho econômico e social na sua área de atuação. Neste sentido, foram elencados e evocados inúmeras qualidades e o histórico da cooperativa nos seus anos de atuação a fim de ressaltar a capacidade desta de sair da situação de endividamento e reformular sua atuação⁹⁷.

Nesse sentido, se faz necessário considerar que o processo de endividamento e crise, conforme já destacado, não é um processo circunscrito à atuação da Coopagro. A Coopavel, por exemplo, sofre um processo similar ao da cooperativa de Toledo. Deste modo, destaco a

⁹⁶ Jornal do Oeste, n.º 2040. Ano IX. 27 de novembro de 1992. *In*:Jornal do Oeste. 1992, edição 1970 a 2065. Documento n.º 929 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

⁹⁷ Ver edições 2060, 2063 de 1992 e edições 2066, 2069, 2070, 2072, 2074, 2076 e 2080 de 1993 do Jornal do Oeste.

contribuição de Adamy em sua tese de doutorado⁹⁸, em que a autora aborda as disputas das frações de classe dominantes em torno da cooperativa agropecuária. Ao analisar estas relações em Cascavel, a autora apresenta diferentes fases do desenvolvimento da Copavel:

A primeira fase pode ser reconhecida durante a década de 1970, quando seus dirigentes e associados agropecuaristas tinham na cooperativa a possibilidade de acesso a melhores preços na aquisição de insumos e na comercialização de sua produção, bem como, à assistência técnica especializada. A segunda fase se desenvolveu durante os anos iniciais da década de 1980, quando a cooperativa foi severamente atingida por uma crise financeira que exigiu sua reestruturação. A crise pela qual passou a Coopavel e que teve seu momento mais intenso em 1985, afetou-a significativamente, estando inclusive na eminência de ter sua falência decretada. A economia brasileira enfrentava forte crise no início da década de 1980. Também a agricultura na região Oeste do Paraná vinha sofrendo os impactos das políticas do governo federal, bem como dos efeitos do clima, com sucessivas perdas de safras e prejuízos aos produtores rurais.⁹⁹

Essa trajetória se assemelha à da Coopagro, com a estruturação de uma empresa que oferecia vantagens aos seus associados, quanto ao melhor preço ofertado e oferta de crédito rural. Quanto ao segundo ponto, foram apontadas pela autora as dificuldades da política de crédito na década de 1980 e a situação econômica da Coopavel. A atuação da Coopagro diverge nesse sentido. Conforme apontado, esta apresentou como “possível solução” o processo de diversificação das atividades, além das sucessivas expansões dessa, que foram feitas possivelmente a partir de empréstimos realizados. Uma possível crise, semelhante à sofrida pela Coopavel, na década de 1980, quando “O risco de falência da Coopavel se tornava cada vez mais evidente, visto a dificuldade financeira e de obtenção de novos créditos”¹⁰⁰.

Em uma situação que se apresentava de forma oposta, apesar de enfrentar as mesmas dificuldades que a Coopavel, a Coopagro iniciou a década de 1990 com uma imagem de empresa que se manteria estável, contornando a crise e investindo nela. Essa imagem foi criada e difundida por meio de canais de comunicação que circulavam na região e, de certo modo, ajudavam a consolidar essa percepção. A criação de fábricas e a expansão das atividades da cooperativa foram realizadas por meio da contratação de sucessivos empréstimos e reinvestimento de sobras, que idealmente deveriam ser distribuídas entre os associados. Com o

⁹⁸ ADAMY, I. S. Terra, poder e cooperativismo no Oeste do Paraná: o caso da COOPAVEL. 2019. 274 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

⁹⁹ Id. p.187

¹⁰⁰ Id. p.188

agravamento da crise econômica que se decorreu e levou a cooperativa a uma dificuldade maior em conseguir financiar sua produção e possivelmente refinar suas dívidas, a situação da Coopagro “passou” a ser de uma empresa endividada¹⁰¹.

A preocupação e a situação da cooperativa, teve um aparente desfecho, que pode ser apontado, conforme se veiculou em Toledo e região, como um possível final feliz quanto ao endividamento da cooperativa. Em fevereiro de 1993, após a realização de assembleia, foi aprovado um plano para “salvar a Coopagro¹⁰²”. Esse plano, deliberado em assembleia que elegeu nova diretoria para a cooperativa, estava baseado na autorização para que a Coopagro contratasse mais empréstimos, reformulasse sua área de atuação com a venda de determinadas instalações que eram consideradas ociosas ou pouco produtivas. Em edição posterior foi apresentado que dando seguimento às ações da nova diretoria a cooperativa estaria saneada quanto à situação financeira em 1 ano¹⁰³.

A liberação de Cr\$ 400 bilhões pelo Banco do Brasil, em cédula de crédito comercial, ocorrida em 17 de julho de 1993¹⁰⁴, em acordo firmado, seria utilizada para realizar o pagamento de dívidas que a cooperativa possuía com fornecedores e produtores. Essas ações constituíram parte do plano para a recuperação da Coopagro, que envolveria a venda de imóveis desta. Ao conseguir essa liberação de crédito, possivelmente a cooperativa estaria a caminho de uma solução quanto à sua situação.

No entanto, ainda em 1993, começaram a ser veiculadas notícias sobre um “possível” desvio de dinheiro da cooperativa realizado por ex-dirigentes. Segundo informações apresentadas em denúncia realizada, o desvio seria fruto de comissões repassadas a uma empresa para a intermediação da negociação de algodão. A empresa seria de propriedade de ex-funcionários da Coopagro e nunca teria realizado tal tipo de negócio¹⁰⁵. Em dado momento, a direção da cooperativa atribuiu a culpa aos chefes de departamento e outros trabalhadores da

¹⁰¹ As percepções de trabalhadores e os embates quanto ao fechamento da cooperativa serão abordados adiante.

¹⁰² Jornal do Oeste, n.º 2105. Ano IX. 18 de fevereiro de 1993. *In:* Jornal do Oeste. 1993, edição 2066 à 2160. Documento n.º 950 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

¹⁰³ Jornal do Oeste, n.º 2201. Ano X. 19 de junho de 1993. *In:* Jornal do Oeste. 1993, edição 2161 à 2263. Documento n.º 751 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

¹⁰⁴ Jornal do Oeste, n.º 2225. Ano X. 17 de julho de 1993. *In:* Jornal do Oeste. 1993, edição 2161 à 2263. Documento n.º 751 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

¹⁰⁵ Jornal do Oeste, n.º 2301. Ano X. 16 de outubro de 1993. *In:* Jornal do Oeste. 1993, edição 2264 à 2358. Documento n.º 951 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR Referente ao escândalo, referente ao desvio de 700 mil dólares, estava veiculado ao pagamento em duplicidade para corretagem de algodão, o mesmo seria realizado a uma firma com sede em São Paulo, e teve como proprietário um ex-funcionário da Coopagro.

cooperativa¹⁰⁶, alegando que eles enquanto diretores não teriam condições de “checar todos os documentos e os assinavam sem conferir”. No entanto, em suas falas, estes relataram que o recebimento de comissão havia sido autorizado em assembleia. A ata dessa assembleia, infelizmente, não foi localizada. O que fica patente na fala dos diretores é a atribuição de culpa a outros, esses trabalhadores que em tese receberiam ordens quanto à sua atuação.

As matérias seguintes do jornal dão conta dos desdobramentos desse processo. Com a convocação de diretores, mulheres de diretores, ex-funcionários para prestar esclarecimentos, no entanto, não foi possível constar em edições posteriores o desdobramento desse “escândalo¹⁰⁷”. Ao narrar os fatos, em um período em que a cooperativa estava em processo de recuperação, tendo contraído recentemente um empréstimo para o pagamento de dívidas, pode-se questionar: quais sentimentos trabalhadores e agricultores tiveram quando da divulgação deste?

Quanto à experiência e expectativa dos trabalhadores, o assunto será abordado posteriormente. Os agricultores, por outro lado, implicados por compromissos contraídos com a Coopagro em empréstimos, viviam em situação de aflição quanto à possibilidade de terem que arcar com o pagamento de notas promissórias assinadas. Alguns desses sujeitos, residentes em Nova Santa Rosa, se dirigiram à polícia civil em novembro de 1993 para registrar boletim de ocorrência contra a cooperativa¹⁰⁸. Segundo consta na reportagem “os agricultores assinaram documento em branco para a cooperativa antecipar a receita que teria a longo prazo” e esses documentos em alguns casos “chegaram a ser preenchidos com valores de até 20 milhões de cruzeiros reais”. A apreensão desses agricultores de Nova Santa Rosa, possivelmente se somaria à de outros, pois esses eram avalistas da cooperativa e em determinadas circunstâncias poderiam perder seus bens para pagar as dívidas desta.

A divulgação de informações sobre o desvio realizado acelerou um processo que buscava ser evitado pela Coopagro: sua liquidação e conseqüente fechamento. Ainda em 1993, em assembleia realizada, se deliberou a liquidação da cooperativa¹⁰⁹ por 471 votos a 2. Em um

¹⁰⁶ Jornal do Oeste, n.º 2306. Ano X. 22 de outubro de 1993. *In:* Jornal do Oeste. 1993, edição 2264 à 2358. Documento n.º 951 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

¹⁰⁷ Edições n.º 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306 e 2307, que circularam entre 16 e 23 de outubro de 1993, apresentam versões de ex-diretores da cooperativa, ora negando o envolvimento no escândalo, ora atribuindo a funcionários a questão do desvio. No entanto, essas notícias não foram veiculadas em edições posteriores, ficando vaga a responsabilidade de responsáveis ou as possíveis conseqüências a estes.

¹⁰⁸ Jornal do Oeste, n.º 2340. Ano X. 04 de dezembro de 1993. *In:* Jornal do Oeste. 1993, edição 2264 à 2358. Documento n.º 951 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

¹⁰⁹ Jornal do Oeste, n.º 2354. Ano X. 21 de dezembro de 1993. *In:* Jornal do Oeste. 1993, edição 2264 à 2358. Documento n.º 951 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

universo de aproximadamente 4 mil associados, a participação nessa assembleia pode ser considerada inexpressiva.

A assembleia ocorreu e, entre as justificativas contrárias à liquidação, destacou-se a fala de um agricultor chamado Ilídio Ferronato, associado há 20 anos da cooperativa. Ele afirmou: “É uma saída, mas favorece os ladrões. Sempre que há uma solução para os problemas e não se pune os responsáveis, deixa-se o caminho aberto para outros”. A opinião do agricultor, que o levou a votar contra, classificou a liquidação como prejudicial aos cooperados. Em vez de substituir os envolvidos em gestões anteriores e atuais, que conduziram a cooperativa a um quadro de endividamento, e puni-los, optou-se pela liquidação, sem a punição ou o afastamento integral dos implicados nos problemas.

Neste sentido, ocorreu a liquidação da Coopagro, com a eleição de uma comissão composta por sete associados, destinada ao pagamento das dívidas da cooperativa. Em 13 anos, a cooperativa passou de um período de expansão e ampliação das atividades para o encerramento decorrente de dívidas. E pode-se questionar: a cooperativa cessou suas atividades logo após sua liquidação? Como os trabalhadores perceberam esse processo que envolveu a Coopagro? Todos foram demitidos quando da liquidação? Houve atraso nos pagamentos desses trabalhadores? Qual foi a experiência desses sujeitos diante da liquidação da cooperativa? Existiram disputas na justiça por direitos?

2.2 EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES DA COOPAGRO

O processo de liquidação de cooperativas é regulado pela Lei 5.764/1971. Esta lei, em seu Capítulo XI e respectivos artigos, estabelece as normas para o processo de liquidação das sociedades cooperativas e as responsabilidades da comissão nomeada para conduzi-lo. Entre as atribuições dessa comissão, estão a arrecadação de bens, o cumprimento de obrigações e todas as tarefas relacionadas ao pagamento de credores, entre os quais se incluem os trabalhadores. Diante da decretação de liquidação da Coopagro, surge a seguinte indagação: como os trabalhadores encararam esse processo?

Inicialmente, é importante destacar que a cooperativa não encerrou todas as suas atividades. Ela continuou recebendo grãos de determinadas localidades, além de manter alguns entrepostos ativos, e arrendou outros para empresas como a Sadia e a Copacol (Cooperativa Copacol Agroindustrial). Essas decisões eram acompanhadas por informações sucessivas sobre

o interesse da comissão liquidante em vender os ativos da Coopagro de forma rápida¹¹⁰. O que se apresenta como contraditório, nesse período, foi: i) a comissão liquidante não liquidou o patrimônio total da cooperativa; ii) os arrendamentos realizados com outras cooperativas imobilizaram o patrimônio pelo tempo de duração do contrato e “impediram” sua venda para o pagamento de dívidas, entre as quais as trabalhistas.

Além dessas questões, foram veiculadas diferentes denúncias contra a comissão liquidante, por mau uso dos recursos. Neste ponto, a atuação da comissão não respeitou um critério de credores. Em determinados momentos, privilegiou conhecidos na liberação de créditos pendentes. Em matéria publicada em 1994¹¹¹, destaca-se em manchete o seguinte título: “Coopagro acusada de pagamento duplo e irregular a associado”. A matéria apresenta informações sobre a acusação de pagamento “irregular e imoral” realizado pela comissão liquidante a um cooperado que possuía valores a receber da mesma. Durante uma negociação para compra de um entreposto da cooperativa por outra da região, esse cooperado recebeu os valores tanto da Coopagro quanto da outra empresa, gerando duplicidade no recebimento de valores. Vale destacar que a liberação da verba a esse associado aconteceu poucos dias após a posse da comissão liquidante. Essa prática foi apontada pelos associados como imoral e ilegal, tendo em vista a situação de muitos que não receberam seus valores. Esse tipo de “benefício” se estendia a outros, e em determinado momento foi criticado, quando da formação do quadro de devedores da Coopagro, no qual constavam pessoas da “classe mais abastada do município”.¹¹²

Sobre essa atuação, da comissão liquidante, queremos mostrar que os problemas e as dívidas da cooperativa não foram resolvidos imediatamente, mas postergados e administrados para um momento posterior. Os trabalhadores, que muitas vezes construíram suas vidas, comprando casas e formando famílias, enquanto trabalhavam na Coopagro, foram demitidos da cooperativa em dois momentos (inicialmente após a assembleia de liquidação em 1993 e posteriormente após a Coopagro vender seu patrimônio à Coamo em 1995). O encerramento da cooperativa afetou a vida desses sujeitos, que tiveram suas ocupações prejudicadas em um contexto de crise econômica e viram seu sustento ameaçado.

¹¹⁰ Destaco nesse sentido as “demonstrações” de interesse em resolver o problema da cooperativa, que foram propagandeadas em diferentes edições do Jornal do Oeste. Ver edições n.º 2382, 2386, 2387, 2389, 2395, 2396, 2399, 2403, 2410 e 2411 de 1994. Nelas são abordadas diferentes ações tomadas pela comissão liquidante para tentar resolver o problema dos pagamentos dos débitos da cooperativa.

¹¹¹ n.º 2389 - ANO X. 08 DE FEVEREIRO DE 1994. Jornal do Oeste. 1994, edição 2359 à 2458. Documento n.º 789 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

¹¹² n.º 2395 - ANO X. 17 DE FEVEREIRO DE 1994. Jornal do Oeste. 1994, edição 2359 à 2458. Documento n.º 789 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Quando questionados sobre o processo de crise da cooperativa, tanto Gilmar quanto Camilo demonstram em suas narrativas uma certa descrença quanto à situação ocorrida. Esse sentimento, e a forma de se referir a ele, pode ter sido compartilhado por outros sujeitos. Neste sentido, cito o professor Nildo Viana, em um artigo¹¹³ em que o pesquisador estabelece uma discussão sobre a memória. Segundo ele:

O caráter social da memória deixa entrever que a memória é coletiva. No entanto, a memória individual é uma manifestação singular do coletivo. É preciso perceber a singularidade da memória individual, mesmo que sua constituição tenha origem social. A memória coletiva pode se referir tanto à memória de todos os membros de uma determinada sociedade quanto a grupos sociais no seu interior. No primeiro caso, temos uma abordagem que ultrapassa a visão de Halbwachs, pois ele focaliza os grupos sociais. No entanto, as lembranças coletivas, quando são evocadas, possuem os mecanismos de seleção que são de caráter social: valores, sentimentos, pressão social, etc, e, por conseguinte, sua constituição é social, tal como ocorre com o indivíduo, e possuem elementos que são constitutivos de toda uma sociedade. Assim, podemos falar de uma memória social, compreendendo por este termo a consciência social virtual em uma determinada sociedade. Assim, a evocação da origem do mundo nos mitos das sociedades simples revela esta memória social. Porém, nas sociedades divididas em classes sociais, a memória social acaba se manifestando de forma muito mais reduzida. As classes sociais, entre outros grupos sociais, acabam criando o seu processo seletivo derivado de sua constituição própria de valores, sentimentos, etc. Assim, quando grupos oprimidos recordam Spartacus, o gladiador que liberou a rebelião escrava na Idade Antiga, isto se deve aos valores destes grupos sociais. Outros grupos sociais também acabam manifestando lembranças coletivas, expressão de sua memória social. Os grupos religiosos zelam pelo seu passado através de um conjunto de lembranças, e o mesmo ocorre com os artistas e inúmeros outros grupos sociais¹¹⁴.

O ato de lembrar, em um contexto de rompimento e das consequências desse processo, pode influenciar de diferentes formas como os sujeitos narram tal experiência. De uma situação relativamente estável, eles passaram a procurar por emprego. Diante disso, eles tiveram que escolher entre processar a cooperativa para exigir seus direitos ou não processar. Essas são situações que perpassam as experiências de trabalhadores que se empregaram na cooperativa por determinado período. Nesse sentido, existem algumas semelhanças na forma como os sujeitos percebem o encerramento da Coopagro.

Nesse sentido, conforme abordado na introdução desta pesquisa, segundo Pollak¹¹⁵ a memória se constitui, enquanto um fenômeno complexo e multifacetado, sujeito a disputas,

¹¹³ VIANA, Nildo. Memória e sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. Espaço Plural, v. 7, n. 14, p. 8-10, 2006.

¹¹⁴ Id. p. 9.

¹¹⁵ Ibid.

conflitos e competições entre diferentes narrativas e versões do passado. Deste modo, ao analisarmos e problematizarmos essas memórias é importante analisar não apenas os aspectos de continuidade e estabilidade da memória, mas também os momentos de ruptura e reescrita da história. O autor apresenta a memória como um campo de batalha onde diferentes atores e processos estão envolvidos na construção, desconstrução e reconstrução das narrativas coletivas.

Tanto Gilmar quanto Camilo, ao avaliarem e narrarem a crise e o encerramento da cooperativa, citam a questão do crescimento acelerado da Coopagro. Esse crescimento estaria ligado à política de expansão e diversificação de atividades da cooperativa, que foi gestada a partir de inúmeros financiamentos e empréstimos. Ao comentarem o assunto, os trabalhadores dizem que: “cooperativa balançou as suas estruturas no momento... quando eles começaram a adquirir as unidades onde nós tínhamos a denominação de área norte...”. Gilmar se refere à expansão das atividades da cooperativa para a região de Umuarama, com a compra da estrutura da COAP. Esse processo ocorreu na década de 1980, com a expansão e a diversificação das atividades da cooperativa. No mesmo sentido, Camilo expõe o crescimento da Coopagro como um dos possíveis fatores para sua derrocada. É interessante notar que ambos se referem a essa expansão, que colocava a cooperativa como uma das maiores do país, sendo referência. Segundo Camilo:

É, é que na verdade ela cresceu muito rápido, ela tinha 30 e poucas unidades, eu num lembro exato mas eu acho que é isso. Ela chegou até Cruzeiro do Oeste, Umuarama, Alto Piquiri, que hoje é de outra empresa né! E ela expandiu de uma forma muito rápida e... e a coisa foi acontecendo que de repente quando eu falo que "a gente não viu"... e eu escutava o cara falar, mas não, isso não é verdade não... vamos trabalhar, vamos levantar, vamos ajudar ela... o que a gente fez e... acho que muito bem né! E ela... lá por volta de... não vou dizer o ano por que eu não lembro. Mas isso, vamos dizer, ela tava no auge até (19)85, (19)87, (19)88... (pausa longa). O nome Coopagro, se você mandava um caminhão de... de seja lá o que fosse pra... pra Bahia, pra Minas Gerais, os cara só assinava a nota. Ela era tão conhecida, tão grande, por que ela era uma das maiores cooperativas da... da... da América do Sul.

Apesar do crescimento e do reconhecimento da cooperativa como uma das maiores do país, é interessante notar que existiam “comentários” sobre a situação da Coopagro: “a gente não viu... e eu escutava o cara falar, mas não, isso não é verdade não... vamos trabalhar, vamos levantar, vamos ajudar ela... o que a gente fez e...”. Trabalhar e continuar trabalhando foi uma das questões que os trabalhadores como Gilmar e Camilo elencaram, mesmo em um contexto em que havia determinados comentários. Essa situação, possivelmente, se estruturava pela avaliação dos trabalhadores de que, dado o tamanho e o prestígio da cooperativa, essa superaria

o processo de crise. Tanto que, dentro de suas considerações, os trabalhadores comentaram quanto as mudanças de moedas ocorrida no período em que a cooperativa encerra suas atividades, além da questão da “vontade política” de auxiliar a cooperativa.

A questão da mudança de moedas, decorrente do processo de hiperinflação e dos planos de estabilização financeira, realizados no período, foi avaliada como um dos fatores para o afastamento dos associados por Camilo. Segundo ele: “Era época de moeda diferente, foi mudando... Cruzeiro, Cruzado, Novo Cruzado e... na era três ou quatro mudanças de... e ali que... juro em cima de juro, pegava dinheiro a granel e... e às vezes não aproveitava né!”. Ao se referir a esse processo, o trabalhador pode estar mencionando os empréstimos realizados para sanar as dívidas da Coopagro, o pegar dinheiro a granel pode ser interpretado como uma referência à má utilização desses recursos e os sucessivos problemas com esses recursos, com sucessivas acusações de desvios de verbas.

Essa última questão é veiculada em diferentes matérias, que permeiam a década de 1990 e acompanham a situação da cooperativa. Em edição de fevereiro de 1994¹¹⁶, tem-se a divulgação de matéria sobre a realização de fiscalização de recursos, contraídos por empréstimo ao Banco do Brasil (BB). Nela, constam informações sobre a visita de dois agentes do Banco do Brasil, vinculados à gerência de cooperativismo, para avaliar a aplicação do dinheiro concedido pelo banco para o saneamento da cooperativa, além de informações sobre a estrutura da cooperativa e como estão sendo aplicados os valores.

A situação e os atos realizados pela comissão liquidante consistiram em realizar o arrendamento de diferentes entrepostos por contratos com prazo determinado e a venda de alguns entrepostos. O interessante dessas publicações é que elas nos apresentam a situação financeira da Coopagro, que em diferentes situações recebeu financiamentos para sanar suas dívidas. O que pode se relacionar à questão das trocas de moedas e o processo de agravamento das dívidas seria o empréstimo contraído em determinada moeda e esta sair de circulação em detrimento da troca realizada por planos econômicos. Nesse sentido, Gilmar apresenta outra opinião sobre a troca de moedas. Segundo ele:

Então, eu me lembro bem que... a troca da moeda era... me lembro que até eu tinha um dinheiro no banco, mas assim, quem tinha um certo valor poderia sacar até. Eu lembro bem que... como brasileiro sempre dá um jeitinho, algum fizeram, emitiram notas promissórias anteriores ao plano, dizendo que essas promissórias por acaso venceram na troca da moeda, então eles tinham o direito de sacar aqueles valores lá. Por que? Porque tinha um dívida contraída

¹¹⁶ N.º2399 - ANO X. 22 DE FEVEREIRO DE 1994. Jornal do Oeste. 1994, edição 2359 à 2458. Documento n.º 789, Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

por conta de promissórias e... e... enfim, anterior ao plano e depois disso... mas eu não vejo que aquilo ali tenha balançado a estrutura. Porque a troca da moeda simplesmente foi a retirada de alguns zeros e trocado o nome né! Quem tinha dez reais, digamos, teria um real hoje, só isso, mas o valor era o mesmo!

A versão apresentada por Gilmar, que estava em contato mais próximo com os ambientes administrativos da Coopagro, poderia estar de acordo com o que se praticava pela cooperativa para contornar o processo de troca de moedas. Apesar de colocações distintas sobre essa questão, o que se pode afirmar sobre a situação da cooperativa e o seu processo de crise é que houve má utilização de recursos, com diferentes escândalos e denúncias sobre desvios e práticas antiéticas. Nesse último ponto, pode-se referir à utilização do expediente das notas de crédito rural. Expediente utilizado para financiar determinados investimentos da Coopagro, onde diferentes associados (cerca de 4.500) assinaram notas em branco e se tornaram avalistas da cooperativa. Essa situação gerou a possibilidade de esses sujeitos serem executados e perderem suas propriedades. E gerou uma insegurança aos associados, que ao encararem a possibilidade de a cooperativa retomar determinadas atividades, encararam a situação com desconfiança. Essa desconfiança também seria estendida às ações da comissão liquidante, diante de algumas denúncias sobre a atuação dessa¹¹⁷. E nesse processo, os cooperados, conforme citou Camilo, se afastaram da Coopagro e esta foi ficando com uma estrutura mais enxuta.

A avaliação sobre a expansão da cooperativa, como uma das condições para o seu declínio, feita pelos trabalhadores, se relaciona com a situação que levou à sua crise. Nesse sentido, é difícil produzir uma análise precisa sobre a causa específica da decadência da cooperativa, mas o que se percebe é que ela se relaciona a diversos fatores, como a conjuntura econômica e as práticas das diretorias com a questão da contratação de empréstimos e os seus possíveis desvios. Novamente, e sem querer ser repetitivo, a cooperativa entra na década de 1990 em situação diversa da sua atuação na década de 1980, com uma dívida estimada de 40 milhões de reais.

Os trabalhadores, quando narram as possíveis causas, o fazem após o desenrolar do processo de fechamento da Coopagro. Quanto aos sinais que a cooperativa poderia ter dado no início da década de 1990, que indicassem aos trabalhadores que a situação não seria das melhores, como atraso de salários e demissões em massa, têm-se algumas questões que

¹¹⁷ Nesse sentido, pode-se acompanhar diferentes denúncias quanto à atuação irregular da comissão liquidante, com informações sobre o uso indevidos de recursos e a morosidade estabelecida pela comissão ao liquidar o patrimônio da cooperativa. Ver edições nº2389, 2395, 2402, 2414, 2415, 2453, 2454 e 2492 de 1994.

divergem. Camilo, por exemplo, enquanto trabalhador do recebimento, atividade que empregava quantidade considerável de mão de obra, nos conta que, no processo de fechamento da cooperativa, ele foi um dos responsáveis e informa que “praticamente fechei o último armazém em 94”. A prática adotada pela cooperativa foi de mandar embora mão de obra não qualificada e manter entrepostos, com funcionamento reduzido, com alguns funcionários. Trabalhadores mais especializados, possivelmente foram demitidos após a assembleia que determinou a liquidação da Coopagro. Quanto à avaliação de Camilo sobre o processo, ele nos informa o seguinte:

Na verdade quem tomou foi o banco, porque o Banco do Brasil foi o maior acionista né! Devia pra ele, porque eles injetavam dinheiro pra, pra tudo né! Seja pra tomar máquina, implemento ou... material de construção. Que a Coopagro era tão grande que ela tinha mercados, tinha de tudo. Eu lembro que eu comprei uma geladeira, comprei fogão, eles tinham eletrodoméstico e o que você imaginar. Era um shopping e mais um pouco de tão grande... e ali que foram se perdendo e a coisa tomou um rumo diferenciado e... só que a gente sofreu muito nos últimos dias. Porque uma coisa que você ajudou a construir com o seu esforço e de repente você vê assim...é... é ir água abaixo. Eu digo assim por que se tu falar com outras pessoas que ainda estão por aí e trabalharam mais tempo que eu ou menos, mas não vem ao caso, a gente sentiu por que... você não queria acreditar. Um troço tão grande, tão... assim... volumoso que parecia que isso nunca ia acabar. Se alguém falasse isso lá por volta de 70, 80 que nós chegaríamos em 95 e a Coopagro não existia mais... chamava de louco! E... então a gente conviveu com isso. A gente conviveu e tal, foi batalhando... Pra você ter uma ideia em 93, final de 93... era eu e mais cinco, seis funcionários do armazém que cuidava aqui... eu controlava estoque e era tudo manual. Os gráfico era tudo feito na parede pra saber aonde tava a variedade tal, x tal, por que era muito e era volume grande né! E os último cinco, seis anos eu que controlava as sementes. O cara ligava... tinha os ramais né! Camilo eu não ô achando tal lote de semente... porque tudo era... de um até o último né! A identificação, o número, da onde veio, a procedência, germinação e essas coisas. Ligavam pra mim e eu... olhava na parede que eu mesmo fiz, sem computado, sem bosta nenhuma. Eu mesmo fiz, eu falava de tal quadra x, y e tal, abx e tal e... os cara corria lá e... a já, já achei. Quem tava lá dentro não sabia onde tava mas eu que tava fora tava, tava na balança... vamos dizer assim... tinha uns dois predinho e eu, eu controlava tudo isso até os últimos dias ! E... de repente tava nós em pouca gente trabalhando porque o resto já tinha ido embora!

Quanto à fala do trabalhador, podemos extrair algumas questões. A primeira delas diz respeito aos credores da Coopagro, sendo o BB um dos maiores credores. Os sucessivos empréstimos e a emissão das notas de crédito colocaram os associados como credores da cooperativa. A forma como o trabalhador narra apresenta questões sobre o seu dia a dia na cooperativa, com uma rotina em que ele comandava uma equipe em suas diferentes atividades. Quando ele se refere à passagem “Se alguém falasse isso lá por volta de 70, 80 que nós

chegaríamos em 95 e a Coopagro não existia mais... chamava de louco! E... então a gente conviveu com isso”. O conviver com isso, possivelmente, é uma referência à liquidação da cooperativa, às demissões realizadas e aos possíveis atrasos de salário, que incidiram sobre os trabalhadores que continuaram vinculados à Coopagro. Quanto a essa última questão, segundo ele: “A gente começou a sentir que... até atrasar pagamento atrasava, mas isso uma semana... Mas isso quando... porque, na verdade, a coisa foi afunilando, que os cooperados tavam sentindo mais, aí todo mundo queria tirar um proveito”.

O tirar proveito, a que o trabalhador se refere, está possivelmente ligado aos inúmeros escândalos de corrupção veiculados no início da década de 1990 contra diretores da cooperativa. Gilmar também percebeu esse movimento e, assim, como diversos trabalhadores, sentiu uma certa “apreensão” quanto à possibilidade de ser mandado embora. Segundo ele, foram inicialmente dispensados os trabalhadores do quadro técnico, como engenheiros agrônomos, veterinários e equipes que prestavam assistência técnica, sendo esses trabalhadores, possivelmente, mais bem remunerados. A forma como ele expõe esse processo dá conta de que ele começou de forma gradual, o que, no entanto, não foi desconhecido dos trabalhadores. Assim como Camilo, ele percebeu que gradualmente as pessoas foram saindo e restaram poucos trabalhadores. Segundo Gilmar:

Lá em 1992, por aí... 91. De 91... eu acho que foi um pequeno... começo ali... um começo assim. Em 92 aumentou assim as demissões e quase que em massa. Eu... não fui o último mas quase o último a sair de lá em 1995 (...) percebemos e aí havia um... Digamos assim, uma preocupação, um temor dos empregados... "E agora, será que o próximo serei eu? Quem vai ser?". Então, assim, era uma leva... agrônomos, tinha uma equipe gigante de agrônomos, médicos veterinários, todos contratados da empresa. Então, tinha uma estrutura gigantesca dentro da cooperativa. E como eu falei, do meu ponto de vista, talvez a aquisição daquela área falida, desestruturada lá, tenha balançado o orçamento da cooperativa... enfim. Houve um investimento muito grande, inclusive no beneficiamento, também de café, algodão... enfim.

Na década de 1990, a percepção da situação da Coopagro estava possivelmente relacionada ao setor em que o trabalhador estava empregado. No entanto, o temor de perder o emprego, diante das demissões que ocorriam, era o mesmo para todos. Além disso, o trabalhador aborda os fatores que levaram ao fechamento da cooperativa. Em sua visão, esse fechamento esteve ligado ao dimensionamento que a Coopagro adotou. A política de investimentos, baseada em empréstimos e na administração das sobras para capitalização de recursos e investimentos, desempenhou um papel que, em determinados momentos, os trabalhadores qualificavam como condicionantes da situação da cooperativa. Ambos se referem

às assembleias realizadas no Clube Caça e Pesca de Toledo, onde, em vez de distribuir as sobras entre os cooperados, optava-se por realizar o pagamento das cotas parte.

Essa experiência pode ter sido compartilhada por diferentes sujeitos. A perda do sustento, da rotina do trabalho e a “possível falta de perspectiva” em conseguir se recolocar no mercado de trabalho eram sentimentos de diversos trabalhadores da Coopagro. Ao iniciar a década de 1990 com aproximadamente dois mil e trezentos trabalhadores empregados, a cooperativa “contribuía” com uma geração de empregos considerável e, em um contexto de crise, a demissão desses trabalhadores os colocou em posição vulnerável, colocando em risco o sustento de inúmeras famílias. As modificações na rotina do trabalho, o desemprego e a mudança de padrões de consumo perpassaram a experiência desses sujeitos, que por vezes venderam seus bens e contraíram dívidas maiores para manter o sustento da família.

Thompson¹¹⁸ entende que a experiência humana é um elemento fundamental na construção social. Neste ponto, é importante notar que o autor expõe que o ser social molda a consciência da sociedade, não apenas por fatores econômicos, mas também pela interação entre a dimensão material, social e cultural da vida, influenciadas pela experiência e pela ação humana. Segundo ele:

[...] mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada; essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados¹¹⁹.

Nesse sentido, os sujeitos não só reproduzem as experiências, mas as internalizam em sua consciência. Essas experiências vivenciadas produzem, em termos qualitativos, mudanças no ser social de cada sujeito que as vivencia. A saída da cooperativa, com a demissão, a procura por novo emprego e o sentimento de sair de um emprego que consideravam “estável” produzem marcas memoradas por esses sujeitos quando narram sua trajetória.

A situação dos trabalhadores, nesse contexto, também foi marcada por uma narrativa de culpa pelas dificuldades da Coopagro. Em determinado momento, com a situação da cooperativa esvaziada, se produziram inúmeras críticas quanto à manutenção de determinados sujeitos em seus postos de trabalho, o que gerava um “prejuízo” ainda maior à Coopagro em seu processo de liquidação¹²⁰. A exemplo disso, pode-se citar edição do Jornal do Oeste

¹¹⁸ THOMPSON, E. P. A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹¹⁹ Id. pág. 16.

¹²⁰ No próximo capítulo será trado de forma mais aprofundado essa relação da cooperativa, trabalhadores e credores.

veiculada em abril de 1994¹²¹, que publicou notícia sobre a negociação iniciada pela cooperativa para realizar a liberação de algodão. Esse seria destinado à produção da fiação, e estava travado devido a débitos da Coopagro com a Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB). No contexto da matéria, o que se expõe também é que 200 funcionários da fiação se encontravam parados, recebendo, possivelmente, férias, o que gerava um “prejuízo ainda maior à Coopagro”.

O tratamento dado aos trabalhadores, como possíveis sujeitos que prejudicavam o andamento da liquidação da cooperativa e o pagamento de associados e credores, pode ser percebido nas assembleias realizadas pela comissão liquidante¹²². Na assembleia realizada pela comissão liquidante em 1997, pode-se perceber dois elementos. O primeiro diz respeito à situação da cooperativa, sendo que quatro anos após a liquidação da Coopagro, a mesma ainda não havia conseguido liquidar seu patrimônio e quitar as dívidas com os seus credores. Foram expostas as medidas tomadas quanto à liquidação dos bens da cooperativa, dos quais podemos destacar a demissão de 31 trabalhadores, que segundo apontado tiveram o custo de R\$104.396,00, sendo informado que a cooperativa ainda mantinha 6 trabalhadores em funções específicas. Nesta ata também são veiculadas ações quanto ao leilão de algumas unidades e ações realizadas para garantir o cumprimento da liquidação do patrimônio da cooperativa. Quanto a valores, a Coopagro no período em questão, segundo apontado na ata, possuía um ativo de aproximadamente cinquenta milhões e um passivo no mesmo valor. Esse número indicaria que o valor dos bens da cooperativa seria o suficiente para cobrir suas dívidas e a liquidação “estava ocorrendo em conformidade”. Sendo avalizado pela auditoria independente, da continuidade do processo de liquidação, pois o quadro financeiro não havia se alterado desde sua liquidação em 1993.

A situação dos trabalhadores, nesse contexto, também foi marcada por uma narrativa de culpa pelas dificuldades da Coopagro. Na ata da assembleia realizada pela comissão liquidante em 1997, constam informações sobre os processos judiciais que aguardavam julgamento, sendo especificadas 230 ações na área sul (Toledo e região) e 148 na área norte (Umuarama e região), totalizando 378 reclamações trabalhistas. Esses números possivelmente não englobam as ações que iniciaram em 1993, quando do início da desmobilização da Coopagro, e também possivelmente não dão conta dos acordos realizados em audiências de conciliação com os

¹²¹ n.º2440 - ANO X. 13 DE ABRIL DE 1994. Jornal do Oeste. 1994, edição 2359 à 2458. Documento n.º 789 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

¹²² Ata da Assembleia Geral Extraordinária n.º 40/97 de 27 de março de 1997.

trabalhadores¹²³. Os associados, ao se referirem à questão dos trabalhadores, tratam-nos como um problema no processo de liquidação da cooperativa. Após a explanação sobre as ações e o indicativo da situação financeira da Coopagro, e a indicação de que os leilões dos bens da cooperativa não seriam marcados. Exceto se houvesse acordo com os advogados que possuíam ações trabalhistas contra a cooperativa, segue-se a fala de um cooperado, que ao se referir aos trabalhadores, coloca-os como “uma das causas” da cooperativa estar naquela situação. Segundo a ata, esse sujeito: “falou que os associados sempre queriam bons funcionários hoje é esse o tributo recebido (referindo-se às ações trabalhistas em andamento contra a Coopagro)”.

Os advogados dos trabalhadores acompanharam a assembleia, possivelmente para garantir que os direitos dos trabalhadores não fossem colocados de lado, por algum tipo de manobra da comissão liquidante ou da assembleia. Ora, quanto à forma que a cooperativa tratou os trabalhadores, a possível preocupação dos advogados se justifica. Uma vez que em momentos anteriores, a comissão de liquidação buscou prejudicar os trabalhadores. Ao me referir a essa situação, se faz necessário contextualizar o encerramento das atividades da Coopagro, em 1995, com o arrendamento de suas unidades de Toledo e região¹²⁴.

De 1993 até 1995, a cooperativa manteve alguns trabalhadores em “áreas estratégicas”, os demais, em sua maioria trabalhadores operacionais, do recebimento e das indústrias que a cooperativa mantinha, foram dispensados. Em 1995, a Coopagro procedeu ao arrendamento de duas unidades na região de Toledo para a Coamo, dispensando quase todos os trabalhadores e, possivelmente, mantendo os que realizavam entregas de notas e documentos aos produtores ou assessoravam os trabalhos da comissão liquidante. Os trabalhadores dispensados durante o período ingressaram com reclamações trabalhistas, pleiteando diferentes direitos sonegados na hora da despedida. Direitos que eram seus e que estavam no seu direito de exigir, uma vez que muitos deles trabalharam na Coopagro por mais de 10 anos. No entanto, a comissão liquidante, e isso de forma “indireta”, na ânsia de diminuir as ações contra a cooperativa, veiculou em diferentes momentos informações para desencorajar esses sujeitos de exercerem um direito que era seu.

¹²³ Ao realizar pesquisa no Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho na 9ª Região (TRT 9), em Londrina, foi possível encontrar um total de 257 reclamações trabalhistas ajuizadas entre os anos de 1990 e 1998, tendo como referência a Junta de Conciliação e Julgamento de Toledo (JCJ).

¹²⁴ Até 1995, a cooperativa já havia vendido alguns entrepostos da região norte e da região sul, além de proceder à alienação de alguns itens, como mobiliários e máquinas. Entretanto, diferentes propriedades desta encontram-se arrendadas a outras empresas.

A título de exemplo dessa ação, tem-se o registro de matérias publicadas em dezembro de 1994 pelo Jornal do Oeste¹²⁵. Nessa matéria consta que diferentes sindicatos entraram na justiça devido à declaração do coordenador liquidante da Coopagro. Em declaração desse sujeito, sobre a transferência dos ativos da Coopagro para a Coamo, ele expôs que “a Coamo daria preferência a trabalhadores que não entraram na justiça do trabalho, ao assumir o subarrendamento da Coopagro”. Essa declaração motivou a entrada de oito sindicatos do município e da região com uma representação na Procuradoria do Trabalho contra ele. Ao informar essa questão, a cooperativa buscou desestimular a entrada na justiça de diferentes trabalhadores, os quais possivelmente estavam em situação de desemprego. O que causava uma discriminação, e mesmo uma coação aos trabalhadores para exercerem seus direitos¹²⁶.

Essa prática, com a fala da possibilidade de um emprego, possivelmente influenciou alguns trabalhadores da cooperativa a não entrarem com processo. A esse respeito, tem-se o exemplo de Camilo, que quando questionado sobre a saída da cooperativa e a questão de realizar uma reclamação trabalhista, expôs o seguinte:

[...] 94 eu fiz um acerto em fevereiro, por aí... março, tem que ver a carteira pra saber certo. [...] Pagaram, pagaram... eu não posso reclamar. Lógico, se eu entrasse na justiça como muitos fizeram. Pegaram dinheiro mas eu também poderia pegar, eu tinha direito... insalubridade que não recebia e essas coisas. Que na época não existia essa vontade, as leis eram outras também, eram... eram diferentes, a gente nem sabia que existia. Que trabalhava com máquina, com secadores sabe... não tinha nada essas coisas. E eu não pus a empresa no pau. Pra tanto, eu fiquei só 6 dias em casa, quando fechou a Coopagro até a Coamo chegar. Quer dizer... 94 a Sadia pegou a Coopagro era pra três anos, quando foi pro final do ano... nós fomos... eu fui pra Sadia pra assinar o contrato, fazer exame e fui no final do ano pra dar baixa na carteira. Foi um ano assim, quase perdido né! Mas nós fizemos 105 mil sacos de semente de soja ainda... trabalhando, tocando as máquinas com, com o pessoal do sindicato dos ensacadores e tal, fazendo a parte pesada e, e agente foi fechando o cerco e tal e de repente... acabou! Sobrou meia dúzia de saco de resíduos lá, fomos descartar... aí final de 94, de repente aparece a Coamo... em janeiro.

¹²⁵ n.º 2637 - ANO XI. 08 DE DEZEMBRO DE 1994. Jornal do Oeste. 1994, edição 2559 à 2654. Documento n.º 794 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR. e n.º 2638 - ANO XI. 09 DE DEZEMBRO DE 1994. Jornal do Oeste. 1994, edição 2559 à 2654. Documento n.º 794 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

¹²⁶ Tal prática, de discriminar o trabalhador devido o exercício de seus direitos como o de realizar reclamações trabalhistas, ficou conhecido como “listas negras”. Segundo Raimundo Simão de Melo (2003, p.179) os trabalhadores somente têm acesso ao mercado de trabalho caso não tenham sido autores em reclamações trabalhistas ajuizadas em face de antigos empregadores. No capítulo posterior, abordar-se-á o desdobramento de mais algumas nuances desse processo.

O trabalhador saiu da cooperativa em 1994 e, apesar de não colocar a empresa na justiça, ele avalia que teria a oportunidade de realizar isso. O tempo que ficou desempregado foi o do intervalo do contrato de arrendamento inicialmente feito com a Sadia e, após, passou a ser empregado da Coamo, que em 1995 assumiu o arrendamento dos bens da Coopagro. O fato de o trabalhador não colocar a cooperativa na justiça pode estar ligado às pressões, como a externada sobre a possibilidade de a Coamo somente contratar quem não estivesse com reclamação trabalhista contra a cooperativa. Nesse ponto, é interessante notar a avaliação que Camilo realiza de sua entrada na Coamo. Segundo ele:

E eu, e eu com medo daquilo ali... poh, trabalhei tantos anos! E agora vou tar desempregado! Eu lembro que... dois dias antes de fechar o armazém lá pra dizer oh... encerrou. O Evandro lá, o nome do... ele é gerente em Abelardo Luz, ele era encarregado financeiro e foi transferido de Campo Mourão. Ele chegou e me procurou lá no armazém. Camilo... eu sei que você tá indo embora e tal... mas nós não queremos que você vai embora. Antes de você sair você passa lá falar comigo, não precisa falar com ninguém. Que na época dava fila até no posto lá pra fazer ficha, por que... po... por que a cidade sofreu muito três, quatro anos, quando foi terminando muita gente teve que vender a casa e... e ir pra ir pra outro canto né! Desfazer. Por que não tinha emprego... ou era Sadia ou era Coopagro. As outras empresa... muitas que tem hoje não existia. Aí... imagina a fila que dava. Daí eles falou " A hora que você chegar a sair, antes de entregar a chave pra fulano, você vem falar comigo". Que será que esse infeliz quer? Cheguei lá e ele com um papel assim na mesa... "Se for só o teu nome já bom", ele falou assim. Pre.. preenchi um... os dados principais lá e tal, era demorado e tudo mais. Quando foi no terceiro dia... vindo caminhão já trazendo produtos e aquelas coisas.. fora que não tinha um armazenista. E pra essa função tinham 23 pessoas, tinham feito ficha pra isso, deixado currículo.

O medo de ficar desempregado, em um contexto de crise, é ressaltado e estava presente na fala do trabalhador que, durante muito tempo, trabalhou na cooperativa e, após a demissão, enfrentaria a possibilidade de passar por dificuldades financeiras. A dicotomia das empresas que empregavam naquele período, ressaltando que existia a Coopagro ou a Sadia, reproduz a imagem que a cooperativa tinha de empresa que gerava muito emprego e, sem ela, muitos trabalhadores ficariam sem sustento. Esse fato se sustenta pela própria geração de empregos pela cooperativa, que contava com aproximadamente mil funcionários na região de Toledo, além dos trabalhadores indiretos que a cooperativa contratava.

As alternativas que os trabalhadores construíram ao sair da cooperativa, por vezes, envolveram a mudança de domicílio, outros se arranjaram em empregos provisórios ou conseguiram colocações em empresas como a Globo Aves e a Sadia, ou ainda na Coamo.

Camilo, que ficou na Coamo como empregado até o ano de 2016, em alguns momentos da entrevista, informou sobre os critérios que ela utilizava para contratar. Segundo ele:

Por que a gente, vinha ganhando e recebia assim... um aumento a mais do que fulano que varria ou fazia qualquer serviço. Aí eu... eu na minha função né! Então o meu salário tava bem acima né! Tava no patamar... de pessoas de 10, 15 anos dentro da Coamo quando eles chegaram. Então pra eles era pesado pagar esse salário. Como é que vão pagar pra um iniciante o valor... né! E lá fora era outro valor. E daí nós... eu negocieei né, nessa semana. E quando chegou na sexta a tarde, a terceira vez que o Walmor Matana chegou aqui e "Camilo até agora a vaga é tua. De 23 pessoas você foi o escolhido... é... você, você pode começar quando?" ele falou assim. E eu já tinha acertado com a Globo Aves na época, lá na Lopei, lá em cima... com pessoas que trabalhavam com a gente antes e eles que tavam tomando conta lá e eu já tinha acertado até o salário igual da, da Coopagro. Aí ele falou "Nós sabemos o que você é na sociedade, igreja, polícia, esporte... sabemos tudo. Você não sabe mas nós sabemos. Então você foi escolhido e o salário...". Era uma diferença, tipo hoje R\$200,00 a menos que eles me ofertaram que era o valor máximo né! Aí não tinha como dizer não, morando aqui perto como é que ia trabalhar lá na puta que o pariu lá. Aí minha família... as filhas já eram bem grandinha já, elas já tavam bem grandinha... aí eu abracei a causa e eu cheguei lá tudo chucro... o sistema diferente de trabalho, os controle diferentes não tinha... não, não... ou é uma virgula ou é um saco de adubo ou uma amostra de seja lá o que for, tinha que ser correto. Os cara pesquisava a gente! Por que a gente veio de uma empresa falida. A gente sentiu que, que eles tinham receio que poderia acontecer a mesma coisa por... deu fazer coisa errada, como se eu tivesse feito... e graças a Deus eu... e aí a coisa foi andando... foi um período lá, um ano, dois anos trabalhando que nem louco aí e daqui a pouco mais, precisou de ajuda por que sozinho eu não vencia mais. Enchia os armazém e como é que você vai controlar dois, três armazém cheio de adubo, semente, ração, sais minerais e... e sozinho não dava. Já tivemos que contratar mais um peão pra me ajudar, um ajudante. E assim foi indo. É... pra tanto, entre 95 até 2016 eu fiquei ali. Quer dizer, eu fiquei 34 anos e pouco ali dentro, [...] agente poderia tar ganhando mais aí, talvez se tivesse colocado e empresa no pau, só que daí eu não entrava na Coamo. [...] É por que você sabe que uma empresa descobre o que você fez na outra. É por que... esse, esse não vai por que ele pôs a empresa no pau. Isso ainda hoje existe! Informações, elas podem ser em sigilo mas elas acontecem. Isso aí tu não precisa nem... tudo deixa um currículo lá daí, daí eles vão avaliando e enquanto isso eles vão fazer o que os caras fizeram comigo quando a Coamo chegou.

A entrada na Coamo, conforme relatada por Camilo, foi vista como permeada por alguns obstáculos. O primeiro deles se referia justamente à remuneração: com um salário alto por seus anos de serviço, o trabalhador entrou com uma diferença salarial que, segundo ele, era o equivalente a duzentos reais na época. A escolha pela Coamo também se deveu à facilidade de estar próximo de casa, evitando um possível deslocamento para outra região que acarretaria um gasto a mais pelo trabalhador.

Quanto à questão de ter sido escolhido entre 23 outros candidatos, isso possivelmente se deve ao fato de Camilo não ter ajuizado reclamação trabalhista contra a Coopagro. Quanto a essa questão, a fala do trabalhador demonstra um certo ressentimento. Ao citar que poderia ter conseguido mais dinheiro, ou mesmo entender que, em suas funções, ele teria direito a itens como insalubridade, ele expressa um arrependimento. Em diferentes momentos de sua fala, o trabalhador faz menção à frase “a vida nos ensina”. Esse pequeno adágio pode refletir o sentimento de Camilo e de outros colegas que não processaram a Coopagro. O ressentimento, nos termos de Ansart,¹²⁷ se caracteriza “pela duplicação que exprime no que concerne ao sentimento, sugere uma relação particular com o tempo”. Essa relação pode ser percebida na fala de Camilo e possivelmente está presente na fala de outros trabalhadores que não entraram na justiça¹²⁸.

O fato de não ter processado a Coopagro aparece de forma subjacente na fala de Camilo e se expressa como um ressentimento em relação à situação. Esse ressentimento, por sua vez, pode ser definido como:

Uma das definições do ressentimento põe o acento no fato de se lembrar, com amargura, com animosidade, dos males sofridos. Diferentemente da cólera, que designa uma reação violenta e imediata, o ressentimento implicaria a memória e seria intimamente ligado às lembranças dolorosas¹²⁹.

As lembranças e o processo de rememoração, considerado doloroso, se dão pelo arrependimento, ou possível arrependimento, de não ter realizado determinada ação, assim como outros sujeitos. Uma possível indenização futura trocada por uma continuidade em outro emprego também pode ser avaliada nesse processo. No entanto, essa escolha e esses motivos podem ser condicionados por outros processos, que colocam os trabalhadores diante da pressão exercida pela classe dominante. No caso, me refiro à prática de investigar a vida pregressa do trabalhador que procurava emprego.

A avaliação realizada pelos trabalhadores possivelmente considerava condições como a situação familiar. Apesar de ressaltar que as suas filhas já estavam crescidas, a oportunidade de ficar próximo da família é ressaltada por Camilo como um dos fatores para “aceitar” o emprego na Coamo. Identificar outras oportunidades de trabalho em um contexto de despedida e entrada

¹²⁷ ANSART, P; DAS GRAÇAS, M. História e memória dos ressentimentos. EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade, v. 3, n. 5, p. 209-232, 2022. p.209

¹²⁸ Não foi possível precisar o número, de trabalhadores que “escolheu” não processar a cooperativa, mas em determinado contexto e com a “possível” prática discriminatória praticada contra os trabalhadores que escolheram exercer seu direito de processar, esse número pode ter sido razoável.

¹²⁹ Ibid. p.209

com reclamação trabalhista pode ter sido difícil para alguns sujeitos. Além disso, os que entraram com processos, que lhes eram de direito, sofreram com a decisão, seja com a privação de condições materiais, seja com a necessidade de mudar de local para conseguir outra colocação em emprego. O fato de não processar também correspondia à necessidade “imediate” de diferentes sujeitos, que possuíam famílias, dívidas e necessidades. Deste modo, pode-se colocar como uma hipótese que a decisão de processar tem sua própria história.

A escolha de Camilo e, possivelmente, de muitos outros, é influenciada por fatores como a pressão exercida pela comissão liquidante para não processar. E o fato de esses sujeitos se valerem desse processo, dessa escolha, possivelmente lhes valeu uma nova colocação em empresas como a Coamo. Não há, nesse sentido, que se falar em decisões erradas ou coisas do gênero. A escolha dos sujeitos está presente e se materializa no seu contexto de convivência e experiência. Os motivos, como a questão da distância, remuneração ou o fato de não conseguir um novo emprego, são avaliados e considerados por esses sujeitos, além das possíveis dificuldades que eles encontrariam ao realizarem a reclamação trabalhista.

A situação desses últimos trabalhadores, os que ingressaram com ações contra a cooperativa, corrobora com a ideia de possíveis restrições impostas a trabalhadores que exerciam seus direitos. Nesse sentido, a trajetória do senhor Edvino é um dos exemplos¹³⁰. O trabalhador permaneceu na cooperativa por 16 anos e após a sua saída da Coopagro, trabalhou como motorista de caminhão, sem registro. Em 2003, o trabalhador ainda não havia recebido sua ação e após determinado período, em que o trabalhador morava no caminhão, o seu patrão vendeu o mesmo e o trabalhador ficou desempregado e sem lugar para morar. Ao ingressar com as reclamações, a situação de diversos trabalhadores parece que se desenvolveu desse modo. Empregos precários, dificuldades no pagamento das contas e outras adversidades que enfrentaram.

O senhor Argemiro¹³¹, que durante 18 anos trabalhou na cooperativa como mecânico e realizando a manutenção de equipamentos, ao sair da cooperativa, conseguiu se empregar novamente. Mas devido a um acidente sofrido, ele ficou um período considerável parado, o que gerou um atraso no pagamento das parcelas do financiamento da casa do trabalhador. Ele relata que até conseguiu receber o dinheiro de seu ex-empregador, no entanto, quando compareceu ao banco, foi informado de que o imóvel foi a leilão. O trabalhador acabou despejado e segundo

¹³⁰ Nº5057 - ANO XIX. 07 DE MAIO DE 2003. Jornal do Oeste. 2003 , edição 5030 à 5102. Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

¹³¹ Nº4806 - ANO XVIII. 28 DE JUNHO DE 2002. Jornal do Oeste. 2002 , edição 4732 à 4808. Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

ele “me despejar eles conseguiram, e como pagar meu dinheiro não conseguem?”. A indenização a que o trabalhador tem direito, e que em 2002 ainda não havia recebido, seria utilizada para pagar suas dívidas e tentar resolver seu problema de moradia. Seu Argemiro tem três filhos menores e naquele período recebia uma aposentadoria de R\$210,00, possivelmente devido a uma incapacidade laboral adquirida pelo trabalhador.

A saída da cooperativa e a entrada na justiça foram, em certos aspectos, traumáticas para os trabalhadores que o fizeram¹³². Os empregos informais, ou a troca sucessiva destes, marcaram a trajetória desses sujeitos. Gilmar, ao relatar sua saída da Coopagro, relembra que se sentiu “igual a um frango saindo do galinheiro”. Inicialmente, o trabalhador foi contratado como um terceirizado, sendo dispensado em 1993. Segundo ele, a Coopagro realizou o acerto de forma correta. No entanto, em 1995, o contrato de prestação de serviços de Gilmar foi rescindido, o que o levou a procurar seus direitos. A saída da cooperativa para o trabalhador, assim como para outros, representou inicialmente uma incerteza e a possibilidade de passar por dificuldades financeiras. Sobre a sua saída, o trabalhador comenta que:

A grande maioria foi demitida até 1993. Todos os trabalhadores foram demitidos, basicamente em 93, até 93. Aí tinha os serviços essenciais, financeiro, etc. e tal. Por fim eu ainda fiz a minha rescisão contratual e aquela rescisão contratual foi certinha, sem problema nenhum. Foi rescindido pra eu trabalhar como... é terceirizado, abrir uma empresa. Tenho até hoje a cópia dos documentos, o contrato aonde eu fui contratado, eu ganhava por quilometragem. Era infinitamente melhor do que ser empregado antes! Por que? Eu fazia todos os entrepostos da região por quilometragem. Eu abri, como se fosse uma MEI, e fui contratado como terceirizado recebendo por quilometragem. Ou seja, eu ganhava em torno de... 60% do valor do álcool, meu veículo era a álcool, novo, tive que comprar um veículo que era já da cooperativa. Comprei lá e terminei de pagar o consórcio, na época se não me engano era leasing alguma coisa. Eu terminei de pagar aquele veículo e fiquei com ele até 97... carro bom! É... e eu prestava serviços e ganhava uma porcentagem do litro de álcool por quilômetro, ou seja, 60 % do litro do álcool, se o álcool custava um real eu ganhava sessenta centavos por quilômetro, 10 quilômetro dava 6 reais, 100 quilômetros dava 60 reais e enfim. Fazia em média 300 e pouco quilômetros por dia. (...) Aí por fim rescindiram meu contrato.

Um aspecto importante a ser destacado é que o trabalhador, por atuar no setor administrativo e ter contato com parte da diretoria, conseguiu uma vaga na cooperativa quando ela já estava em processo de liquidação. O vínculo precário estabelecido, que o trabalhador descreve como se fosse uma “MEI”, em que ele prestava serviços por conta própria, também

¹³² Os embates dos trabalhadores na justiça do trabalho, suas manifestações, estratégias e experiências serão objeto do 3 capítulo da dissertação.

tinha sua fragilidade. Apesar de o trabalhador mencionar os benefícios relacionados aos valores recebidos, que eram muito vantajosos, segundo o mesmo, ele estava em uma condição de prestador de serviço. Teve que adquirir um veículo às suas expensas e o risco, inerente ao negócio, era de fato seu. Outra questão que pode ser apontada nesta narrativa, em que o trabalhador se coloca em posição de prestação de serviço, sem vínculo empregatício efetivo, daria conta da possibilidade de sofrer determinadas restrições se quando saísse da cooperativa já processasse. O cálculo dos valores pode, possivelmente, se somar a um outro cálculo do trabalhador. Em um período de crise, escolher a sujeição a um regime de prestador de serviço terceirizado, pode significar ao trabalhador continuar recebendo determinada remuneração.

Ainda assim, conforme relatado posteriormente, o trabalhador foi dispensado sem o que lhe era direito e teve até a indicação do próprio advogado da cooperativa para entrar com uma reclamação trabalhista contra ela. Somado à rescisão do contrato, o trabalhador ainda procurou reclamar a carga horária que prestava quando era empregado. Esses elementos se juntam à indignação do trabalhador e, segundo ele, o levaram a entrar na justiça. O contato com advogados e a decisão de litigar foram possivelmente influenciados por outros sujeitos que haviam processado a Coopagro.

O trabalhador conta que o processo foi rápido, pois, segundo ele: “Então, essas causas, elas viraram uma rotina. Funcionário da Coopagro, ganhou! Funcionário da Coopagro... Todas as sentenças eram favoráveis”. Ele atribui essa situação ao fato de a cooperativa ter falhado com os seus trabalhadores. Quanto ao pedido do trabalhador, o mesmo que já havia recebido o acerto pelos seus anos trabalhados até 1993, entrou com o pedido para o acerto do contrato de prestação de serviço que o mesmo executava. Quanto a essa questão, o trabalhador expõe que:

Eu entrei pedindo... A indenização do contrato propriamente dito. E tipo assim, o contrato ainda estava vigente por um período. E como o jogador de futebol, se ele é machucado e tudo mais ou sofre um acidente por negligência de outra parte ou né. Se ele sofre um acidente seria perda de uma chance. Então eu me senti assim (riso discreto, voz mais embargada) de uma forma bem simples né? Eu me senti igual um frango saindo de um galinheiro, confinado ali por vários anos... quando eu pus o pé na porta... e agora vou fazer o que?

Sair como um frango, a experiência de inúmeros sujeitos pode ser caracterizada por esse processo, em maior ou menor grau. A trajetória construída por esses trabalhadores, durante anos, e um sentimento de aparente estabilidade se confrontam com a “saída brusca” do emprego.

Ficar na rua, sem outra alternativa imediata, foi um choque para o trabalhador, que dedicou boa parte da sua vida à cooperativa. Ele se sentiu desorientado e se perguntou “o que ele faria agora”. Ele tinha uma percepção de que o trabalho na Coopagro lhe dava uma certa estabilidade. Essa questão também foi relatada por Camilo e provavelmente outros trabalhadores enfrentaram esse problema quando saíram da cooperativa. Ao sair da cooperativa, o trabalhador ficou, segundo ele, bastante tempo desempregado, e como ele relatou, o primeiro passo que tomou foi vender a sua casa. “E eu tinha minha casa lá, faltava pouco tempo pra quitar, a prestação era muito barata. Nesse período eu já tinha duas filhas. Menores, hoje maior de idade. Aí, como eu disse, saí lá perdido, não sabia o que fazer”.

A venda da casa, “Uma casa de sonhos, pequena, modesta, mas do meu jeito”, se deu em um contexto em que o trabalhador, possivelmente e ele não chega a especificar isso, avaliou possíveis cenários de sua situação. Com as filhas pequenas e sem uma perspectiva de encontrar emprego na região, vender a casa dos sonhos dele foi uma alternativa para “se livrar” de dívidas, pois a casa ainda não estava quitada. O trabalhador ainda ficou residindo na casa até o final de 1995, quando então saiu da cidade para buscar outro emprego e circulou entre Londrina e a região Nordeste do Brasil até voltar a residir em Toledo. Segundo Gilmar:

E de lá eu fui para Londrina, me aventurar a vender produtos de estética, fisioterapia, cosméticos, enfim. Fiquei um ano em Londrina. Não conhecia ninguém lá, mas desenvolvi uma técnica de vendas própria e... e sobrevivi. [...] Eu voltei para Toledo e daqui, desnortado, sem formação e sem nada, como se fosse uma rota de fuga dos problemas... hoje mais ciente né. Estudei um pouco de psicologia e entendi melhor que a forma de resolver problemas é na origem. E aprendi também numa pessoa uma coisa muito interessante, até hoje eu explico. Se eu tenho um problema, eu arrumo uma caixinha, escrevo aquele problema e coloco lá naquela caixinha. Vou colocando todos os bilhetinhos. No final do ano, vira um... uma sessão de piadas. Todos os problemas foram resolvidos sem que eu resolvesse. Não eram problemas, os problemas nós criamos. Na maioria das vezes nós criamos e nos estressamos, enfim. Hoje eu sou absolutamente feliz, eu tenho minhas filhas maiores de idade e tudo. De Toledo voltando, minha mudança ficou aqui, ficou esparramada com a minha mãe, etc. Eu fui para Natal, no Rio Grande do Norte, trabalhar vendendo produtos da Carlu, artigos pedagógicos e educativos. [...] fiquei um ano lá. Depois de lá... eu vim para Toledo para levar o meu carro. Aí, por conta de um acidente que aconteceu no Rio Grande do Sul... meus parentes... eu fui levar meu tio de Cascavel, meu tio de Toledo e a minha mãe... a minha filha mais velha. Fomos lá no velório desse primo que morreu em um acidente de automotivo. E de lá as minhas primas me convenceram a parar em Vitória, em Vila Velha, no Espírito Santo, para conhecer lá. Dois mil quilômetros daqui em Natal, dava quatro mil quilômetros. O frete era

muito caro para mandar mercadorias. Aí, eu fui até Vila Velha, cheguei lá e acampe. Fiquei três anos lá. Depois de lá, retornei para Toledo.

A venda dos bens, a saída da cidade para outros locais e o sentimento de deslocamento, sem saber ao certo o que esperar, podem ter se consubstanciado como a experiência de outros sujeitos. Gilmar migrou em busca de trabalho, de Londrina à região nordeste, passando pelo Espírito Santo. O trabalhador buscou alternativas para prover o seu sustento e de suas filhas. A frustração e a indignação, que Gilmar aponta como “resolvidas, após entender e estudar um pouco sobre psicologia”, segundo ele, também são parte da experiência pessoal do sujeito. De muitas ocupações, o sujeito transitou por diferentes locais e empregos, com seus bens e familiares em Toledo. Ele retorna em 1999. O trabalho em outros locais, possivelmente rendeu alguns frutos ao trabalhador, no entanto, esses não devem ter sido o suficiente para que o trabalhador se mantivesse em outros estados. Os problemas familiares também se constituíram como uma das condicionantes para o trabalhador retornar ao município. Quando Gilmar retorna, ele consegue se empregar no cinema de Toledo que havia reaberto recentemente. E, passados quatro anos que o mesmo havia processado a cooperativa, ainda não havia recebido o que lhe era de direito, assim como outros trabalhadores.

A trajetória desses sujeitos se assemelha em diferentes aspectos. Trabalhadores, empregados na cooperativa por um período considerável, se viram no início da década de 1990 em situação delicada com o “fim” das atividades da Coopagro e sua demissão. Sem empregos, muitos em 1993, outros nos anos seguintes, os trabalhadores se viram em um “dilema”: processar e possivelmente não arranjar outro emprego em Toledo, ou não processar e conseguir outras colocações. Camilo, possivelmente, não foi o único que escolheu não litigar, arranjando um emprego na cooperativa que assumiu a estrutura da Coopagro em Toledo (Coamo). Esse tipo de decisão do trabalhador, e possivelmente de outros, pode ter sido pautada por questões familiares. No entanto, também se percebeu a influência da ação dos grupos dominantes do município, materializada na fala de membros da comissão liquidante da Coopagro, de que quem não litigasse teria “facilidades” em ser contratado pela Coamo.

Outros trabalhadores, por sua vez, resolveram litigar, o que lhes era de direito, e pelos direitos sonegados durante o período de sua atuação na Coopagro. Escolher litigar pode estar ligado à situação de suas despedidas. “Sem eira, nem beira”, esses exerceram seus direitos de processar e muitos, possivelmente, não conseguiram mais encontrar empregos na região, ou se viram submetidos a empregos informais para conseguir sanar suas dívidas, como o caso de Edvino, que residia dentro do seu caminhão. Casos como o de Gilmar também podem refletir a situação de outros trabalhadores. Apesar de sua especificidade, com uma experiência de

trabalho em funções administrativas, o trabalhador se deslocou para outros locais em busca de emprego. E sem receber suas causas da justiça.

Nesse sentido, em capítulo posterior, cabe refletir como os embates na justiça pela consecução de direitos. Pensar em como os trabalhadores avaliam os processos e sua demora na tramitação. Uma vez que a maioria das ações teve seu trânsito em julgado até o final dos anos 1990, e esses sujeitos em 2003 ainda não haviam recebido os valores que lhes eram de direito.

CAPÍTULO 3: DAS DISPUTAS NA JUSTIÇA À GREVE DE FOME: LUTA DE CLASSES E EMBATES PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA COOPAGRO

Conforme abordado no segundo capítulo, o fechamento da Coopagro teve um impacto significativo em seus trabalhadores. Esse processo envolve as experiências e expectativas de diferentes indivíduos, alguns dos quais permaneceram na cooperativa por mais de dez anos. O encerramento das atividades da Coopagro representa um ponto de inflexão na vida desses trabalhadores. Eles vivenciaram e narraram um processo de crescimento constante e de ‘progresso’ gerado pela Coopagro. Essa percepção pode ser observada na forma como os trabalhadores e diversos meios de comunicação local retrataram a cooperativa durante as décadas de 1970 e 1980.

A imagem que a cooperativa produziu, associando suas atividades a um “progresso”, fez com que diferentes sujeitos percebessem a crise vivenciada pela Coopagro na década de 1990 como algo de difícil explicação¹³³. Em um contexto de crise econômica, a perda do emprego significou para esses trabalhadores um processo de dificuldade. Conforme abordado, diferentes sujeitos tiveram que circular por outros lugares, ou mesmo outros estados, para buscar empregos, outros por sua vez conseguiram uma colocação em trabalhos subalternos ou mesmo em condições de informalidade e subemprego em Toledo e região.

A perda do emprego e a busca por um novo, seja com deslocamentos, seja na própria cidade, está intrinsecamente ligado à decisão de diferentes trabalhadores de estabelecer litígios na Justiça do Trabalho. Essa questão está presente na fala de trabalhadores como Camilo e Gilmar, inclusive, como abordado por Camilo, o ato de processar afetava uma futura colocação em outra empresa do município. A prática que pode ser conhecida como “listas negras” pode ser elencada como um dos mecanismos das classes dominantes para pressionar os trabalhadores a não a processarem. Quanto a esse ponto, percebe-se a incidência na região de tal prática, seja na fala de dirigentes da Comissão liquidante da Coopagro, afirmando que quem não processasse teria preferência em ser recontratado pela Coamo. Seja na fala de trabalhadores como Camilo, o qual, em sua fala, citou a investigação realizada pelas empresas quando os trabalhadores procuravam outro emprego.

¹³³ As falas, tanto de Camilo, como de Gilmar, apresentam essa questão no segundo capítulo. Os trabalhadores, em certos momentos, demonstraram uma certa frustração quanto ao fechamento da cooperativa. O processo teve um impacto significativo na vida dos trabalhadores da Coopagro. Inclusive, em ir à Justiça do Trabalho para procurar seus direitos.

É preciso ressaltar que diferentes trabalhadores processam as cooperativas, buscando direitos por anos de serviços prestados, que foram sonogados pela Coopagro. Esses sujeitos, ao ingressarem com suas causas, em diferentes casos se viram obrigados a sair de Toledo para buscar outros empregos. Nesse processo, vendem suas coisas, se desfazem por vezes de bens comprados por anos de serviço na cooperativa e vão atrás de outras formas de subsistência. Neste ponto, temos casos como o de Gilmar, abordado no capítulo anterior, mas também temos casos que são considerados mais extremos quanto à situação dos trabalhadores. Quando me refiro a essa questão, cito o exemplo de um trabalhador que comete suicídio, após inúmeras tentativas de arrumar outro emprego, com negativas por conta do processo que possuía contra a Coopagro, o trabalhador tira a própria vida¹³⁴. Esses embates e questões serão tratados no decorrer do capítulo.

Ao decorrer da década de 1990, com o processo de liquidação da cooperativa, os trabalhadores aguardam o recebimento de suas ações, alguns conseguem realizar acordos quanto à indenização, enquanto outros ainda aguardam até meados do ano de 2003. Sobre esse ponto é importante ressaltar que a maioria dos trabalhadores com litígio contra a Coopagro tiveram suas ações com trânsito em julgado¹³⁵ até por volta do ano de 1997. Esse processo de espera pode ser caracterizado como será abordado, não como um período estático, mas como um processo em que os trabalhadores buscam pressionar de diferentes formas. Nessa época, pode-se perceber a movimentação de diferentes sujeitos, se organizando, estabelecendo ações no sentido de pressionar o andamento de suas. Uma das questões que se pode notar, como será abordado no decorrer do capítulo, diz respeito à demora na liberação das verbas para os trabalhadores. Em um processo de liquidação do patrimônio da Coopagro, permeado por recursos e embargos, a liberação dos valores de causas trabalhistas, em sua maioria com trânsito em julgado em meados de 1997, até meados de 2003 não havia sido liberado.

Deste modo, o que se propõe abordar neste terceiro capítulo, é a relação dos trabalhadores como a Justiça do Trabalho e a Justiça Cível, suas experiências, lutas, resistências e a organização desses trabalhadores para pressionar o andamento de suas causas. Este capítulo será dividido em duas partes. Primeiro iremos abordar a experiência dos trabalhadores que escolheram litigar e exigir seus direitos. Pensar como esses sujeitos percebem a demora no pagamento de suas ações e como lidam como esse processo é um dos elementos que serão

¹³⁴ Quanto a essa questão, foi possível achar o registro desse suicídio em uma edição do Jornal do Oeste do início dos anos 2000, onde aparece o relato da esposa do trabalhador que narrou o processo de adoecimento de seu esposo e as tentativas de achar outro emprego e as sequentes negativas, pautadas, “possivelmente”, no fato do trabalhador ter movido um processo contra a Coopagro.

¹³⁵ De forma simplificada é o momento em que a decisão judicial torna-se definitiva.

analisados nesta primeira parte. Além de tentar explorar algumas questões inerentes às condições de trabalho a partir da problematização de reclamações trabalhistas. Na segunda parte, será abordada a organização e a experiência desses trabalhadores para pressionar o andamento da liberação de suas verbas.

3.1 PROCESSAR E ESPERAR: EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES COM LITÍGIO CONTRA A COOPAGRO

Ao questionar o não pagamento de direitos, diferentes trabalhadores passam por um processo que já foi citado no decorrer do texto. Perda de outras oportunidades de trabalho, mudanças de endereços e o subemprego. Essas questões serão abordadas no decorrer desse ponto. No entanto, antes de iniciarmos tal exposição, convém explorar, a fim de contextualizar ao leitor algumas questões inerentes às relações entre os trabalhadores, a Justiça e o Direito do Trabalho. Outrossim, ao iniciar a abordagem sobre essa questão, também se busca embasar a análise a ser realizada quanto à experiência dos trabalhadores com a justiça. Por fim, deve ser ressaltado que tal abordagem será realizada de forma sucinta, uma vez que a temática por si só (Justiça do Trabalho e Direito do Trabalho e suas relações com os trabalhadores) constituiria um trabalho de dissertação inteiro. Nesse sentido é importante ressaltar que a exposição a ser realizada a seguir é feita de forma sucinta.

. De um modo geral, pode-se entender o direito como um conjunto de normas que regulam condutas, organizações e relações dentro de uma sociedade, em seus aspectos econômicos, políticos e sociais. Esse ordenamento possui a função de regular os conflitos e manter a ordem social¹³⁶. No contexto do Brasil, a Justiça do Trabalho teve sua origem a partir de um longo período de embates, seja em fábricas, seja no campo, em boa parte do país. Nesses embates, lutas e greves, segundo Bonfim¹³⁷, pode-se observar que o Direito do Trabalho no âmbito brasileiro foi sendo construído e conquistado de forma gradual, com a luta de associações operárias, movimentos sociais e sindicatos, e em muitos casos a grandes custas, com a repressão patronal e policial exercida contra esses trabalhadores

A formação da Justiça do Trabalho deve ser encarada como um fenômeno social. Interpretar e analisar esse processo envolve uma série de análises e raciocínios, os quais, dado

¹³⁶ SILVA, C. T . Justiça do Trabalho e Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985): atuação e memória. Niterói: UFF/ICHF/PPGH, 2010. Dissertação (Mestrado em História). O direito do trabalho se configura enquanto um ramo do direito que, “a grosso modo”, estuda as relações de trabalho.

¹³⁷ BOMFIM, B. C. “Gênese do direito do trabalho e a criação da justiça do trabalho no Brasil”. In: Rev. TST, Brasília, vol. 77, no 2, abr/jun 2011.

o tempo e o contexto em que se realiza esse texto, se tornam inviáveis, no entanto, serão abordadas algumas questões que nos permitam minimamente entender a atuação da Justiça do Trabalho.

De modo geral, são apresentadas algumas definições sobre esse tipo de justiça e direito que os determinam em três vertentes diferentes, as quais foram apontadas por Melo¹³⁸ em sua tese de doutorado, segundo o autor: “o Direito do Trabalho recebe três tipos de definições, podendo ser: subjetivas, com enfoque nos sujeitos das relações trabalhistas; objetivas, focada na matéria das relações jurídicas; e uma definição mista, a qual procura combinar os dois enfoques acima¹³⁹”. Ao pensar as concepções desse tipo de direito, pode-se como definição ser utilizada de forma corrente a última e, nesse sentido, pensar as concepções mistas como forma de observar esse fenômeno social. A Justiça do Trabalho possui como sua característica básica a relação empregatícia, e nesta relação são construídas as regras e princípios que norteiam esse ramo do direito. Segundo Melo¹⁴⁰, que em sua tese aborda algumas nuances dos processos de formação da Justiça do Trabalho no Brasil ao analisar a experiência e trajetória de trabalhadores da construção civil em Maceió: a Justiça do Trabalho no Brasil se caracteriza pela sua natureza intervencionista do Estado brasileiro.

Neste sentido, e conforme abordado por outros autores¹⁴¹, pode-se perceber que o estado, além de intervir nas relações e constituir um poder político centralizado, implementa uma justiça com competência ampla, a qual vai mediar as relações entre grupos empresariais e trabalhadores. Esse processo confere ao ramo do Direito do Trabalho uma relação mais próxima dos conflitos entre esses grupos antagônicos. Seja nas relações e conflitos estabelecidos entre os detentores do capital e os trabalhadores de forma individual ou nos processos de mediações e disputas estabelecidas de forma coletiva.

O processo¹⁴² de criação das leis trabalhistas é anterior à década de 1930, período o qual Vargas ascende à presidência. Essa questão é relevante pois possibilita desconstruir a ideia de que a criação da Justiça do Trabalho foi algo exclusivo do governo Vargas. A que se considerar

¹³⁸ DE SOUZA MELO, A. Trabalhadores, direitos e justiça do trabalho: a construção civil em Maceió (1964-1980). CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2022.

¹³⁹ Id. p.29

¹⁴⁰ Id. p.30

¹⁴¹ Pode-se destacar também a obra de pesquisadores como Fernando Teixeira da Silva, Rinaldo José Varussa e Angela Maria de Castro Gomes que auxiliam a compreender, analisar e problematizar a Justiça do Trabalho e as relações que esta estabelece com os trabalhadores.

¹⁴² Neste ponto, convém ressaltar que devido ao tempo escasso, se convencionou a abordar o contexto do surgimento da Justiça do Trabalho, institucionalizada no período do Governo Vargas e que possibilita e possibilitou uma série de análises e debates.

a presença de outros agentes e sujeitos que de alguma forma participam de embates que se “desenrolam” na criação da Justiça do Trabalho que posteriormente é institucionalizada por Vargas. Além disso, vale lembrar que a criação da Justiça do Trabalho e a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1941 e 1943, respectivamente, percorreram um longo caminho permeado por diversos conflitos e debates, que remontam ao período anterior à Primeira República.

Neste sentido, pode-se elencar a aprovação de diferentes legislações anteriores à CLT, que compõem o processo de lutas e conquistas dos trabalhadores, as quais serão incorporadas/mantidas no ordenamento jurídico que compõem o direito do trabalho. Nesse ponto também convém ressaltar que, em primeiro lugar, se trata de uma descrição das principais leis e direitos conquistados no período que antecede a criação da Justiça do Trabalho e da própria CLT. Em segundo lugar, e isso se faz importante ressaltar, tal processo representa uma escolha de escrita para minimamente situar o leitor em um panorama geral, sem aprofundar as discussões e análises sobre essas questões. Deste modo, pode-se perceber em 1891 a criação da legislação quanto à proteção do menor, em 1903 a lei de sindicalização rural e em 1907 a lei que regulamentou a sindicalização das demais categorias de trabalhadores. Em 1919 foi aprovada a Lei de Acidentes de Trabalho, a qual, segundo Castro Gomes,¹⁴³ teve ampla discussão desde 1912 e garantiu um direito indiscutível dos trabalhadores.

Nos anos seguintes, pode-se citar a criação de outras leis, como as que criaram as caixas de aposentadoria e pensões dos trabalhadores das estradas de ferro (1923), que posteriormente é estendida a outras categorias de trabalhadores. A lei de férias que regulamentou a concessão de quinze dias de férias foi aprovada em 1925 e em 1926 ocorre a aprovação do Código de Menores o qual vai estabelecer o limite de trabalho de seis horas diárias para menores de quatorze anos¹⁴⁴. O processo de aprovação dessas leis não pode ser considerado e analisado de um aspecto descolado dos intensos conflitos e embates realizados pelos trabalhadores em busca de garantir determinados direitos. Em um contexto de intensas mobilizações, em que ocorrem disputas entre os trabalhadores e patrões, diferentes normas foram aprovadas, enquanto outras foram rejeitadas.

De modo muito simples, e correndo o risco de parecer superficial e repetitivo, pode-se colocar o processo de criação da Justiça do Trabalho como resultado dos inúmeros conflitos, greves e embates realizados por trabalhadores no início do século. O Direito do Trabalho e a

¹⁴³ CASTRO GOMES, A. Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

¹⁴⁴ Id.

Justiça do Trabalho, uma medida legal, por vezes atribuída a figuras políticas como Vargas, é fruto e de certo modo conquista dos trabalhadores. Outrossim, pode-se desconsiderar que tal justiça é uma justiça de classe. Nesse sentido, segundo Melo:

A criação da Justiça do Trabalho tomou forma com objetivo de arrefecer os conflitos trabalhistas e sociais, a partir de leis e atos de organização e proteção ao trabalho, criando um ambiente de ‘calmaria’ ou mais controlável; gerando uma maior satisfação ao operariado e, concomitantemente, atraiu e tranquilizou boa parte dos empresários e industriais brasileiros. O processo de conciliação das disputas através da Justiça ‘desloca as tensões e desentendimentos do âmbito das empresas e da agitação, nas ruas, das associações operárias, para a via institucional da nascente Justiça do Trabalho’. Essa estratégia, passou a ter receptividade de grande parte dos patrões, porque foram convencidos de que as medidas eram mais vantajosas aos seus interesses de classe, ‘inclusive porque impunha uma regulamentação e uma disciplina nas relações internas de trabalho’ [...].¹⁴⁵

Apesar de se constituir como uma forma de controle e “pacificação” dos conflitos e embates, além de contribuir para um processo de institucionalização das relações de trabalho, regulamentadas por regramentos como a CLT, não se pode negar que os trabalhadores em dados momentos se utilizam desses meios para construir resistência e estabelecer oposições a determinadas práticas perpetradas pelos patrões. A forma como esse tipo de justiça pode ser percebida no ordenamento jurídico brasileiro remonta à constituição de 1934, a qual a Justiça do Trabalho já estava prevista. No entanto, esse processo se consolida com o advento da carta constitucional outorgada em 1937, a partir da edição do Decreto-lei 1.237/1939¹⁴⁶, com a Justiça do Trabalho tendo competências para realizar o julgamento e conciliação de querelas individuais ou coletivas entre trabalhadores e patrões. Além de buscar dirimir outros conflitos que surgissem no âmbito das relações de trabalho.

O que se pode notar, durante o período do governo Vargas¹⁴⁷, é a ocorrência de uma regulamentação intensa do trabalho de grupos como mulheres e menores, além da regulamentação da aposentadoria dos trabalhadores urbanos e da execução do trabalho noturno. Tais direitos eram inicialmente garantidos pela Constituição de 1934 e mais tarde foram “agrupados” com o advento da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), sendo esta considerada como uma espécie de “marco” para a Justiça do Trabalho. Quanto a esse ponto,

¹⁴⁵ Ibid p. 37

¹⁴⁶ Art. 1º Os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho.

¹⁴⁷ A historiografia referente ao período Vargas é riquíssima e possui inúmeras discussões quanto à questão da regulamentação do Trabalho e da Justiça do Trabalho e nesse sentido pode-se citar autores como Ângela de Castro Gomes, entre outros estudiosos que se debruçaram sobre esse tema.

segundo Melo¹⁴⁸ se deve ao fato de a CLT ter ampliado a rede e o alcance da Justiça do Trabalho sobre a classe trabalhadora.

De um modo geral, pode-se caracterizar a Justiça do Trabalho como um espaço em que os trabalhadores disputam direitos, no entanto, não se pode excluir o seu caráter de classe. Em relações assimétricas, coloca-se em disputa de um lado os trabalhadores e de outro os detentores do capital. Por mais que durante o período de consolidação da justiça, com o advento da CLT, os trabalhadores utilizam-na como “instrumento” para a consecução de seus direitos, ainda assim deve-se reconhecer a assimetria inerente a essa Justiça que é uma justiça de classe. Ela se constitui enquanto um meio de luta que os trabalhadores encontram para, por vezes, conquistar alguns direitos. Por fim, faz-se importante mencionar que essa Justiça não é algo homogêneo desde o momento de sua instituição. Diferentes reformas moldam e alteram a composição e a forma como a instituição atua.

Com o Golpe Militar em 1964 e a instalação da Ditadura Militar, pode-se perceber o processo de diminuição e desregulamentação da Justiça do Trabalho e do Direito do Trabalho. Em um contexto em que as relações Capital/Trabalho se modificam e, de certo modo, se subordinam a uma lógica “ditada” pelo capital internacional¹⁴⁹. Nesse ponto, pode-se notar como um dos primeiros atos impostos pela ditadura militar a lei nº4.330 de junho de 1964, a qual regulou o processo de greve que estava previsto no artigo 158 da Constituição de 1946. Na prática a lei dificultou o processo de legalização das greves e paralisações. Em sequência, percebe-se que, com a criação da lei 4.589 de dezembro de 1964, o imposto sindical é extinto e ocorre a criação de determinados departamentos. Essa última legislação, na prática, tinha como objetivo centralizar e tutelar os sindicatos ao Estado, que passou a exercer um controle ainda maior sobre essas organizações.

Por último, com a edição da lei nº 4.725 de 1965 ocorreu uma restrição do poder normativo da Justiça do Trabalho, no que tange ao seu papel ante o julgamento de dissídios coletivos. Esses, por sua vez, podem ser caracterizados como processos nos quais ambas as partes podem recorrer à justiça quando não ocorria acordo entre as partes (empregadores X

¹⁴⁸ Ibid. p.39

¹⁴⁹ Junto com uma série de intervenções e interdições que foram impostas pela ditadura como perseguições, torturas, fechamento de sindicatos, diminuição de direitos, entre outros aspectos que vão afetar a classe trabalhadora. De forma direta, com a diminuição da possibilidade de manifestar-se seja de forma individual, seja de forma coletiva. Seja de forma indireta, com a imposição de novos regramentos, dos quais possui “dificuldade” de estabelecer resistência sem a possibilidade de sofrer repressão.

empregados). Segundo Fernando Teixeira da Silva¹⁵⁰, que analisou em sua pesquisa a Justiça do Trabalho no período que antecede o Golpe de 1964 e aborda diversas questões a partir da análise de documentações produzidas pela Justiça do Trabalho, nesses processos os magistrados tinham a capacidade de interferir diretamente na causa. Essa interferência se dá com o estabelecimento de acórdãos, modificações nas condições de trabalho ou mesmo no aumento da remuneração dos trabalhadores. O que poderia ocasionar condições novas e/ou mais benéficas para os trabalhadores do que as previstas em legislação vigente. Nesse ponto, conforme abordado por Melo¹⁵¹, a diminuição do poder normativo da Justiça pela ditadura tinha como objetivo limitar o poder normativo da Justiça do Trabalho, em que um processo de dissídio coletivo julgado poderia vir a ser uma norma até então não prevista legalmente.

Em um processo de recuos e avanços, mas mantendo-se apesar de inúmeras modificações que sofreram ao decorrer de sua existência, a Justiça do Trabalho nesse período também representou uma forma dos trabalhadores garantirem seus direitos. Em um processo em que a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores estava cerceada pela possibilidade de repressões, o que possibilitou aos empregadores a capacidade de descumprir de forma mais acintosa as normas trabalhistas (não que já não o fizessem). Nesse ponto esses sujeitos acabam por “encontrar” no ingresso na Justiça do Trabalho formas de preservar e garantir alguns de seus direitos¹⁵².

O ingresso de trabalhadores da Coopagro após a liquidação desta em 1993 e encerramento das atividades em 1995, na Justiça do Trabalho, pode ser encarado como uma possibilidade de disputar e garantir direitos que podem ter sido sonegados pela cooperativa. Quanto a essa alternativa que os trabalhadores possuíam se faz necessário fazer algumas considerações. A primeira delas diz respeito a possíveis consequências de ingressar com ação na Justiça para obter seus direitos. Conforme abordado na fala de Camilo entrar na justiça para esses sujeitos “poderia” significar a exclusão do mercado de trabalho regional. Quando me

¹⁵⁰ SILVA, F. T. “Entre o acordo e o acórdão: a Justiça do Trabalho paulista na antevéspera do golpe de 1964”. In: GOMES, A. M. C.; SILVA, F. T. A Justiça do Trabalho e sua história. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

¹⁵¹ Ibid. p. 47.

¹⁵² Ao abordar minimamente o processo de formação da Justiça do Trabalho e do Direito do Trabalho, teve-se como ideia minimamente situar o leitor sobre o processo de formação desse tipo de instituição. Por conta do tempo, e do espaço, elencar todo o processo que envolve as modificações que a Justiça do Trabalho sofre, seja no período da ditadura militar, seja no período posterior, com a extinção da Estabilidade Decenal e criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) tornaria o texto excessivamente longo. Deste modo, ressalto a existência de inúmeras produções na área da história, das quais pode-se citar as produções de pesquisadores como Fernando Teixeira da Silva, Ângela Maria de Castro Gomes, Rinaldo José Varussa, entre outros autores que possuem produções que versam sobre a questão.

refiro a essa questão, estou mencionando a prática das listas negras, em que ocorria a discriminação de trabalhadores que optaram por exercer seu direito e ingressarem na justiça. Esse ponto pode ser materializado também nas falas veiculadas pela comissão liquidante da cooperativa, quanto à preferência da Coamo (que estava assumindo a estrutura da Coopagro em 1995) em contratar trabalhadores que não tivessem entrado com ações contra a Coopagro.

Nesse sentido, convém estabelecer algumas questões, quanto à decisão dos trabalhadores entrarem na justiça, ou mesmo procurarem advogados, questiona-se: todos os trabalhadores entraram na justiça? Houve acordos/conciliações entre os trabalhadores e a cooperativa? Quais as possíveis experiências dos trabalhadores com a Justiça? Como percebem a demora no pagamento de suas ações?

Quanto à primeira questão, seguramente a resposta é não. Para além do relato de Camilo, consegue-se verificar essa questão também a partir de análise preliminar do número de reclamações levadas à Junta de Conciliação de Julgamento¹⁵³ de Toledo. Essa documentação em um primeiro momento possibilitou entender quantos processos foram movidos contra a Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste¹⁵⁴. Desse modo, temos os seguintes dados quanto ao ajuizamento de ações, distribuídos por ano¹⁵⁵:

¹⁵³ Pode-se observar que, conforme o Decreto-lei 1.237/1939, que procede à criação e organização da Justiça do Trabalho no Brasil, a composição/organização das Juntas de Conciliação de Julgamento, que possuíam um Juiz Trabalhista que era o presidente, além das figuras de vogais classistas, sendo esses: o Vogal do empregadores, que representava os patrões e o Vogal dos empregados que representava os trabalhadores.

¹⁵⁴ Os processos que remontam o início da década de 1990 não estão digitalizados e assim como aconteceu em outras Juntas da região, foram remetidos após o seu término a Londrina no Setor de Arquivos, Gestão Documental e Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Da massa documental que envolve os processos de trabalhadores contra a Coopagro foram consultados 132 processos de um total de 256 processos disponíveis, perfazendo um total de 51,5% do total de autos.

¹⁵⁵ Nesse ponto, soma-se ao total às ações ajuizadas na região Noroeste do Paraná que totalizam em 1994 um total de 131 ações ajuizadas, somadas às da região de Oeste, tem-se um total de 387 autos trabalhistas. Da totalidade de trabalhadores que a cooperativa empregava até o início da década de 1990, cerca de 2.000 empregados de forma direta, a parcela representa um número “relativamente pequeno” de demandas individuais.

ANO	QUANTIDADE DE PROCESSOS	PERCENTUAL
1990	4 processos ajuizados	1,5%
1991	3 processos ajuizados	1,1%
1992	5 processos ajuizados	1,9%
1993	65 processos ajuizados	25,3%
1994	76 processos ajuizados	29,6%
1995	60 processos ajuizados	23,4%
1996	32 processos ajuizados	12,5%
1997	10 processos ajuizados	3,9%
1998	1 processo ajuizado	0,3%
TOTAL	256 processos	100%

Quadro 1 – Número de autos trabalhistas envolvidos contra a Coopagro

Fonte: Produzido a partir de relatório de Autos trabalhistas referente à Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste (Coopagro).

A primeira questão que se pode desvelar diz respeito à quantidade de processos, ao elencar estes, estamos nos referindo ao “total” de ações ajuizadas, o que permite perceber que já em 1990 ocorriam disputas levadas por trabalhadores à Justiça do Trabalho. Essas ações, pela quantidade, poderiam representar querelas que estavam em uma “certa normalidade”, quanto ao ajuizamento de ações por conta de direitos sonogados. Essa consideração em certa medida é posta, pois, no início da década de 1990 ainda se noticiava a atuação de uma cooperativa “imune às crises” do período. Outro ponto que pode ser ressaltado diz respeito à quantidade de ações por ano, após uma observação da tabela anterior, pode-se perceber que as ações são em maior número nos anos de 1993, 1994, 1995 e 1996, respectivamente, 65, 76, 60 e 32 reclamações trabalhistas. Por fim é importante notar que esses processos se referem a Junta de Conciliação de Julgamento de Toledo, não sendo computados as ações tramitadas em outras Juntas como a de Umuarama. A partir da disposição desses processos pode-se formular algumas considerações: i) de 1990 a 1996 ocorre a despedida de boa parte dos trabalhadores da cooperativa; ii) nesse período a Coopagro passa pela crise discutida no capítulo 2 e desmobiliza seu capital.

Nesse ínterim, ocorre a entrada na justiça de diferentes trabalhadores dispensados e a Coamo assume a estrutura da Coopagro, ocorrendo declarações de que só seriam contratados trabalhadores que não tivessem litigado contra a cooperativa. Esses aspectos permitem formular uma primeira hipótese: os trabalhadores avaliam as “possibilidades” de entrar com ações contra a Coopagro e nesse sentido, o entrar na justiça possui sua própria história. Ao me referir a essa questão, penso que a decisão de entrar na justiça, partindo da ação dos trabalhadores, motivado por diferentes fatores, possui uma experiência singular a própria inerente a cada sujeito que vivenciou o processo. Entender, analisar e problematizar a entrada na justiça, ou a não entrada devido a questão como as “listas negras”, implica compreender que tal processo é marcado por uma miríade de experiência e percepções de diferentes sujeitos;

Outro ponto, sobre o qual podemos estabelecer algumas considerações, diz respeito aos possíveis acordos entre as partes mediadas pela Justiça do Trabalho e pela conciliação realizada. Quanto a essa questão, no processo do trabalho a mediação aparece como uma forma de tornar o processo mais célere, em que a sistemática dos procedimentos busca instigar as partes da disputa a uma possível situação conciliatória. Pode-se perceber já na concepção da Justiça do Trabalho, a conciliação em determinados momentos como obrigatória, conforme pode-se perceber na leitura dos artigos 846 e 850 da CLT¹⁵⁶. Neste ponto, uma outra hipótese que pode ser proposta: quanto à entrada dos trabalhadores na justiça, seria a aceitação de acordos, que “podem” não ter sido vantajosos, por receio de ser exposto à prática das listas negras. Infelizmente essa hipótese é de difícil confirmação, pois a documentação encontrada não abarca grande parte dos acordos realizados em audiências de conciliação. Quanto às conciliações e documentos que versam sobre o assunto, teve-se o acesso indireto a esta documentação. Quando em consulta a processos trabalhistas, foi encontrada nos anexos a reclamação trabalhista do trabalhador Albino Cogo¹⁵⁷. Ele foi responsável pelos recursos humanos da cooperativa por determinado período, e nos anexos da reclamação trabalhista desse sujeito estão presentes diferentes termos de conciliação em que o trabalhador participou das audiências representando a cooperativa como a figura do requerido. Deste modo, pode-se perceber que foram realizados acordos entre trabalhadores e cooperativa em determinado período, no entanto, somente de forma indireta temos acesso a essa questão.

¹⁵⁶ Art. 846 - Aberta a audiência, o juiz ou presidente proporá a conciliação. e Art. 850 - Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão.

¹⁵⁷ O processo deste trabalhador será retomado posteriormente.

Quanto ao processo desse trabalhador, o mesmo trabalhou de abril de 1972 a maio de 1993, perfazendo 21 anos de serviço na Coopagro como supervisor de administração pessoal. Em seu pedido o mesmo requisitava o pagamento dos seguintes direitos sonogados: i) URP de Fevereiro de 1989; ii) Equiparação salarial, expondo que outro trabalhador que exercia função semelhante, com mesmas atribuições ganhava 30% a mais que Albino; iii) integração de gratificações; iv) diferenças de adicional por tempo de serviço; v) integração de salários *in natura*, essa se refere aos vales fornecidos pela cooperativa no valor de 10 % da remuneração do trabalhador; horas extras e reflexos, o trabalhador expôs o não pagamento de horas extras realizadas a partir de 1990, quando duas ou três vezes por semana era obrigado a comparecer em audiências trabalhistas como preposto da Coopagro¹⁵⁸; vi) FGTS e reflexos; vii) Descontos ilegais, referentes ao pagamento de parcelas ao CCRC e a um seguro de vida¹⁵⁹.

O processo de Albino em seus anexos fornece termos de audiência de conciliação na qual Albina exerceu as funções de preposto da cooperativa. Nesse sentido, Albino em 1991 participou de 12 audiências de conciliação com 9 conciliações entre as partes e 3 rejeições. Em 1992 participou de 10 audiências de conciliação, com 7 conciliações em 3 rejeições. Em 1993, ano que o trabalhador foi demitido e entrou com reclamação trabalhista, ele participou de 11 audiências de conciliação as quais resultaram em 8 conciliações e 3 rejeições. Na prática da conciliação, possivelmente ocorria um acordo entre as partes antes do início do processo, quando o trabalhador aceitaria um acordo pecuniário e abriria mão de alguns de seus direitos.

Dos processos acessados, quanto a direitos sonogados pela cooperativa em consulta aos autos de reclamações trabalhistas temos as seguintes incidências: 109 vezes referentes a horas extras, seja no sentido de não pagamento, pagamento com percentual inferior ou solicitando o pagamento de reflexos; 46 vezes referente ao pagamento de abono por tempo de serviço, reflexos do abono do tempo de serviço, essa gratificação era incluída em convenções coletivas e estava presente no plano de cargos e salários dos trabalhadores; 98 vezes referente ao FGTS, seja referente a multas sobre o valor ou referente ao pagamento em valor inferior ao que deveria ser depositado pela cooperativa; 70 vezes referentes a descontos ilegais, esses se referiam a contribuição para manutenção do Coopagro Clube Recreativo Cultura (CCRC), e ao seguro de vida, os quais eram descontados em folha sem anuência expressa dos trabalhadores, violando,

¹⁵⁸ Página 6 da reclamação trabalhista. Nesse ponto, pode-se perceber que possivelmente os trabalhadores da cooperativa começaram a ser despedidos já em 1990, dois anos antes da assembleia de liquidação.

¹⁵⁹ Quanto ao último ponto, é possível que os trabalhadores no ato de sua admissão tivessem que preencher os formulários de desconto com prazo para admissão no emprego.

segundo exposto nos processos a intangibilidade do salário¹⁶⁰; 27 vezes referentes ao descumprimento de convenções e acordo coletivos, solicitando o pagamento de multas; 3 vezes referentes à anotação em Carteira de Trabalho, nesses casos ocorre a falta de registro de trabalhadores por determinado período, como relatado por Gilmar, ou solicitando a anotação em carteira de determinadas vantagens ou situações que não estavam sendo incluídas; 8 vezes referentes ao aviso prévio, nesses casos ocorre o não pagamento do aviso prévio e o não pagamento de valores referentes a esse; 33 vezes referentes ao adicional de insalubridade, o qual em determinados casos não era pago, quando em outros era pago com adicional inferior, além de serem solicitados o pagamento dos reflexos em 13º salário, férias e afins; 29 vezes referentes ao adicional noturno; 7 vezes solicitando o pagamento de multa prevista no artigo nº 477 da CLT¹⁶¹; 7 vezes referentes a domingos trabalhados e não compensados; também dentro das reclamações trabalhistas, fruto da situação econômica do período existe a reclamação da correção de verbas referentes ao inflação de 1987 com 13 pedidos, 80 pedidos referentes ao URP de junho de 1989 e 51 pedido referentes ao IPC de 1990¹⁶²; 1 pedido de rescisão indireta; 1 pedido de reintegração; 1 pedido de nulidade de contrato; 1 pedido de pagamento executado por fora. Além desses pedidos, pode-se somar cobranças quanto a diferenças salariais entre trabalhadores que realizam as mesmas funções e a cobrança de adicionais e gratificações a serem incorporadas nos vencimentos dos trabalhadores.

A composição dos processos, dado a sua amostra, uma vez que, conforme já exposto, pelo tempo, não permite uma análise mais detalhada de todos os pedidos, o que limita de certo

¹⁶⁰ Art. 462 - Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.

¹⁶¹ Art. 477 - É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja êle dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.

¹⁶² Quanto ao Plano Collor I (março/1990), é de 84,32% fixado com base no índice de Preços ao Consumidor (IPC), conforme disposto nos arts. 10 e 17, III, da Lei 7.730/89, o índice a ser aplicado no mês de março de 1990 aos ativos financeiros retidos até o momento do respectivo aniversário da conta; ressalva-se, contudo, que devem ser atualizados pelo BTN Fiscal os valores excedentes ao limite estabelecido em NCz\$ 50.000,00, que constituíram conta individualizada junto ao BACEN, assim como os valores que não foram transferidos para o BACEN, para as cadernetas de poupança que tiveram os períodos aquisitivos iniciados após a vigência da Medida Provisória 168/90 e nos meses subsequentes ao seu advento (abril, maio e junho de 1990). REsp 1147595/RS, Tema Repetitivo 301 Quanto ao Plano Bresser (junho/1987), é de 26,06%, percentual estabelecido com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), índice de correção monetária para as cadernetas de poupança iniciadas ou com aniversário na primeira quinzena de junho de 1987, não se aplicando a Resolução BACEN n.º 1.338/87, de 15/06/87, que determinou a atualização dos saldos, no mês de julho de 1987, pelo índice de variação do valor nominal das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN). REsp 1107201/DF, Tema Repetitivo 303.

modo um exame mais detalhado de determinadas questões. No entanto, pode-se expor algumas situações a partir desses pedidos. A grosso modo, a primeira delas diz respeito aos direitos concernentes a horas extras. Dado o regime de trabalho, os trabalhadores, principalmente os que lidavam com o recebimento de grãos e entrega de insumos em determinados períodos, laboravam de forma extraordinária e por vezes não recebiam o valor correto em suas remunerações. Quanto aos direitos cobrados referente à inflação de 1987, URP de 1989 e ao ICP de 1990, são questões que dão conta do contexto do período em questão, com as sucessivas trocas de moedas e hiperinflação e as tentativas de estabilização da economia marcadas, por exemplo, pelos Planos Verão, Bresser e Collor. A que se lembrar que durante esse período, a Coopagro construiu uma narrativa que a colocava de certo modo “imune” às crises que naquele período afetaram outros setores da economia. No entanto, essa imunidade pode ser expressa pela sonegação de direitos dos trabalhadores. Esse aspecto pode ser percebido pela incidência do descumprimento de convenções e acordos coletivos, além do não pagamento de reposições inflacionárias que eram devidas por conta da legislação do período.

Antes de prosseguir, convém fazer algumas observações de cunho metodológico quanto aos processos utilizados enquanto fontes nessa pesquisa. De modo geral, a análise dos autos trabalhistas permite perceber o processo de produção de memórias e significados e, a partir da análise dessa documentação, se faz possível problematizar quanto aos seguintes objetos: i) construção de narrativas, as memórias produzidas na Justiça do Trabalho, seja em suas primeiras instâncias, como as Varas do Trabalho, presentes regionalmente, contribuem para a construção de narrativas que podem refletir experiências passadas e atuais de diferentes trabalhadores. Essas narrativas podem influenciar a forma como as disputas são analisadas e problematizadas no presente; ii) Percepção da legislação trabalhista, segundo Varussa¹⁶³ essas memórias podem influenciar a percepção dos trabalhadores e demais envolvidos nas disputas sobre seus direitos e a legislação trabalhistas. No sentido de que a interpretação das leis pode ser percebida pelas experiências passadas pelos trabalhadores e pelas memórias que esses constroem ao longo do tempo; iii) Resistência e luta por direitos, essas disputas e as memórias produzidas e interpretadas pelos sujeitos também podem alimentar a resistência e a luta por outros projetos de sociedade, influenciando as estratégias adotadas pelos trabalhadores e suas representações nas disputas trabalhistas.

¹⁶³ VARUSSA, R. J. Disputas na justiça do trabalho: memórias e histórias a partir do oeste do Paraná (década de 1980 a 2000). *Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 13, n. 2, p. 441-460, 2009.

Quanto à percepção da legislação trabalhista, o professor Rinaldo Varussa¹⁶⁴ em seu artigo expõe que esta refere-se à forma como os trabalhadores, empregadores, e demais atores envolvidos nas relações de trabalho entendem, interpretam e utilizam as leis e normas que regem as relações de trabalho. Essa percepção referente à legislação pode, de certo modo, ser influenciada por fatores como experiências passadas, contextos sociais e econômicos, bem como pela atuação de instituições como a Justiça do Trabalho. A percepção da legislação trabalhista pode impactar diretamente as práticas laborais, em situações como a que se refere à Coopagro, isso pode ser pensado no sentido que envolve a prática das “listas negras”. Os trabalhadores por vezes poderiam ter o conhecimento da legislação e dos direitos sonegados, poderiam conhecer outros sujeitos que litigam e conseguiram garantir determinados direitos. No entanto, a pressão imposta pela “possibilidade” de sofrer retaliações por garantir seus direitos, possivelmente os inibia de ajuizar ações contra a cooperativa.

Outra questão importante a ser ressaltada diz respeito à forma de atuação da Justiça do Trabalho e remonta sua criação e processo de transformação durante o período pós-1964, nesse sentido, segundo o professor Rinaldo Varussa:

O projeto de legislação tentava assim incorporar na formulação, na defesa e na justificativa, as ações implementadas pelos trabalhadores, não lhes negando a existência, mas apresentando-as como práticas a serem superadas, como reações primitivas, instintivas, já que eram resultantes de “ímpetus naturais”, para os quais, pode-se concluir, a lei firmava-se como solução racional civilizada. Desta forma, ao buscarem firmar um significado, subvertem os significados que teriam para os trabalhadores aquelas ações.¹⁶⁵

A escolha dos trabalhadores em litigar se enquadra em uma lógica em que a lei constrói uma “mediação” entre os detentores de capital e os trabalhadores em conflito e da solução que pode ser apontada como racional, a qual impõe condições mais favoráveis à continuação de determinadas práticas. E fornece aos trabalhadores, sujeitos que estão em condições desiguais condições que em determinados casos podem ser “qualificadas” com mínimas. Ao ingressar na justiça, os trabalhadores, como os da Coopagro, buscavam direitos e ingressaram na justiça, a qual deve-se ressaltar é uma justiça burguesa e possui seus limites. Sua invenção foi para mediar

¹⁶⁴ Id. p.442

¹⁶⁵ VARUSSA, R. J. **Legislação e trabalho**: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Jundiaí-SP, décadas de 1940 a 1960). São Paulo, 2002. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

conflitos de classe, e sua atuação se dá no sentido de realizar esse processo de mediação, em que ela desenvolve um papel claro que é a manutenção da sociedade capitalista¹⁶⁶.

Quanto aos processos trabalhistas envolvendo trabalhadores da Coopagro, serão analisados alguns deles. A escolha específica desses sujeitos levou em consideração questões como o tipo de pedido por direito violado. A que se ressaltar que a escolha representa uma análise das documentações e leva em conta os anexos de cada processo, fornecendo um acesso indireto a determinadas condições de trabalho e situações vivenciadas pelos sujeitos. No entanto, também se faz importante ressaltar que o conjunto de documentos reunidos referentes aos processos trabalhistas, constituem documentação suficiente para, por si, servirem de base para outro trabalho acadêmico, com outras problemáticas e objetivos. Ainda assim, a análise de determinados casos permite entender questões como possíveis práticas realizadas pela cooperativa em sua relação com os trabalhadores e possíveis formas de resistência desses sujeitos.

Deste modo, o primeiro processo a ser analisado é o de João Festa¹⁶⁷. A escolha desse processo se dá devido a implicação desse trabalhador em um possível envolvimento no desvio de verbas da Coopagro¹⁶⁸. João trabalhou na cooperativa em dois períodos distintos, de maio de 1984 a abril de 1986 e de novembro de 1989 a novembro de 1993, totalizando entre as duas passagens um total de 8 anos e 8 meses de serviços à cooperativa. Ele trabalhava como operador de mercado pleno, realizando transações de produtos agrícolas e realizando viagens para intermediar vendas de produtos, como por exemplo, fios produzidos pela cooperativa e comercializados direto com as indústrias. Na inicial reclamação trabalhista, podemos perceber algumas questões interessantes sobre o trabalho de João. O mesmo apresenta questões relacionadas a perseguição por parte da diretoria, sendo acusado de envolvimento na “Maracutaia dos 702.000 dólares” Segundo consta no auto de reclamação trabalhista:

Depois de mais de 8 anos e meio de trabalho para a reclamada, o reclamante está sendo acusado de atividades ilícitas - em prejuízo da empresa - e sendo tratada com rigor excessivo - e até abusivo - por parte de seus superiores hierárquicos [...] A partir de então, a vida pessoal e - especialmente - profissional do reclamante transformou-se num verdadeiro “inferno” [...] Estranho nesse caso, é que o reclamante foi “envolvido” no escândalo pela reclamada, foi citado no inquérito policial, teve seu nome divulgado na mídia por diretores e prepostos da demanda, foi acusado em assembleia geral da própria empresa, foi interrogado pela Polícia, mas continuou trabalhando

¹⁶⁶ Agradeço a indicação do professor Fernando Mendonça Heck nesse sentido.

¹⁶⁷ Processo nº02111-1993-068-09-00-4

¹⁶⁸ Conforme tratado no capítulo anterior.

normalmente, numa prova evidente que nada existe contra o mesmo. (grifos nossos).¹⁶⁹

As informações apresentadas na inicial dão conta de um estigmatização que o trabalhador estava sofrendo devido a um envolvimento que lhe foi imputado no desvio de dinheiro noticiado que envolveu diretores da Coopagro¹⁷⁰. Foram elencados determinados comportamentos que vinham sendo aplicados contra João, sendo o mesmo estigmatizado, em várias instâncias. Conforme o desenvolver da inicial, somos apresentados a informações que dão conta de um tratamento de ladrão que era impingido ao trabalhador. Nesse ponto, é relatada a forma como ele foi exposto pela cooperativa, e, por trabalhar com a venda de produtos, pelos agricultores cooperados. Sendo o fundamento para o trabalhador solicitar a rescisão indireta de seu contrato¹⁷¹. Não comparecendo mais à cooperativa e dizendo que entregaria seus pertences quando a audiência de conciliação fosse marcada.

Além da rescisão indireta, que acarretaria o pagamento de verbas rescisórias a João foi pleiteado pelo mesmo o pagamento dos seguintes direitos que lhe foram sonegados pela cooperativa: i) o saldo dos salários, antes de solicitar a rescisão indireta o trabalhador havia trabalhado 16 dias; ii) pagamento da URP de fevereiro de 1989¹⁷², referente ao último trimestre de 1988 que seria paga em fevereiro de 1989; iii) o pagamento do IPC de março de 1990¹⁷³, sendo solicitado o total de 84,32% de percentual sobre as verbas recebidas pelo trabalhador a contar do dia primeiro de abril de 1990; iv) diferenças de adicional por tempo de serviço, sendo esse adicional previsto em convenção coletiva que resultou no Plano de Cargos e Salários da cooperativa de 1986; v) Férias vencidas, recebidas e não gozadas, nesse ponto é exposto que o trabalhador por determinado período teve as férias pagas pela cooperativa mas não foram tiradas por ele, ficando em serviço sem o registro de ponto; vi) licença paternidade, o trabalhador pleiteava o direito de receber 5 dias em dobro pelo nascimento de seu terceiro filho, e nesse ponto é interessante notar a menção à adulteração do cartão-ponto de João em que consta que foram apagados os horários que ele trabalhou nos dias que deveria estar de licença; vii) A

¹⁶⁹ Ibid. p.4

¹⁷⁰ Conforme tratado em capítulo anterior

¹⁷¹ Artigo 483 da CLT: O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando: b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;

¹⁷² O Decreto-lei 2.355/87 que foi vigente a partir de junho de 1987, congelava os salários por 90 dias, após o que passou a reajustá-lo pela URP; Esta realiza o reajuste dos salários no trimestre seguinte para repor a inflação do trimestre anterior. Nesse ponto é interessante notar que por essa sistemática a reposição não seria feita com base no mês que era paga pois não se tinha o conhecimento da inflação daquele período.

¹⁷³ Conforme a lei 7.788/1989, o reajuste dos salários tendo como base o Índice de Preços ao Consumidor do mês anterior.

integração de salário *in natura*, essa cobrança se dava por vales compras concedidos de forma gratuita e correspondia a 10% do valor do salário do trabalhador; viii) Horas extras, sendo especificada a jornada do trabalhador, quando no período entressafra laborava por vezes uma hora a mais por dia, em que seu horário seria até as 18 horas e o mesmo ficava até as 19 horas com uma hora e meia de intervalo e no período de safras costumava trabalhar até as 22 horas com horário de intervalo não superior a meia hora, além da cobrança das horas extras decorrentes de viagens a trabalho; ix) pagamento de multa do FGTS correspondente a 11,2%. Sendo por fim pleitear a rescisão indireta e o pagamento das verbas decorrentes de violação de direitos do trabalhador.

O primeiro ponto a ser notado é que a ação foi ajuizada em novembro de 1993, período em que a cooperativa estava em processo de liquidação dos seus ativos e estava dispensando trabalhadores. A prática relatada sobre a pressão que o trabalhador sofria pode ser uma das formas da cooperativa pressionar o trabalhador, que recebia uma remuneração maior a pedir demissão do emprego e eximir a cooperativa de realizar o pagamento de verbas rescisórias. Quanto à implicação de João no envolvimento do desvio de dinheiro, no processo consta parte do inquérito policial¹⁷⁴ em que ele foi inquirido a depor sobre determinadas situações. Essa documentação é interessante pois permite, de certo modo, entender um pouco do processo de crise pela qual a cooperativa passou no início da década de 1990. A documentação produzida pela cooperativa e encaminhada à autoridade policial dá conta de uma série de questões quanto a responsabilidade de funcionários e diretores da Coopagro no desvio de valores decorrentes de uma intermediação de venda de algodão. Essa seria decorrente do pagamento por serviço que não era prestado e era pago. Nesse sentido, foi apresentada uma série de notas sobre a prestação da intermediação de vendas pela empresa Aurora Representações.

Consta nos anexos que o início do processo teria se dado em 1987 onde a partir da emissão de notas fiscais de serviços que em tese eram prestados pela empresa Aurora de propriedade de funcionário da cooperativa, que era autorizado pelo gerente de operações e tinha o pagamento assinado pelo diretor da cooperativa. São apresentados dados de 132 notas fiscais emitidas referentes ao pagamento de intermediação de venda pela Aurora, sendo informado que os dados referentes a ordens de venda e compra são maquiados ou por vezes com notas que não foram emitidas, esse processo se desenvolveu de 1987 a 1990. O relatório indica os nomes de diretores das cooperativas e gerentes de operação que realizavam e autorizavam o pagamento de verbas. Sendo por fim exposto que o valor despendido pela cooperativa, com as devidas

¹⁷⁴ A partir da página 8 do processo.

correções monetárias, seria da ordem de CR\$100.128.336,70 (cem milhões, cento e vinte e oito mil, trezentos e seis cruzeiros reais e setenta centavos. O valor, segundo exposto, equivaleria a US\$702.310,00 (setecentos e dois mil, trezentos e dez dólares). Desta feita, o que se pode notar é que o relatório não citou a figura do trabalhador João Festa como envolvido diretamente no pagamento e na autorização do pagamento de valores à empresa Aurora pela intermediação da venda. No entanto, ele foi convocado para depor e tem seu nome exposto em jornal local, conforme consta em anexo do processo:



Figura 5. Notícia sobre a Coopagro

Fonte: Processo nº02111-1993-068-09-00-4 do trabalhador João Festa

O primeiro ponto a ser notado diz respeito à exposição do nome do trabalhador e de Zacarias Perboni, esse último citado nos relatórios anexos ao inquérito policial. No entanto João em nenhum momento é citado em tal relatório, mas aparece na reportagem que informa sobre a corrupção na cooperativa, inclusive expondo outro caso, referente à venda de uma descaroçadeira de algodão em que a cooperativa desembolsou 1 milhão de dólares em um item que teria uma avaliação de 100 mil dólares. A colocação do nome do trabalhador em uma matéria sobre as investigações do caso de desvio pode ter sido seguida de outras publicações ou mesmo inserções em rádio em que o nome de João provavelmente aparecia. Essa última

colocação é apenas uma hipótese e não temos elementos suficientes para comprová-la. Outrossim, em um contexto de crise, em que, ao que se indica, o escândalo do desvio de verbas foi amplamente divulgado pela mídia local, a exposição do nome do trabalhador pode ter contribuído para o tratamento que ele expôs na inicial de sua reclamação trabalhista. Com comentário, exposição pública por parte de agricultores e pressões sofridas no sentido de pedir demissão de seu emprego.

Segue a matéria do jornal o auto de qualificação da vida pregressa, onde são descritos dados pessoais do trabalhador e características do mesmo e o seu depoimento. Nele percebemos o relato de João quanto ao fato de não ter conhecimento das práticas de pagamento em dobro da empresa Aurora e do funcionário que era seu proprietário. Segundo João esse outro trabalhador foi nomeado representante comercial da cooperativa e era proprietário da Aurora, ainda que possuísse vínculo empregatício com a cooperativa. O trabalhador ainda informou que realizou viagens com o proprietário da Aurora e que estas eram realizadas às custas desse último. Por fim, esclareceu em seu depoimento que não tinha conhecimento dos motivos por que os pagamentos não eram realizados diretamente ao dono da Aurora, porque sempre se apresentou como representante da Coopagro e não da empresa Aurora.

João foi intimado, possivelmente, por ter trabalhado em determinadas ocasiões com o dono da empresa, conforme ele citou que em algumas ocasiões viajava com ele. No entanto, como pode ser visto na carta que remeteu à cooperativa, solicitando a rescisão indireta¹⁷⁵, ocorria que o trabalhador possivelmente era implicado como participante do desvio. Segundo ele: “Desde que a Cooperativa pediu abertura de ‘Inquérito Policial’ [...] minha situação funcional ficou insustentável. Perguntam-me os vizinhos, porque continuo trabalhando se estou envolvido em atos ilegais... Desconhecidos, pelas ruas, insinuam estar passando um corrupto¹⁷⁶”. As pressões que o trabalhador sofria estavam ligadas à vinculação que seu nome possuiu no período a matérias sobre o desvio de recursos. No entanto, conforme aponta a documentação presente no processo trabalhista, seu nome não esteve diretamente associado à prática do desvio, sendo o mesmo convocado a depor, por ter em determinado período trabalhado com pessoas próximas ao escândalo.

No que tange à audiência de conciliação, foram tomados os depoimentos de João e do preposto da Coopagro. Em sua fala, tem-se um elemento interessante a ser observado no que diz respeito à jornada de trabalho. Segundo o seu relato, a cooperativa não permite o registro

¹⁷⁵ Página 118 do auto de reclamação trabalhista do trabalhador João Festa.

¹⁷⁶ Idem. p. 119.

de todas as horas trabalhadas. Apesar de o trabalhador mesmo registrar os horários no cartão ponto, quem realizava a autorização das horas seria o seu chefe imediato. Indicando “possivelmente” que o trabalhador trabalhava sem registro do ponto e não recebia as horas correntes. Essa prática pode ser observada em outros processos que pedem o pagamento de horas extras, com 109 pedidos por pagamento de horas extras. É interessante notar o aspecto relatado por João quanto ao recebimento de vales gratuitos que perfazem 10% de sua remuneração, segundo seu relato, ele recebia esse tipo de vale desde 1987 pelo CCRC. Essa prática pode estar ligada ao não cumprimento da cooperativa do pagamento de valores devidos aos trabalhadores. Possivelmente, sendo utilizada para de certa forma compensar, por exemplo, o não cumprimento da integração de valores que foram negociados em acordo coletivo. Como pode se observar em outros processos, o pedido de restituição por descontos ilegais perfaz um total de 70 pedidos das reclamações trabalhistas consultadas.

Quanto à fala das testemunhas, em parte foi exposto o não conhecimento direto dos trabalhadores de “possível tratamento ríspido” por parte dos patrões, no entanto, foi colocado como conhecimento comum a animosidade que existia entre João e os gerentes. Conforme especificado por uma delas, que teve conhecimento das pressões sofridas por João a partir de comentários. Como por exemplo, quando a testemunha cita que “Em algumas conversas ou reuniões entre associados da cooperativa no interior o depoente ouviu associados referindo-se aos diretores e empregados citados pela imprensa, entre os quais estava o reclamante, como “ladrões”. Segue a essa fala a narrativa que a testemunha não teve conhecimento de falas de diretores, empregados e agricultores quanto ao fato de associarem o trabalhador ao escândalo. Entretanto, a testemunha coloca que em determinados momentos ouviu outros trabalhadores e agricultores deixarem “transparecer” que concordavam que os envolvidos no inquérito seriam ladrões. A testemunha termina seu relato afirmando que não poderia citar nomes de quem seriam as pessoas que concordavam com essa colocação por se tratar de uma conversa de balcão.

A segunda testemunha do trabalhador colocou que tinha conhecimento do fornecimento de vales fornecidos pelo CCRC no valor de 10% do salário e que em sua opinião outros trabalhadores também o recebiam. Por fim, a terceira testemunha, trabalhador da balança, em seu depoimento, afirmou que trabalhava em períodos de safra e que remetia documentos ao trabalhador quando o mesmo ainda se encontrava na cooperativa por volta das 20 horas, e outras vezes via o trabalhador indo embora por volta das 19 horas. Também informou que não se recordava do trabalhador ter trabalhado sábados e domingos.

Por fim, tem-se o relato da testemunha da cooperativa. A qual trabalhou com João pelo período de 1 ano e 2 meses. Esta afirmou que o trabalhador geralmente trabalhava até as 18 horas e não possuía conhecimento quanto à proibição do registro de horas extras. Expondo que desconhecia os fatos de que o trabalhador estava alegando. Por fim a audiência tem seu termo, não tendo sido realizado acordo e sendo marcada audiência de julgamento para o dia 22 de abril de 1994.

Quanto aos julgamentos, foi proferida sentença que julgou o pedido do trabalhador parcialmente procedente, sendo deferido o pagamento dos seguintes itens: i) 11/12 de 13º salário; ii) 10/12 de férias com adicional de 1/83; iii) saldo salarial de 11/93, em dobro; iv) diferenças salariais decorrentes da URP de 02/89; v) diferenças de abono por tempo de serviço pago até 09/92 e integralidade do benefício desde então, com reflexos em férias e 13º salário; vi) reflexos dos vales-compras fornecidos em férias e 13º salário; horas extras, com integração em DSRs (Descanso Semanal Remunerado) e reflexos de ambos em férias e 13º salário; 2 dias de licença paternidade; vii) férias não gozadas tempestivamente, com adicional de 1/3. Ainda sendo deferido o pagamento do FGTS que incidirá sobre as verbas indenizatórias, com exceção das férias e no vale compras.

Da condenação da cooperativa, pode-se observar que alguns elementos não foram julgados procedentes, dos quais o mais patente é a rescisão indireta. No mérito, o magistrado considerou que “não há qualquer prova nos autos de falta grave cometida pela empregadora” que poderia justificar a rescisão indireta. Ao fundamentar essa questão, o magistrado levou em consideração que o trabalhador não era acusado nos autos e que o fato de ser citado no jornal não configura como uma acusação. Além disso, considerou que nos depoimentos registrados não ficaria claro o tratamento expedido contra João pelos seus superiores, sendo um depoimento vago “já que a narrativa prende-se mais às impressões da própria testemunha, do que aos fatos por ela presenciados”. Quanto a essas questões, pode-se formular algumas conjecturas. O trabalhador possivelmente estava sofrendo pressão, no entanto a materialidade apresentada e considerada colocou com uma questão de difícil caracterização. Porque, segundo consta no processo, se considerou o depoimento da testemunha vago e que “se alguma ofensa ocorreu, partiu de associados da cooperativa, e não da empresa”.

Os fatos apresentam algumas contradições que permitem supor a existência de uma pressão contra o trabalhador, resultando da vinculação dos nomes do mesmo em matérias de jornal e de rádio. A forma como o mesmo era tratado poderia ser expressa no seu cotidiano com o contato com produtores e outros colegas de cooperativa. A direção da Coopagro, “possivelmente”, se utilizava desse processo para pressionar o trabalhador a sair da cooperativa,

em tese, evitando o pagamento de verbas rescisórias. E mesmo não tendo todos os seus pedidos deferidos, o trabalhador ganhou a causa que teve seu valor atualizado em R\$18.465,64 (dezoito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos). Dado a contexto que o trabalhador estava possivelmente trabalhando, essa indenização constitui um mínimo que se caracteriza pelo aspecto pecuniário. Infelizmente não temos dados suficientes sobre esse trabalhador para analisar se o mesmo teve dificuldades para arrumar emprego, sendo vítima das possíveis “listas negras”. Por fim, os aspectos apresentados permitem, de certo modo, conjecturar no período em questão, início da década de 1990, sobre o tratamento despendido a trabalhadores. Esse pode ser caracterizado, seja como no processo que João Festa levou à Justiça do Trabalho, com acusações contra o trabalhador, seja no curso do período em que os trabalhadores eram pressionados a não litigar contra a Coopagro. Essa última questão é inclusive expressa na fala de trabalhadores como Camilo.

Outra situação a ser analisada, dentro da documentação dos processos trabalhistas, diz respeito à causa de Ademir Giordani¹⁷⁷. Seu processo apresenta elementos interessantes e que de certo modo também explicita determinados tipos de pressão que a cooperativa exercia contra os trabalhadores para forçá-los a pedir demissão. Outra questão que deve ser considerada nesse processo se deve ao fato de o trabalhador possuir estabilidade devido ao fato de ser dirigente sindical. Ademir¹⁷⁸ trabalhou durante 19 anos na função de supervisor de manutenção, atuando principalmente na oficina mecânica. Seu processo se dá em duas instâncias, a primeira é a defesa contra a acusação de falta grave. Segundo o que a Coopagro levou à justiça, o trabalhador teria se utilizado de sua função para se apropriar de material da cooperativa e comprar itens a preço irrisório. Segundo consta na documentação, protocolada pela defesa do trabalhador:

Esse inquérito existe por dois únicos motivos: PRIMEIRO porque, sendo o requerido dirigente sindical e empregado da empresa a mais de 18 anos (foi admitido em 01/08/75), interessa a requerente dispensa-lo por justa causa; SEGUNDO porque em 24/11/92 o acusado apresentou relatório onde comprovou, documentalmente, que as acusações que lhe foram dirigidas eram infundadas bem como demonstrou e apresentou documentos de uma série de irregularidades praticadas por empregados e diretores da requerente.¹⁷⁹

¹⁷⁷ Processo nº 0010200-95.1994.5.09.0068.

¹⁷⁸ O material reunido no processo de Ademir constitui fonte interessante uma vez que o processo se desenvolve cumulativo com medida cautelar devido à acusação de falta grave movida pela empresa contra o trabalhador. Trata-se de uma fonte interessante pois permite perceber e analisar determinados comportamentos da cooperativa contra seus trabalhadores, como as pressões movidas contra essas.

¹⁷⁹ Id. p.58

A empresa conduziu processo administrativo, que consta nos arquivos do processo trabalhista, que, segundo a defesa de Ademir, se caracteriza como um processo “digno da ditadura militar, sem possibilitar ao trabalhador meios de se defender”. Esse processo por sua vez ocorreu devido à acusação da compra uma sucata de carreta, da utilização da estrutura da mecânica da cooperativa para realização de serviços e do transporte do material até propriedade em Ouro Verde do Oeste utilizando veículo da Coopagro. Segundo consta, esse processo foi movido em 1992, e levado à justiça no mesmo ano, “na tentativa de forçar a demissão do trabalhador por falta grave”. Ainda segundo exposto, essa manobra da Coopagro se deve a uma “possível irritação” pelo fato de o trabalhador ter apresentado em relatório provas suficientes para determinar a sua inocência e expor determinadas práticas de outros sujeitos da cooperativa. Talvez, e se pode colocar aspas nesse talvez, o processo tenha sido movido pelo trabalhador ter exposto práticas da diretoria e de outros trabalhadores que, a título de exemplo, utilizaram o serviço de trabalhador eletricista em sua propriedade de forma gratuita. Ou mesmo quanto à utilização da mecânica da cooperativa para reparo em seus próprios carros. A esse último exemplo o trabalho cita o caso de uma testemunha arrolada pela cooperativa contra ela, que na semana anterior ao processo movido contra ele utilizou a oficina para consertar seu fusca¹⁸⁰.

O trabalhador em meados de 1993 ainda se encontrava suspenso de suas funções, sem conseguir a reintegração ao emprego, o mesmo tem a situação relatada que dá conta de uma queda em seus recursos financeiros e na sua condição social¹⁸¹. Essa questão pode ser expressa nos sucessivos recursos que a Coopagro arbitrou no julgamento da falta grave. Sendo que, em primeiro julgamento da Junta de Conciliação e Julgamento de Toledo, foi dado ganho de causa ao trabalhador. Esse primeiro processo foi arbitrado pela Coopagro em novembro de 1992. Em janeiro de 1994, ainda sem o julgamento da ação, o trabalhador entrou com uma medida cautelar cumulada com reclamação trabalhista. Nesse pedido o trabalhador expõe que o processo movido por falta grave foi julgado improcedente, devendo o trabalhador ser reintegrado, fazendo jus ao pagamento do período afastado. No entanto, a cooperativa sucessivamente promoveu recursos ao Tribunal Regional do Trabalho, chegando o litígio ao Tribunal Superior

¹⁸⁰ Duas coisas são levadas em consideração no decorrer do processo, movido em 1992 onde o trabalhador foi suspenso. A primeira delas é que a medida se deu em monta maior do que a necessária. Uma vez que a situação exposta dá conta que em 18 anos de serviço o trabalhador não teve nenhuma punição, seja advertência ou suspensão. Outra é que determinada testemunha, três semanas antes de realizar o depoimento, havia sido suspensa por realizar comentários negativos contra a empresa.

¹⁸¹ Junto com a cautelar contra o processo que lhe foi movido, o trabalhador ajuizou reclamação trabalhista. Essa questão é possibilitada por conta do artigo 292 do Código de Processo Civil que dispõe ser “permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, ainda que entre eles não haja conexão”. Lei 5.869/73.

do Trabalho. Os sucessivos recursos, em sua maioria, foram classificados como protelatórios, sendo a cooperativa condenada por litigância de má fé. Em revisão de sentença no TST, ocorreu a reforma de um item da sentença, o qual seja o desconto indevido das parcelas do CCRC e do Seguro de Vida. Essas últimas por estarem em desacordo com súmula editada por aquele tribunal (Súmula 342).

Essas questões permitem perceber a prática de pressões exercidas pela cooperativa contra os trabalhadores. A utilização de recursos por parte da Coopagro não permitia a Ademir retornar ao trabalho, ficando o trabalhador sem recursos. De instalação do processo movido pelo trabalhador até o trânsito em julgado das ações decorrem quatro anos. Em um contexto em que a cooperativa estava desmobilizando o patrimônio, levando a causa à justiça Civil. Mesmo com o trânsito em julgado de ações como a de Ademir, João e outros trabalhadores que entraram com reclamações trabalhistas, os quais tiveram ganho de causa até 1998 não haviam recebido seus valores.

Esse processo, em parte, se deve às inúmeras disputas decorrentes da liquidação do patrimônio da cooperativa. A liquidação promovida pela cooperativa foi levada à Justiça Cível¹⁸², que promoveu ação buscando sanar possíveis vícios e problemas no processo de desmobilização de capital da cooperativa. Com essa ação são reunidas pelas partes documentos que comprovam a insolvência da Coopagro, uma vez que o seu patrimônio era menor do que suas dívidas. O que se pode depreender da análise dessa documentação é: i) articulação dos trabalhadores para pressionar o pagamento de suas causas; ii) disputas entre de um lado os trabalhadores e de outro lado os credores da cooperativa.

Quanto à primeira questão, pode-se supor que em determinados momentos, os trabalhadores cansados de esperar procuram seus advogados para ver o que seria possível fazer. Essa questão pode ser proposta pois o processo movido de declaratória de insolvência civil, com tutela antecipada, foi proposto por um trabalhador. Moacir Maximino que trabalhava na cooperativa como vigilante e teve uma reclamação movida contra esta em 1995. O trabalhador solicitou o pagamento de horas extras, adicional noturno. Tendo o ganho de causa, com os direitos a horas extras e reflexos e o FGTS a ser pago pela Coopagro. O que de certo modo chama atenção é o trabalhador, de forma “individual”, ajuizar o processo de insolvência face à cooperativa. Essa iniciativa, que é difícil precisar, pode ter sido fruto de decisão entre os

¹⁸² Movida em 1997, nesse período a maioria dos trabalhadores já tinha o trânsito em julgado de suas ações e aguardava o recebimento de seus valores. Trate-se do processo nº 0000195-47.1997.8.16.0170

advogados de trabalhadores que esperavam o recebimento de suas causas e mesmo do próprio trabalhador, indignado pelo não recebimento de seus valores¹⁸³.

Quanto ao processo de insolvência civil, pode-se perceber o trabalhador levando à justiça informações que levam a decretação da mesma por parte da justiça. Nesse sentido me refiro à exposição de questões que atestam que o passivo da cooperativa era maior que o ativo da mesma. Neste ponto cito, conforme informações apresentadas pela advogado do trabalhador, o que segundo ele:

O estado de insolvência da REQUERIDA é, hoje, público e notório, incontestado mesmo [...] Conforme bem se pode depreender dos termos da referida ata, o Balanço patrimonial da REQUEIRA levantado em 31/12/96, apresentou um total de R\$ 53.266.751,57 (cinquenta e três milhões, duzentos e sessenta e seis mil., setecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e sete centavos), no ativo e um total de 53.266.751,57 (cinquenta e três milhões, duzentos e sessenta e seis mil., setecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e sete centavos), no passivo [...] Ocorre que, no balanço apresentado e aprovado, conforme atesta a anexa cópia respectiva (DOC.10), consta o ativo da REQUERIDA participações na cooperativa Cotriguaçu Ltda. da ordem de R\$ 2.410.328,25 (dois milhões, quatrocentos e dez mil, trezentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos, que o integrariam. Ditas cotas, conteúdos, conforme denunciado pela referida cooperativa Cotriguaçu, mediante petição nos autos de expediente nº4.230/96 (...) desde dezembro/94 não mais existem, dado que teriam sido absorvidas por dívidas da REQUERIDA junto a aquela [...] Como se não bastasse isso, próprio balanço mencionado (DOC.10) aponta para um patrimônio líquido da REQUERIDA, em 31/12/1996, da ordem de R\$ 34.477.286,35 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos), contra um passivo circulante, na mesma data, de exatos R\$ 86;795;090,61 (oitenta e seis milhões, setecentos e noventa e cinco mil, noventa reais e sessenta e um centavos). (grifos nossos)¹⁸⁴

No início do processo, foram anexados diferentes documentos que comprovam o estado de insolvência da cooperativa. Conforme já relatado em capítulo anterior, esse processo de desagregação do patrimônio da Coopagro, em parte se deve à ação perpetrada pela comissão liquidante. Essa tem seu afastamento homologado pela justiça posteriormente. No entanto, o que nos interessa em um primeiro momento é pensar como um trabalhador de certo modo se convence a entrar como um pedido de insolvência civil contra uma cooperativa?

Conforme exposto no decorrer do processo, entre o período de 1993, ano em que a cooperativa realizou assembleia de liquidação, e 1995, ano em que outras empresas assumiram suas atividades, o patrimônio da cooperativa foi deteriorado. Inúmeros credores ingressaram na

¹⁸³ Foi realizada busca pelo trabalhador no entanto não foi possível encontrá-lo, quanto aos advogados, tentou-se inúmeras vezes buscar entrevistas com os mesmos, mas devido a agendas e ao tempo para entregar a dissertação não foi possível realizá-las. Esse último elemento poderá ser retomado posteriormente na produção de outro trabalho.

¹⁸⁴ Páginas 14, 15 e 16 do processo nº 0000195-47.1997.8.16.0170.

justiça para o pagamento de débitos que essa teria. Os trabalhadores, como o caso de Moacir, tinham valores a receber por causas trabalhistas que não foram pagas. O trabalhador teria verbas a receber desde setembro de 1995 que não foram pagas. Assim, de ajuizar tal ação de insolvência pode ser caracterizado como uma tentativa dos trabalhadores de preservar os valores que tinham a receber da Coopagro. Uma vez que, conforme citado na documentação, “seu patrimônio estava em franca deterioração”¹⁸⁵.

Por outro lado, percebe-se a disputa por parte dos credores da cooperativa. No decorrer do processo de insolvência civil, ocorrem sucessivos recursos, com, inclusive, a decretação de falência da Coopagro declarada em primeira instância e depois revertida em instância superior¹⁸⁶. Todo esse processo gera um atraso no pagamento dos trabalhadores, sendo que alguns aguardavam o pagamento de suas causas desde 1995. O que se pode depreender dessa questão é a disputa de pedidos de preferências de crédito. Como uma lista de credores formada, se alegava que determinados sujeitos teriam preferência, nesse caso me refiro a bancos, que realizavam operações de inversão de moeda estrangeira, em realização de financiamento às atividades de cooperativa. Por outro lado, temos os trabalhadores que possuem créditos trabalhistas preferenciais. De todo esse processo, com os referidos recursos, agravos e julgamentos, temos os trabalhadores, que em uma relação de poder, e de poder econômico, constituem o lado mais fraco da relação. E nesse sentido, como pode ser depreendido da análise de documentação são os que têm uma espera mais longa. Conforme já ressaltado anteriormente, esses sujeitos que, por vezes, passam por privações, esperam até meados de 2003 para o recebimento de suas verbas.

Haja vista a demora na liberação das verbas, com o número elevado de recursos, cabem destacar algumas questões: Os trabalhadores se organizam para pressionar a liberação de verbas? Quais as formas de pressão que estes exercem? Esses elementos serão discutidos no próximo ponto.

¹⁸⁵ As principais razões que podem ser apontadas para a insolvência da Coopagro incluem o desequilíbrio financeiro substancial entre seus ativos e passivos, e a incapacidade de cumprir com suas obrigações financeiras. De acordo com o documento, as dívidas da cooperativa excediam significativamente o valor de seus bens, caracterizando uma "insolvência real". Especificamente, foi relatado que os ativos da cooperativa, ao final de 1996, não cobririam sequer um terço de seu passivo circulante no mesmo período, evidenciando uma grave insuficiência patrimonial para cobrir as dívidas.

¹⁸⁶ A questão como a insolvência de cooperativa é tema discutido no direito. O que se alegaria é que as cooperativas não se submetem ao regime falimentar por não se tratar de sociedade empresarial. Essa temática merece um estudo aprofundado e infelizmente não é possível abordar todas as implicações jurídicas do processo de falência que a cooperativa foi decretada.

3.2 DO SUICÍDIO À GREVE DE FOME: CONSEQUÊNCIAS, ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS EX-TRABALHADORES DA COOPAGRO

O processo de espera dos sujeitos que litigam contra a Coopagro é permeado, conforme já ressaltado, por uma série de adversidades. Anos de trabalho em um emprego, sujeitos que dedicaram partes de suas vidas, a sensação de um frango saindo do galinheiro, expressada por Gilmar, possivelmente, foi compartilhada por outros sujeitos. Em um contexto regional, existia uma pressão por parte das classes dominantes contra os trabalhadores. Essa questão é materializada pelas pressões exercidas pela cooperativa contra diferentes trabalhadores, como João e Ademir. Outros trabalhadores por sua vez se viam pressionados a não processar sob o risco de serem excluídos de um mercado de trabalho regional. Camilo, por exemplo, não litiga mas antes de entrar na Coamo teve a vida investigada por essa última, conforme o mesmo ressaltou. Gilmar que durante determinado período exerceu funções de um terceirizado, e após o rompimento desse contrato de serviços pela Coopagro entra com uma reclamação trabalhista, acaba tendo que se deslocar para outros lugares.

Com o andamento da liquidação da cooperativa, pode-se perceber, por meio da análise de jornais, uma caracterização que apontava os trabalhadores como responsáveis pelo atraso no pagamento de dívidas da Coopagro. A exemplo disso temos a matéria publicada no Jornal do Oeste em 10 de janeiro de 1997¹⁸⁷ que possuía o seguinte título: Coopagro nas mãos de advogados.

¹⁸⁷ Nº 3207. Ano XIII. 10 de janeiro de 1997. *in*: Jornal do Oeste. 1997, edição 3200 à 3278. Documento nº 850 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR



Figura 6. Capa do jornal do Oeste

Fonte: Documento nº 850 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

A matéria é publicada inicialmente na capa em forma de manchete, em que são apresentadas informações sobre reunião realizada entre o procurador da Coopagro e os advogados de trabalhadores. A reunião foi realizada com o objetivo de convencer os advogados que representavam 63 trabalhadores a desistirem de um pleito, referente a um leilão de bens penhorados pela Justiça para a quitação de débitos trabalhistas. Na explicação do procurador da Coopagro, o ideal seria a realização de um leilão maior. Caso não fosse realizado o acordo, o procurador informou que seria realizado recurso ante o Tribunal Regional do Trabalho para a suspensão do leilão e manutenção do leilão deliberado pela Vara Cível.

Em um contexto em que os trabalhadores buscavam garantir seus direitos, a cooperativa buscava preservar os possíveis credores, preterindo o pagamento de verbas resultantes da condenação na Justiça do Trabalho. Tal prática visava, possivelmente, garantir um valor maior na arrecadação de leilão, no entanto, o acordo era de difícil execução uma vez que os trabalhadores aguardavam há dois anos o recebimento de seus valores. O que se seguiria a esse processo é a entrada na justiça solicitando a insolvência civil da Coopagro. O que, conforme ressaltado, foi marcado por inúmeros recursos que atrasaram o pagamento das ações trabalhistas.

Dessa questão, combinado com a prática de exclusão de trabalhadores que litigam, tem-se a ocorrência de uma tragédia. Me refiro ao suicídio de um ex-trabalhador da Coopagro, do

setor contábil. Eraldo Antunes Maciel havia trabalhado na cooperativa por 16 anos e, após sua saída, ajuizou ação trabalhista visando garantir seus direitos. Nesse ínterim, sem emprego e sem “possibilidade” de receber as verbas trabalhistas, o trabalhador cometeu suicídio. Essa questão foi relatada em edição do *Jornal do Oeste*¹⁸⁸ de maio de 2000¹⁸⁹. Quanto à questão do suicídio, antes de adentrar na análise do jornal, convém estabelecer algumas considerações sobre a temática. O estudo do suicídio em suas dimensões históricas e sociológicas tem sido objeto de pesquisa nos últimos anos por diferentes pesquisadores¹⁹⁰. Como uma temática que se constitui por análises que pautam a historicidade do processo de suicídio, formas como esse fenômeno aparece na literatura e, por ela, é interpretado. As abordagens tendem a analisar o suicídio sob um ponto de vista social, para além da visão de um fenômeno antinatural, sendo esse, consequência de um imbricado de fatores sociais, econômicos, psicológicos e políticos.

O suicídio foi tratado por Marx¹⁹¹, em sua obra, percebendo-o como um processo social, que perpassa questões inerentes à condição de opressão social que determinados sujeitos, como mulheres, por exemplo, eram submetidas. Outras questões analisadas por Marx dão conta das condições econômicas também levam sujeitos ao suicídio. O autor, a grosso modo e correndo o risco de simplificar demais a análise, ilustra o caso de um trabalhador que comete suicídio devido ao desemprego e as condições econômicas em que se encontra, se considerando um fardo para a sua família. Ainda em um contexto de opressão social, Marx aborda questões referentes às pressões de estruturas familiares, que englobam o poder arbitrário exercido dentro da unidade familiar. Faz uma crítica a uma estrutura cultural vigente, pautada em julgamentos morais e religiosos. Estes seriam de certo modo simplistas e ignoraram circunstâncias mais complexas, que envolvem outros fatores, que levam o sujeito ao suicídio. A partir dessa análise sobre o suicídio, Marx reflete sobre a natureza da própria sociedade, questionando sobre os

¹⁸⁸ A edição menciona o suicídio do trabalhador e fornece informações sobre o ocorrido a partir de entrevista com sua esposa. Procurou-se encontrar o inquérito aberto para apurar o suicídio e tentou-se encontrar membros da família de Eraldo para estabelecer entrevista. No entanto ambas as tentativas não tiveram sucesso.

¹⁸⁹ n°4260. Ano XVI, 27 de agosto de 2000. *in*: *Jornal do Oeste*. 2000, edição 4211 â 4287. Documento n° 03 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

¹⁹⁰ Neste sentido destaco o trabalho de conclusão de curso de Eloisa Roberta Decker, a pesquisa de doutorado em andamento de Lucas Eduardo Gaspar “ENTRE O SOCIAL E O MORAL: O SUICÍDIO NA LITERATURA E A SOCIEDADE DO BRASIL NA VIDADO DO SÉCULO XIX” e as pesquisas de Fernando Cesar Arnoni “O SUICÍDIO DE ADOLESCENTES NO ROMANCE AS VIRGENS SUICIDAS (1993) DE JEFFREY EUGENIDES SOB A LUZ DO PENSAMENTO DE KARL MARX E SUA OBRA SOBRE O SUICÍDIO (1846)” e sua pesquisa de doutorado em andamento “Suicídios indígenas no Oeste do Paraná”. Todos produções historiográficas realizadas e em andamento por pesquisadores formados pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em História da Uniãoeste.

¹⁹¹ MARX, Karl. Sobre o suicídio. Boitempo Editorial, 2015.

tipos de estruturas sociais que isolam o indivíduo de suas relações a ponto de estes escolherem a morte.

Em resumo, e incorrendo novamente no risco de parecer simplista na análise desta obra de Marx, ele apresenta o suicídio não apenas como uma questão individual, ou moral, mas como um fenômeno social. Este por sua vez está interligado com diferentes estruturas opressivas e as condições econômicas presentes na sociedade. Segundo Marx:

Antes de tudo, é um absurdo considerar antinatural um comportamento que se consoma com tanta frequência; o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas. O que é contra a natureza não acontece. Ao contrário, está na natureza da nossa sociedade gerar muitos suicídios [...] ¹⁹².

A situação de Eraldo pode ser classificada como um elemento presente na natureza de nossa sociedade. O trabalhador após um período de desemprego até buscou outras oportunidades, mas não as encontrava. O motivo seria por possuir causa contra a Coopagro. Na matéria publicada pelo Jornal do Oeste,¹⁹³ em agosto de 2000, foi veiculado inicialmente na capa, em formato de manchete, com um título destacado o seguinte “Caso Coopagro provoca desabafo”. Segue à matéria um texto, em que somos apresentados a entrevista da esposa de Eraldo. Nesta a senhora Tereza relatou que o trabalhador havia trabalhado por 16 anos na cooperativa e desde que ficou desempregado não conseguia mais emprego. Segundo ela, “Na hora de uma entrevista para tentar uma vaga, surgia o problema de ele estar com ação trabalhista contra a cooperativa e os empresários negavam-lhe a vaga”. A matéria completa foi publicada na página três, conforme segue:

¹⁹² Id. p.25.

¹⁹³ Ibid. p.1

CIDADE - ESTADO

JORNAL DO OESTE

Domingo, 17 de Agosto de 2006 3

Famílias querem definição do caso Coopagro

41 mil estudantes fazem as provas do Enem em 169 cidades

DA AGENCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS

CURITIBA - Será realizada hoje (17) em 169 municípios do Paraná, a terceira edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A partir das 18h, 41 mil estudantes farão as provas em 169 cidades do Estado. O resultado do exame é usado para a seleção de estudantes para as universidades federais e estaduais do Brasil.

O Paraná é o segundo Estado brasileiro em número de inscrições: 41 mil, perdendo apenas para São Paulo, onde o número de participantes chega a 172 mil. "São mais horas de prova para os professores, portanto, não há como fazer mais de inscrições", diz o chefe do Departamento de Exames Médicos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Tadeu Williams Casarim. Em seguida, estão os Estados do Rio de Janeiro, com 38 mil, Minas Gerais, com 38 mil e Espírito Santo, com um total de 17 mil inscritos.

A Secretaria Estadual da Educação sublinha 40% do valor da inscrição, baseada no valor de mais de 11 mil estudantes da rede pública de ensino. Outros 12 mil alunos responderão à prova de taxa. Em Santa

Catarina, o benefício atingiu mil alunos da rede pública e no Estado do Acre, 510 estudantes tiveram a inscrição paga pela Secretaria de Educação. Além disso, o município de São Paulo custeou a participação de uma hora e cinco minutos de uma hora e cinco minutos de aula com o Enem.

As provas serão feitas em 169 locais de prova em todo o Brasil. No

Paraná, as provas acontecerão em 169 municípios - o dobro do ano passado. São Curitiba, com cerca de 18 mil inscritos, em oito locais de prova.

APROVA
A avaliação é composta por uma prova única contendo 61 questões objetivas de múltipla escolha e uma redação. O

aluno terá cinco horas para concluir a prova. A partir das 18h (horário de Brasília) com término às 23h. Os participantes deverão comparecer aos locais de prova com antecedência de uma hora e cinco minutos e estarão com o Enem.

Os inscritos devem levar o comprovante de inscrição e documento de identidade com foto. É preciso levar ainda o cartão resposta do questionário, que será entregue de forma gratuita. O exame é individual e não serão permitidas consultas. É proibido o uso de qualquer instrumento de comunicação, calculadora ou similar.

A partir das 18h de hoje a prova estará disponível no site do Inep no Internet www.inep.gov.br.

Os resultados do Enem serão enviados pelos Correios para a casa de todos os participantes na primeira quinzena do mês de novembro, na forma de um boletim com informações do estudante, comparando-o com a média geral do país e a interpretação pontuada em cada uma das competências avaliadas. O resultado é alfabético e será remanejado somente para o participante.



Tereza: "Prometo o jornal porque esta questão deve ser esclarecida"



O marido Eraldo Maciel

DA REDAÇÃO

TOLEDO - A dona de uma pequena loja de roupas, Tereza Maciel, moradora do Jardim Esplanada, que chama por uma decisão.

O marido de Tereza, que desempenha a função de auxiliar de contabilidade na Coopagro, Eraldo Antônio Maciel, atualmente se encontra em uma situação de exclusão do mercado de trabalho.

O caso Coopagro envolve mais de 400 funcionários da cooperativa que aguardam os pagamentos. Desde que foram desempregados, a cooperativa não tem pago os salários. Na hora de uma entrevista, de repente surgiu o problema de ele estar com uma questão trabalhista e daí não conseguiu mais trabalhar e foi levado por uma

depressão profunda até que acabou se suicidando", diz Tereza.

Para Tereza, o marido não conseguiu trabalhar durante todo o período de trabalho. "Uma hora chegou a ser 10 minutos atrasado". Dois dias antes de falecer, ele encontrou em frente à cooperativa chorando. Ele me disse: "se tudo isso fosse resolvido, eu poderia começar alguma coisa hoje para poder cuidar de vocês".

De acordo com ela, os advogados informaram que os processos estão tramitando em Brasília. "Contatamos de uma empresa mais conhecida. O advogado informou que os processos estão tramitando em Brasília. Contatamos de uma empresa mais conhecida. O advogado informou que os processos estão tramitando em Brasília. Contatamos de uma empresa mais conhecida. O advogado informou que os processos estão tramitando em Brasília."

Figura 7. Página do caderno Cidade-Estado do Jornal do Oeste

Fonte: Jornal do Oeste. 1997, edição 3200 a 3278. Documento nº 850 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Na matéria são apresentadas informações quanto aos problemas causados a diferentes famílias da região por conta da demora no pagamento de ações trabalhistas. Das quais é ressaltado o caso de Tereza Maciel. Em seguida, somos apresentados à fala da mulher de Eraldo, que expõe sobre a exclusão do mercado de trabalho, por conta de ter ação trabalhista contra a Coopagro. Tereza caracteriza o marido como um trabalhador exemplar, "nunca chegou sequer 10 minutos atrasados". E conta que dois dias antes de se matar o encontrou em frente à Coopagro chorando e falou para ela "mãe, se tudo isso fosse resolvido eu poderia começar alguma coisa hoje para poder cuidar de vocês". Em seguida Tereza desaba e diz "eu sei que se tudo isso tivesse sido resolvido, ele estaria com a gente hoje".

As pressões, o processo de exclusão do mercado com a prática das listas negras, levaram os trabalhadores a situações extremas. Longe de querer caracterizar o ato de Eraldo como uma forma de resistência ou algo similar, pode-se elencá-lo como uma atitude desesperada. Eraldo possuía 3 filhos, trabalhou na cooperativa ao longo de 16, sendo, conforme classificado por sua esposa como um trabalhador exemplar, acabou penalizado por ter exercido o direito de fazer uma reclamação trabalhista. Sem emprego, possivelmente acumulando dívidas, o trabalhador comete suicídio. Sem ter acesso ao seu direito, o trabalhador é excluído duplamente, não

consegue exercer seu direito e vê sua condição social e econômica se dilapidar. Talvez, semelhante ao caso narrado por Marx, o trabalhador acaba por se sentir um peso para a família.

No período em questão, conforme relatado pela matéria do Jornal do Oeste a Coopagro acumulava dívidas, segundo consta na matéria as dívidas somavam um total de 100 milhões de reais, sendo 6 milhões em dívidas trabalhistas que envolviam, segundo a matéria 450 trabalhadores. No ano 2000, ainda tramitava ação por insolvência civil da Coopagro, com sucessivos recursos, a liberação das verbas trabalhistas se encontrava travada e isso afetava diretamente inúmeros trabalhadores. Esses sujeitos, de certo modo, possuíam expectativas, encontravam-se por vezes em condições não tão favoráveis e, nesse sentido, convém pensar de que forma tais sujeitos percebem e se organizam para tentar pressionar a liberação de suas verbas.

Antes de iniciarmos a análise dos movimentos de organização e resistência dos trabalhadores, se faz necessário estabelecer algumas considerações de cunho teórico. Deste modo, buscar-se-á entender os trabalhadores enquanto classe. Para tanto, tomo como base a obra do historiador Edward Thompson¹⁹⁴ que discute as categorias de classe e “falsa consciência”. O autor, a grosso modo, critica a caracterização convencional e estática da classe, argumentando que essa visão frequentemente abstrata e desvinculada do processo histórico real desconsidera as dinâmicas e as transformações ao longo do tempo. Ele enfatiza que a classe é uma categoria histórica, moldada por processos sociais e não algo que exista puramente em teoria ou abstração. Segundo ele:

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, daí derivando a luta de classes.¹⁹⁵

¹⁹⁴ THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência” . In: _____. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2012. p. 269-286.

¹⁹⁵ Id. p.272.

Classe e consciência de classe surgem como resultado de conflitos contínuos dentro da sociedade e são moldadas por relações de produção. De modo que compreender a classe como categoria estática e isolada do contexto de lutas de classe é um equívoco. A classe pode ser compreendida a partir do prisma da luta de classes, o qual reflete o movimento histórico e a dinâmica da sociedade, e, na qual as identidades e consciências de classe se formam e são reveladas ao longo do tempo.

Os trabalhadores da Coopagro, possivelmente, têm consciência de sua condição de trabalhadores. Entendem o processo ao qual foram submetidos, reagem de determinadas maneiras. Seja processando, seja escolhendo não processar para garantir uma fonte de renda pelo receio de entrar nas listas negras. Os trabalhadores de certo modo percebem o processo de demora nos pagamentos com uma “angústia”, anos trabalhados na cooperativa, período em que conseguem determinada “estabilidade” financeira, entram em choque com uma série de manobras perpetradas pelos detentores do capital. Seja na forma de recursos impetrados na justiça, seja a partir de negociações para abrir mão de um possível recebimento em detrimento de um leilão que favorecia mais credores. Esses últimos também estão inseridos nessa relação, com as disputas que perpetuam na justiça para saldar suas dívidas. São instituições financeiras, credores de produtos agrícolas e outras entidades que possuíam recursos a receber e impetravam recursos. Os trabalhadores, por sua vez, mesmo possuindo créditos acabavam sendo preteridos no processo.

Em meados de 2003, a comissão liquidante da cooperativa já havia sido afastada de suas funções. Nomeado síndico (administrador da massa falida) o maior credor da cooperativa, o Banco do Brasil, a questão quanto ao pagamento dos recursos estava agora no processo de liquidação do patrimônio que restou da Coopagro e da formação da lista de credores. Trabalhadores que aguardavam o pagamento, como Gilmar, já haviam por vezes circulado por outras regiões, vivendo de outros trabalhos, por vezes precários, ou dos seus poucos recursos. Gilmar comentou durante a entrevista que ficou durante 4 anos fora do município, retornando em 1999, o trabalhador começou a exercer as funções de projetista no cinema recém-aberto no município. Fato que o trabalhador se recordou com um certo tom de orgulho em sua fala “Fiquei por quatro anos ali, fui o primeiro operador”. Referente à demora no recebimento de verbas o trabalhador expõe que:

Não tinha dinheiro, porque na época, o juiz da vara do trabalho não podia pagar os empregados, porque estava se formando o quadro de credores para, então, passar a leiloar o patrimônio. Já estavam vendidos alguns bens. E a época, eu me lembro que o juiz da vara civil não havia concluído, segundo a

legação dele, não havia concluído o quadro de credores, mas sabia que os trabalhistas eram prioritários. O juiz trabalhista implorava para a liberação do valor dos empregados e não eram liberados, enquanto não se concluisse o quadro dos empregados. Isso foi ganhando, com o passar do tempo, as pessoas cada vez mais indignadas, não recebem, não recebem, não recebem, sem emprego, como eu disse. Era uma empresa onde acho que a maioria tinha a convicção de que aquilo seria *ad eternum*. Até eu morrer de velho, eu estou aqui. Eu também pensava assim.

Quando Gilmar se refere ao fato de não ter dinheiro, possivelmente está discorrendo sobre o processo arrastado por recursos e embargos, que não possibilitava o pagamento dos trabalhadores. Apesar de, segundo ele, o juiz do trabalho implorar para o pagamento dos trabalhadores, a questão estava correndo na instância cível, em que era arrolada a lista de outros credores da cooperativa. Quanto à formação desta lista de credores, há que se ressaltar que em um processo em que os créditos trabalhistas eram preferências, por se constituírem enquanto créditos alimentares, a espera pelo pagamento poderia significar a deterioração das condições econômicas e sociais dos trabalhadores. Por fim, o trabalhador novamente faz menção a um sentimento de “tristeza” quando se refere à questão de achar que a cooperativa seria algo *ad eternum*. Outros trabalhadores, possivelmente, tinham a mesma sensação.

Quando questionado se o trabalhador se recordava do caso do suicídio do trabalhador Eraldo, Gilmar cita que o trabalhador não conseguia mais emprego. “Ele ficou, como eu disse, igual a um frango fora do banheiro. Ele se perdeu no tempo, ficou estressado, depressivo, família para sustentar e tudo. Acabou, infelizmente, se suicidando”. A situação do trabalhador, como de outros, pode ser expressa no processo de indignação que as pessoas estavam tendo quanto à demora. O suicídio e outras questões que eram inerentes às disputas dos trabalhadores começaram a figurar enquanto manchetes de jornal no período. Nesse ponto há que se ressaltar uma mudança na forma com que os trabalhadores eram, de certo modo tratados pela imprensa local. De materiais que colocavam os trabalhadores como “possíveis responsáveis” pelo atraso da liquidação dos bens da cooperativa, começaram a aparecer notícias em que esses sujeitos estavam organizados e buscavam de certo modo fazer pressão para liberação de suas verbas.

Nesse sentido, posterior à publicação que relata o caso do suicídio de Eraldo, começam a ser veiculadas outras matérias onde os trabalhadores figuram cobrando valores de forma pública, organizando manifestações e realizando atos para pressionar a liberação de suas

verbas¹⁹⁶. Nesse sentido, na edição 4411 de 4 de março de 2001, somos apresentados a informações que dão conta das reclamações dos credores da cooperativa:



Figura 8. Capa do Jornal do Oeste

Fonte: Jornal do Oeste, edição nº 4411, ano XVI, 04 de março de 2001, edição 4361 a 4459. Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

A matéria publicada inicialmente na capa, com o título destacado, apresenta informações quanto ao deslindar do processo de dissolução da cooperativa, que se arrasta desde 1993. Segundo apresentado, 450 ex-trabalhadores ainda aguardam o recebimento de suas causas. Ainda apresenta que a cooperativa foi leiloada por 17 milhões de reais e que o dinheiro se encontra em conta judicial, também apresenta informações de que se trata de um processo difícil, onde não há prazo para os reclamantes receberem seus créditos. Por fim, no texto consta a fala do magistrado e do advogado de alguns trabalhadores, informando que se está trabalhando para resolver a questão o mais rápido possível. Disso podemos depreender algumas questões.

¹⁹⁶ Edições 4411, 4459, 4615, 4622, 4623 de 2001, edições 4794, 4806, 4881, 4907 de 2002 e edições 4971, 4997, 5077, 5071, 5061, 5068 de 2023 apresentam os trabalhadores, seus procuradores e outros agentes protestado, se articulando e cobrando o desfecho do caso com o pagamento de suas verbas.

Quanto a não haver prazo para o recebimento de verbas pelos credores, o mesmo pode ser entendido pela composição do processo de liquidação da Coopagro, como sucessivos recursos e embates em instâncias judiciais, por diferentes credores, o pagamento dos trabalhadores demorava.

Ainda em 2001 outras matérias dão conta das expectativas dos trabalhadores quanto ao recebimento de suas causas. Em junho de 2001 é publicada, na edição 4516, uma matéria com o título “Caso da Coopagro pode ter definição esse ano”. Nela constam informações quanto à possibilidade do pagamento das causas trabalhistas até o final de agosto. O maior credor da cooperativa, o Banco do Brasil, é apresentado pela matéria como favorável ao pagamento dos trabalhadores e que os recursos seriam suficientes para saldar as verbas trabalhistas. No entanto, apesar dessas vinculações os trabalhadores não receberam em 2001. Demorariam ainda 2 anos para que um processo arrastado por anos tivesse desfecho favorável aos trabalhadores.

No período que vai de 2001 – quando pela primeira vez foi sinalizada a possibilidade de desfecho favorável aos trabalhadores – até 2003, esses sujeitos começam a se posicionar de maneira mais efusiva para pressionar a liberação de suas causas. No final de 2001, tem-se o registro de uma “primeira manifestação dos trabalhadores”. Quanto a essa informação, temos acesso a partir de matéria publicada no Jornal do Oeste em novembro de 2001:



Figura 9. Capa do Jornal do Oeste

Fonte: Jornal do Oeste. 2001, edição 4562 à 4659. Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

A matéria publicada com o título “Ex-funcionários da Coopagro protestam no Fórum” apresenta a foto de um grupo de trabalhadores reunidos, com uma faixa, onde constam os dizeres “MAIS UM ANO ACREDITAMOS NA JUSTIÇA, NÃO QUEREMOS COMEÇAR O PRÓXIMO DUVIDANDO”. A matéria dá conta da manifestação dos trabalhadores cobrando um desfecho da justiça para o pagamento de suas causas que já tinham causa favorável na Justiça do Trabalho e ainda aguardavam a decisão da Justiça Cível. Também consta a fala do magistrado, responsável pelo processo de liquidação da cooperativa que entende a ansiedade dos trabalhadores, mas reafirma sua posição de não precipitar etapas, para não causar um prejuízo ainda maior. O magistrado ainda pontuou que considera “razoável” formar um quadro de credores.

Quanto a essas questões, podemos pontuar o seguinte: entender a ansiedade dos trabalhadores em receber seus valores é no mínimo algo arbitrário a ser dito. Sujeitos que dedicaram partes de suas vidas a serviço da cooperativa tiveram direito sonogados, disputaram esse direitos na justiça e os ganharam, mas não os receberam. Esperam há quase 10 anos o deslinde da causa, esperam pela justiça e em alguma medida “acreditam” na solução de suas

causas pela justiça. E ouvir que se entende a ansiedade é em alguma medida algo que os fere em todos os sentidos, e reitera a relação que coloca a justiça como uma justiça de classe, que em certa medida prioriza a formação de credores, que são detentores de meios econômicos, enquanto os trabalhadores, por vezes, são privados do mínimo. Não acham empregos, se veem obrigados a vender seus bens, e em casos extremos se suicidam. A indignação e a necessidade são compreensíveis para esses sujeitos, tornando-se difícil de expressar em palavras dentro de uma escrita acadêmica.

A espera pelo pagamento das ações é acompanhada de outros protestos e pode-se perceber a organização da classe trabalhadora para pressionar a justiça e os maiores credores da cooperativa a realizar um acordo para a liberação de suas verbas. Conforme ressaltado anteriormente, em um período de dois anos, esses trabalhadores realizam sucessivas manifestações e tentam de diferentes meios pressionar. Neste sentido, pode-se elencar o maio de 2003 como um ponto de inflexão nesse processo de organização e pressão exercido pelos trabalhadores. Nesse sentido retomo o início deste texto em que citei o primeiro contato com a temática da Coopagro. A notícia de uma greve de fome em 2003, é significativa para pensar e estruturar essa pesquisa. A saída dos trabalhadores, fazer a greve, é um processo que foi marcado por privações e disputas, onde esses sujeitos tentavam em alguma medida conseguir o que lhes era de direito.

Gilmar, que teve uma trajetória marcada por mudanças de local, desemprego, venda de sua casa, narrou em sua entrevista esse processo. A que se considerar, e esse aspecto é de suma importância, que o trabalhador, ao narrar esse processo, está atualmente em outra posição. Advogado, estruturado há alguns anos no município de Toledo, o trabalhador, possivelmente, estrutura sua narrativa dada as suas condições atuais, em um ato de recordar, ele interpreta o processo que experienciou. E nesse sentido, ele narrou o seguinte quando questionado sobre a greve de fome em 2003:

Na verdade, eu intitulei isso. Não sei de onde tirei forças e nada, mas injuriado com a situação pelo fato da não liberação do dinheiro que já estava em caixa no Banco do Brasil há muito tempo. Da alienação dos bens, leiloados, enfim. Não importa aqueles valores, mas foram leiloados. E leilão a gente sabe que hoje, se não houver arremate na primeira praça, na segunda praça pode ter um desconto de vinte, trinta por cento, às vezes até cinquenta, não menos que seria preço vivo. Mas enfim, havia dinheiro, sim. Se não me engano, na época, cerca de dez, doze milhões de reais ou mais. E esse dinheiro não era liberado. Então antes disso, eu tenho todos os jornais guardados. Nós já articulamos algumas manifestações, inclusive na frente do escritório do Dr. Fabiano Bordignon, com todo o respeito, um excelente advogado, um amigo, mas ele era o advogado na época, administrador, e ele fazia o papel dele. Não

era culpa exclusivamente dele, mas nós entendíamos que sim. E aí nós acampamos, fizemos manifestações com faixas na frente do fórum por várias vezes, até que por fim eu decidi, eu decidi, por conta e risco, que queria fazer greve de fome, caso não saísse dinheiro. E eu já trabalhava no cinema ali do shopping. Isso foi no dia primeiro de maio, chuvoso, frio. Um amigo levou numa caminhonete uma barraca na frente do fórum e o magistrado, todos já sabiam de que isso poderia ser deflagrado a qualquer momento, porque nós fizemos várias manifestações. (...) Conversei com vários ex-empregados, avisei minha advogada, amanhã sem falta estarei acampando na frente do fórum! Junto com mais outros colegas. No começo foi um tanto difícil, porque o colega que levou a barraca até lá em uma caminhonete, jogou a barraca em cima da grama lá e sumiu. Todo mundo, que eu falo as pessoas, tinha o receio que aquilo resultaria em violência da polícia, apanhar da polícia, prisão, etc. E eu não me intimidei! Montei a barraca sozinha e logo veio um daqui, um dali, olhando de longe, foram chegando. (...) E acampamos, ficamos ali, a duras penas. Eu lembro que eu tinha uns cartazes de plástico lá do cinema jogados na grama, no chão, falta de criatividade até, né? E chovia e a água entrava por baixo, era muito frio, muito difícil, colchonetes ali pra dormir e tal. E desestimulamos aqueles mais velhos, mais idosos, a desistiram, porque teriam princípio de pneumonia, etc. e tal. Depois veio a ideia. Eu tenho um irmão que tinha um posto de lavagem e lá tinha muitos pallets de madeira. Aí, vamos lá, carregamos nesse caminhão trator vários pallets, fizemos um assoalho ali, pronto, perfeito. E lá ficamos. Lembro bem que no início de, era 1º de maio, início de junho.

Gilmar narra o processo de organização da greve de fome. E reafirma o conhecimento das partes sobre a possibilidade desse processo acontecer. O trabalhador possivelmente estabelecia contato com outros trabalhadores que passavam por situações difíceis e necessitavam do desfecho de suas causas. Quanto às manifestações que ele fala que foram realizadas anteriormente, a referência é a um protesto, em frente ao escritório do advogado do maior credor da cooperativa. Os trabalhadores se reuniram com narizes de palhaço em frente ao escritório deste último e realizaram um protesto. Outro ponto a ser ressaltado era o medo de uma possível repressão policial. Em uma manifestação realizada em frente ao poder judiciário a possibilidade desses sujeitos serem retirados à força era grande. No entanto, conforme sua fala, ele não se intimidou. O fato de Gilmar se colocar como organizador pode ser referido a uma interpretação que ele faz do processo. Possivelmente o trabalhador estava amparado por outros colegas e advogados, sendo nesse sentido a representação escolhida por estes para fazer frente à manifestação.

Outro fato relevante foi a data escolhida para o início do processo, o 1º de maio, Dia do trabalhador, quando trabalhadores se reúnem para protestar em frente ao fórum para buscar seus direitos. Gilmar expõe que fez greve de fome durante sete dias, sendo posteriormente hospitalizado por conta de uma pneumonia o trabalhador ainda relembra que “Não sei se morreria ali naquele dia ou não, mas aí tinha júri, ainda era na frente do antigo tribunal de júri,

tinha júri, aí chamaram os bombeiros e eles foram lá e me levaram e eu fui internado, hospitalizado, tomei dois litros de soro, um cada braço ao mesmo tempo”. Mesmo com a internação, o trabalhador expôs que sentia vontade de retornar ao acampamento. Fato que aconteceu posteriormente e segundo ele, o acampamento em frente ao fórum duraria 60 dias, até que saiu o acordo que liberou as verbas dos trabalhadores.

Diferentes meios de comunicação realizaram a cobertura da greve de fome dos trabalhadores da Coopagro. Conforme relatado pelos trabalhadores, os repórteres apareciam para realizar entrevistas, seja de rádio ou de tv¹⁹⁷. A greve de fome foi relatada pelo Jornal do Oeste, que em uma série de matérias expôs a situação dos trabalhadores e suas demandas. As matérias do jornal não cobrem o início da greve de fome, sendo a primeira vinculação de notícias datada de 4 de maio, três dias após o início da manifestação. Na edição nº 5055 de 04 de maio de 2003, consta matéria, em formato de quadro, realizando menção à manifestação dos trabalhadores. Inicialmente se percebe que a cobertura de determinados meios de comunicação regional não enfocou o ato dos trabalhadores¹⁹⁸. A matéria citada aparece da seguinte forma:

¹⁹⁷ Quanto a essa questão, não foram encontrados registros dessas entrevistas realizadas por outros meios de comunicação. Na fala de Gilmar aparece a menção a Band News. Outros jornais como a Folha de Londrina noticiaram o caso. Possivelmente a greve de fome teve ampla repercussão regional.

¹⁹⁸ Nesse ponto a que se considerar estarmos levando em consideração um único Jornal, sendo excluída a imprensa falada e as matérias de televisão. Essas últimas, apesar do esforço empreendido em buscar mais indícios sobre suas vinculações, não obteve retorno significativo. Nesse processo, em pesquisa posterior seria interessante realizar um levantamento mais pormenorizado em periódicos de outras cidades ou mesmo buscar arquivos de programas jornalísticos de programas de TV regionais.



Figura 10. Página do Jornal do Oeste

Fonte: Extraída da edição do Jornal do Oeste nº 5055, ano XIX de 04 de maio de 2003. edição 5030 a 5102.

Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Inicialmente são apresentadas informações sobre a manutenção da greve de fome iniciada por trabalhadores na última quinta-feira (1º de maio). Os trabalhadores segundo aparece, inicialmente, na manchete já apresentam sinais de cansaço. Quanto a essa questão seria irreal achar ao contrário. Pensar em sujeitos que se despedem de seus locais e se dispõem a permanecer por determinado período em jejum e não se sentem desgastados é algo irreal. Somado ao cansaço físico, pode ser considerada a expectativa de uma possível remoção da frente do fórum e o desgaste de possíveis pressões para levar ao fim do movimento. A matéria completa foi publicada na página 3 daquela edição, ainda em forma de quadro, ocupando a parte superior da página. A matéria apresenta duas fotos, sendo uma dos trabalhadores segurando cartazes e outra de um trabalhador, Gilmar, sentado utilizando uma camiseta com os dizeres “GREVE DE FOME POR JUSTIÇA”. Esta pode ser visualizada da seguinte forma:

entanto os trabalhadores ainda permaneciam em acampados em frente ao fórum. A greve de fome, enquanto organização da classe trabalhadora foi um instrumento significativo de luta utilizado por esses trabalhadores, simbólico no sentido de colocar-se em privação de alimento para expor outra privação a que eram submetidos, a privação da justiça e dos seus direitos. Esse processo exprime uma relação de luta de classes, em que os sujeitos, segundo Thompson:

[...] se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real¹⁹⁹.

A greve a princípio teve a participação de alguns trabalhadores que se revezavam na vigília em frente ao fórum, os que fizeram greve de fome, segundo indicação foram 4 trabalhadores que mantiveram greve de fome. Gilmar entre eles e também Lídio Veronesi, Agnaldo Barbosa da Fonseca e Eduíno Mishelsen. Segundo apontado por Gilmar e por matéria do Jornal do Oeste, outros trabalhadores se dirigiam ao fórum e prestavam solidariedade aos trabalhadores. Os trabalhadores nessa situação acabaram por chamar a atenção de diferentes sujeitos por meio das tentativas de acordo e dos protestos, foi relatado que existiria um acordo a ser costurado entre os credores, a justiça e os advogados dos trabalhadores. O acordo buscava dar fim à espera dos trabalhadores e demovê-los de frente ao fórum. Uma peculiaridade dessa questão era que esta transação seria feita com um desconto de 15% dos valores. Esse processo é narrado por Gilmar que participa de reunião em que o acordo estava sendo costurado, segundo ele:

Quando aí, por fim, saiu esse acordo. O acordo estava sendo entabulado lá dentro com o Banco do Brasil, que era o maior credor e pediu quinze por cento de desconto, acho que talvez esse valor levaria o Banco do Brasil a falência, talvez, se não me engano, pediram quinze por cento e foi concedido. Porém, a gente não sabia que esse desconto de quinze por cento era em cima do valor original congelado há dez anos antes. Enfim, já estava entabulando o acordo quase no final e lembrar que tinha alguém acampado lá na frente, tinha um líder, que era eu, mais outros, aí me chamaram pra participar da audiência. E lá também eu fui instruído de que estava se finalizando um acordo com desconto de quinze por cento, se nós aceitávamos. Eu falei, eu peço licença. Fui lá fora e falei, o que vocês acham de recebermos o nosso dinheiro hoje com desconto de quinze por cento? Vamos, vamos, vamos. Todo mundo... estavam ali... por fim.(....) Enfim, quando eu participei lá, voltei e falei, o pessoal concorda assim, com quinze por cento de desconto, assim, assim,

¹⁹⁹ Idib. p.272

assim. Meu valor, como eu falei, era cento e algumas coisas, cento e trinta, sei lá. Eu acabei, aí foi batido o martelo, fechado o acordo, pra nossa surpresa, depois nós fechado o acordo e tal. Se tivesse a noção de hoje que não havia transitado em julgado, voltaria atrás. Eu falava, espera lá. Congelado, não. Mas enfim, aí foi mais uma decepção, onde muitos iriam recorrer e tudo mais e tal e não fizeram. Enfim, resolvemos por isso mesmo e esse foi o fim da história.

A ironia de Gilmar quanto ao BB falir vai ao encontro da proposta de desconto realizada pelo maior credor para liberar as verbas dos trabalhadores. Um banco, com todo seu capital, exigir esse tipo de desconto, coloca os trabalhadores, privados por anos de seus direitos em uma situação de sujeição, onde o talvez não aceitar, simbolizaria a continuidade da espera. Outrossim, o fato do banco, com seu poder econômico, colocar a questão do abatimento de valor, demonstra que este age enquanto classe, enquanto detentor dos meios e do poder econômico que condiciona a liberação dos valores a um desconto, que se formos pensar pelo censo popular, não alteraria a situação e o poder econômico dessa instituição. O desconto, conforme apontado seria de um total de 15% dos valores originais, segundo Gilmar, foi naquele momento interpretado pelos trabalhadores como algo positivo. Do desgaste da greve, dos anos de espera, a possibilidade de conseguir a liberação de suas verbas anos após sua saída da cooperativa se afigurou a Gilmar e possivelmente aos demais trabalhadores como a possibilidade de dar fim há anos de espera.

O acordo é aceito, conforme exposto por Gilmar, após 60 dias acampados em frente ao Fórum, 7 dias de greve de fome e anos de espera, muitas vezes permeados por privações, os trabalhadores conseguem receber. Mas, fica patente na fala de trabalhadores um possível ressentimento referente aos descontos. Segundo Gilmar, se naquele período ele tivesse consciência de que a ação da Coopagro ainda não havia tramitado em julgado, o mesmo teria negado o acordo. Essa visão, por parte do trabalhador, pode ser explicada em partes pela atual ocupação do mesmo. Em parte também por que o trabalhador após o recebimento toma ciência que de os valores poderiam ser outros, sem o referido desconto e de forma mais benéfica aos trabalhadores. No entanto, apesar de todo esse processo, os trabalhadores se organizaram e conseguiram, de certo modo, o que motivou o seu movimento.

Em um processo permeado por avanços e recuos, tragédias como o suicídio de um trabalhador, organização de manifestações e mesmo da greve de fome, é possível perceber algumas questões. Os trabalhadores se organizam, entendem o processo que de certa forma lhes é impingido com as restrições movidas pelas classes dominantes, lutam para conseguir seus direitos. Percebe-se portanto a luta de classes, colocando de um lado sujeitos em condições

adversas, que nas palavras de Thompson “suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe²⁰⁰”.

CONCLUSÃO

O trabalho e a experiência na cooperativa perpassaram a vida de diferentes sujeitos durante as décadas de 1970-1990. Sua estruturação e atuação durante esse período foi marcada por sucessivas expansões e ampliações, chegando até a região noroeste do estado. Com esse processo, a Coopagro empregou uma mão de obra considerável, chegando até o início da década de 1990, empregando aproximadamente 2 mil trabalhadores diretamente, fora os trabalhadores indiretos.

Do desenvolvimento e atuação da cooperativa, pode-se perceber o processo que levou a construção de uma imagem de “progresso” que envolvia a atuação da Coopagro em Toledo e na região. A atuação desta e o seu desenvolvimento na região afetou diretamente inúmeros sujeitos, que durante as décadas de 1970-1980 se empregaram na cooperativa. Nesse sentido, conforme destacado, pode-se observar o envolvimento e a mobilização de quantidade considerável de mão de obra, tanto que no início da década de 1990, a Coopagro contava com aproximadamente dois mil empregados diretos.

A estruturação da cooperativa e a forma como esta atuou na região contribuíram para que a mesma “criasse” uma imagem que a atrelava ao progresso. Os trabalhadores, empregados e submetidos a um regime de trabalho que oferecia padrões de salário consideráveis, além de benefícios, construíram sua trajetória de trabalho e de vida na cooperativa. Eles tinham, ao que parece, uma visão de relativa estabilidade de seus empregos. Essa questão é fruto, em partes, da forma como a Coopagro estruturou sua atuação e promoveu sua imagem na região, além das condições de trabalho ofertadas aos trabalhadores. Essas últimas, em partes, se revestiam de critérios de impessoalidade, em que os sujeitos teriam acesso a condições remuneratórias melhores em determinados casos. Outras vantagens que estavam associadas ao emprego davam conta de benefícios como médicos e a possibilidade de realizar compras a prazo nos mercados que a cooperativa mantinha.

²⁰⁰ Id. p.272.

A atuação da Coopagro na região, sua estruturação e a relação com os agricultores e a economia da região, se constituem em si como um objeto de pesquisa à parte e podem ser desenvolvidos em futuras pesquisas de forma mais detalhada. Quanto aos trabalhadores, o que se percebe é que esses sujeitos, durante o período de sua atuação na cooperativa, construíram uma visão de uma empresa que lhes possibilitava uma estabilidade de emprego e o auferimento de um rendimento considerável. No entanto, as relações de emprego e a atuação da Coopagro com os seus trabalhadores não era algo sem contradições, tanto que temos situações como a prestação de trabalho sem o registro de carteira por determinado período, e alguns outros casos.

Esse processo, pautado na modernização da agricultura, por uma base técnica, sem chegar a todos os sujeitos, trabalhadores e pequenos proprietários rurais, se caracterizou pela modernização da agricultura. A cooperativa ofertava financiamentos, possibilidade de capacitações e acompanhamento de profissionais para instrução de plantio e de novas técnicas de plantio. A atuação da Coopagro, vai muito além de um projeto local, pautado pelos detentores de capital, esta se insere num contexto mais amplo que teve repercussão nacional. O projeto da cooperativa, longe de ser o preconizado como uma sociedade de pessoas, tratava-se de uma sociedade empresarial, em que as perdas são socializadas e os lucros por vezes se concentram em determinados sujeitos. A falência da cooperativa representa, de certa forma, a falência de um projeto hegemônico, pautado na modernização da base técnica e que gerou a expropriação de inúmeros sujeitos de suas condições de subsistência. Pensar na forma como os pequenos produtores e proprietários rurais lidam com o processo de fechamento da Coopagro, por si só, corresponderia a uma pesquisa inteiramente nova e de suma relevância.

Quando na década de 1990, devido a fatores que envolvem o endividamento da cooperativa, associado ao contexto socioeconômico, denúncias de corrupção, temos a deliberação pela liquidação da Coopagro e a consequente demissão de inúmeros trabalhadores. Sujeitos que construíram trajetórias, experiências de vida, trabalhando na cooperativa se viram desempregados e em determinado contexto, sem uma perspectiva de adquirir outro emprego. Esses trabalhadores, quando narram esse processo, expressam em sua memória o sentimento de incredulidade, dadas as circunstâncias de fechamento da cooperativa, que era considerada uma das maiores empresas de Toledo. Avaliam esse processo como resultado de uma série de investimentos inadequados e em alguns pontos, tecem considerações quanto a práticas que a Coopagro praticava, como o sucessivo endividamento desta e a política de reinvestimento das sobras, sem realizar a distribuição aos cooperados.

Dadas as condições apresentadas e a liquidação extrajudicial, deliberada por assembleia em 1993, os trabalhadores, em sua maioria, são mandados embora. Esses sujeitos ingressam

com reclamações trabalhistas e buscam garantir os seus direitos que durante o período que ficaram na Coopagro lhes foram sonogados. Outros, por sua vez, escolhem não ingressar com ações e esse processo possui inúmeras influências. A primeira delas tem a ver com a pressão que a comissão liquidante e os grupos dominantes do município exercem sobre esses trabalhadores. Quando me refiro a essa questão, tem-se como referência a prática, materializada na fala de membro da comissão liquidante da Coopagro, que expôs o fato de haver “facilidades e preferências” para a contratação de trabalhadores que não tivessem processado a cooperativa. Essas facilidades fazem referência à contratação de trabalhadores pela Coamo, que assume a estrutura da Coopagro em 1995.

A trajetória e experiência dos sujeitos que processaram a cooperativa estiveram marcadas por um processo de desemprego, mudança de cidade e endividamento. Esses sujeitos, que tiveram suas ações ganhas até meados dos anos 1997-1998, em 2003 ainda não haviam recebido seus valores. Durante o período que vai de 1993 a 2003, estiveram sujeitos a empregos informais, alguns morando em caminhões, vendendo suas casas ou circulando por estados e regiões em busca de emprego.

Neste sentido, pode-se perceber que esses sujeitos construíram experiências de vida. Rememoram e relembram o período em que trabalharam para a cooperativa como algo positivo. E, no processo de fechamento da Coopagro, sofrem com a perda dos seus empregos. Neste ponto, os sujeitos constituem alternativas para encarar a perda de emprego: não processar, decisão por vezes tomada no âmbito de uma série de pressões externas; ou, dentro de seus direitos e valendo-se deles, litigar contra a cooperativa.

Os trabalhadores, que por anos trabalharam na Coopagro, encaram a demora do processo, o interpretam e se organizam. Do término de seus empregos à entrada em ação, esses sujeitos passam por processo de privação, com subemprego, mudanças de endereço e até mesmo o suicídio. Esse último como abordado, resultado de uma prática das classes dominantes do município de excluir trabalhadores que processavam seus antigos patrões. As listas negras resultaram em uma morte. Eraldo, que trabalhou por anos na cooperativa, processou para exigir os seus direitos e não achou mais emprego, tinha um processo. O trabalhador, sem sustento, pressionado pela sua condição financeira comete suicídio.

Outros trabalhadores sentem a demora no pagamento de suas causas na carne. Sem emprego, circulam por outros locais, vivem de bicos, à espera do recebimento de seus valores. Em um processo marcado por recursos, agravos e disputas por outros credores, os trabalhadores foram de certo modo “preteridos”. Nesse sentido, pode-se perceber que esses sujeitos não ficam parados. Organizam-se, fazem manifestações e uma greve de fome. A forma desses sujeitos

pressionarem a liberação foi impingir a uma privação. No entanto, essa não poderia ser maior do que as privações que esses sujeitos vivenciaram durante o processo de espera pela liberação de suas causas. A greve, enquanto elemento político e de luta, surtiu certo efeito, pois os trabalhadores conseguiram a liberação de suas causas. Ainda assim, com um desconto dos valores. Analisar e escrever sobre a luta desses sujeitos é buscar entender a luta de classes na região.

Por fim, há que se ressaltar que este não é um trabalho acabado, e que existem algumas questões a serem desdobradas e exploradas. A essa questão chamo atenção quanto à ausência de produções significativas que versem sobre a Coopagro. A temática possibilita uma série de discussões importantes e que contribuíram para a produção da historiografia local.

REFERÊNCIAS

- ANSART, P; DAS GRAÇAS, M. História e memória dos ressentimentos. **EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade**, v. 3, n. 5, p. 209-232, 2022.
- ADAMY, I. S. **Terra, poder e cooperativismo no Oeste do Paraná: o caso da COOPAVEL**. 2019. 274 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.
- BELL'EVER, D. J. **Terra e Trabalho: a constituição do campo e dos trabalhadores rurais em Toledo-PR (1955-1970)**. 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013.
- BEN, M. **Os “nós” da territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar: no Oeste Paranaense**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2011.
- BENETTI, M. D. **Análise da capitalização na sociedade cooperativa: o exercício da transformação do paradoxo em senso comum**. **Ensaio FEE**, v. 4, n. 1, p. 47-64, 1983.
- BOMFIM, B. C. Gênese do direito do trabalho e a criação da justiça do trabalho no Brasil. In: **Rev. TST**, Brasília, vol. 77, no 2, abr/jun 2011.
- CARVALHO, A. C. A. Plano de cargos e salários: uma ferramenta para a gestão estratégica de pessoas. **Revista de Negócios**, v. 8, n. 4, p. 71-80, 2003.
- CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CASTRO GOMES, A. **Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.
- DE ANDRADE, F. J. R. **O empoderamento da mulher: um estudo empírico da Feira do Produtor de Toledo/PR**. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e do Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010.
- DE LUCA, T. R. **A História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. *Fontes Históricas*. 3 ed. 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015. p. 141.
- DE SOUZA MELO, A. **Trabalhadores, direitos e justiça do trabalho: a construção civil em Maceió (1964-1980)**. CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2022.
- DUARTE, L. M. G.; WEHRMANN, M. E. S. F. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural**, p. 13, 2006.
- FANO, L. B. **Migrar, morar e trabalhar: histórias de vida em uma vila operária de Toledo-PR (1970-1990)**. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.
- FAJARDO, S. A ação das cooperativas agropecuárias na modernização da agricultura no estado do Paraná, Brasil. **GeoTextos**, 2016. p.209

GONÇALVES, J. S.; VEGRO, C. L. R. Crise econômica e cooperativismo agrícola: uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). **Agricultura em São Paulo**, v. 41, n. 2, p. 57-87, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J. A. **Modernização Dolorosa**. 1982. Rio de Janeiro. Zahar.

LANGARO, J. F. **Cidade, trabalhadores e história oral**: apontamentos sobre as muitas memórias da formação de Toledo-PR (1940-1990). **Tempos Históricos**, v. 21, n. 2, p. 402-433, 2017.

MELO, R. S. Discriminação, Lista Negra e Direito de Ação. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, ano 29, n. 109, jan-mar/2003.

MARTINS, J. Ex-empregados da Coopagro fazem greve de fome em Toledo. **Folha de Londrina**, Londrina, 16 nov. 2019. Economia. Disponível em: www.folhadelondrina.com.br/economia/ex-empregados-da-coopagro-fazem-greve-de-fome-em-toledo-445434.html?d=1. Acesso em: 20 abr. 2018.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. Boitempo Editorial, 2015.

MARTUSCELLI, D. E. **A transição para o neoliberalismo e a crise do Governo Collor**. in: BOITO JUNIOR, A.; GALVÃO, A. Políticas e classes sociais no Brasil dos anos 60, p. 19-65, 2000. p.21

MENDONÇA, Sonia Regina de. A Hegemonia do agronegócio no Brasil: uma construção em disputa. Espaço Plural. Ano XII. N.24. 1º semestre, 2011.

PORTELLI, A. et al. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, v. 14, 1997.

PORTELLI, A. et al. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro: vol. 1, n.º.2, 1996. p. 2.

POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, n.º 3, 1989.

REIS, M B; FLORES, C. R. O Projeto Iguazu de cooperativismo e a formação do cooperativismo do agronegócio: o caso da Cooperativa Agroindustrial Lar. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 2, p. 209 – 221, 2020.

ROCHA, E. E. R. B. **O cooperativismo agrícola em transição: dilemas e perspectivas**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP: [s.n.], 1999.

SCHREINER, D. F. **Cotidiano, Trabalho e Poder**: a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná. Toledo-PR: Editora Toledo, 1997.

SANTANA, T. M. **Sou mulher e quero participar!**: narrativas de mulheres do Conselho Municipal da Condição Feminina e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Toledo-PR (1985-2014). 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

SILVA, C. T. **Justiça do Trabalho e Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985)**: atuação e memória. Niterói: UFF/ICHF/PPGH, 2010. Dissertação (Mestrado em História).

SILVA, F. T. **Entre o acordo e o acórdão**: a Justiça do Trabalho paulista na antevéspera do golpe de 1964. In: GOMES, A. M. C.; SILVA, F. T. A Justiça do Trabalho e sua história. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria:** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”**. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2012. p. 269-286.

VARUSSA, R. J. Disputas na justiça do trabalho: memórias e histórias a partir do oeste do Paraná (década de 1980 a 2000). *Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 13, n. 2, p. 441-460, 2009.

VARUSSA, R. J. **Legislação e trabalho:** experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Jundiá-SP, décadas de 1940 a 1960). São Paulo, 2002. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

VIANA, N. Memória e sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. **Espaço Plural**, v. 7, n. 14, p. 8-10, 2006

ANEXO – LISTA DE FONTES E DOCUMENTAÇÕES SOBRE A COOPAGRO

Entrevistas de trabalhadores:

GILMAR. Entrevista concedida a Gustavo Guilherme Schneider. Toledo, 25 out. 2022. 1 arquivo .mp3 (73 min. 16 seg.).

CAMILO. Entrevista concedida a Gustavo Guilherme Schneider. Toledo, 23 mar. 2022. 1 arquivo .mp3 (39 min. 20 seg.)

Jornais de circulação regional:

JORNAL DO OESTE

Jornal do Oeste. 1984 , edição 1 à 33 . Documento nº 681 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1985 , edição 34 à 68 . Documento nº 682 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1985 , edição 69 à 144 . Documento nº 683 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1986 , edição 145 à 261 . Documento nº 684 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1986 , edição 262 à 403 . Documento nº 685 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1987 , edição 404 à 541 . Documento nº 686 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1987 , edição 542 à 684 . Documento nº 687 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1988 , edição 685 à 804 . Documento nº 944 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1989 , edição 981 à 1148 . Documento nº 657 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1989 , edição 1150 à 1224 . Documento nº 597 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1990 , edição 1225 à 1341 . Documento nº 665 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1990 , edição 1344 à 1437 . Documento nº 664 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1991 , edição 1474 à 1569 . Documento nº 481 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1991 , edição 1570 à 1659 . Documento nº 479 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1991 , edição 1660 à 1761 . Documento nº 928 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1992 , edição 1766 à 1879 . Documento nº 930 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Jornal do Oeste. 1992 , edição 1880 à 1969 . Documento nº 931 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

- Jornal do Oeste. 1992 , edição 1970 à 2065 . Documento nº 929 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1993 , edição 2066 à 2160 . Documento nº 950 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1993 , edição 2161 à 2263 . Documento nº 751 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1993 , edição 2264 à 2358 . Documento nº 951 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1994 , edição 2359 à 2458 . Documento nº 789 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1994 , edição 2559 à 2654 . Documento nº 794 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1995 , edição 2545 à 2854 . Documento nº 812 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1995 , edição 2855 à 2923 . Documento nº 811 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1996 , edição 2924 à 3040 . Documento nº 814 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1996 , edição 3041 à 3123 . Documento nº 818 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1996 , edição 3124 à 3198 . Documento nº 817 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1997 , edição 3200 à 3278 . Documento nº 850 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1997 , edição 3349 à 3416 . Documento nº 864 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1997 , edição 3417 à 3495 . Documento nº 875 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1998 , edição 3497 à 3560 . Documento nº 836 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1998 , edição 3561 à 3632 . Documento nº 821 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR
- Jornal do Oeste. 1999 , edição 3841 à 3888 . Documento nº 02 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.
- Jornal do Oeste. 1999 , edição 3889 à 3965 . Documento nº 03 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Jornal do Oeste. 2000 , edição 4063 â 4136 . Documento nº 01 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Jornal do Oeste. 2000 , edição 4137 â 4210 . Documento nº 02 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Jornal do Oeste. 2000 , edição 4211 â 4287 . Documento nº 03 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Jornal do Oeste. 2001 , edição 4361 â 4459 . Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Jornal do Oeste. 2001 , edição 4457 â 4561. Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Jornal do Oeste. 2001 , edição 4562 â 4659. Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Jornal do Oeste. 2002 , edição 4732 â 4808. Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Jornal do Oeste. 2002 , edição 4809 â 4885. Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Jornal do Oeste. 2002 , edição 4886 â 4955. Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Jornal do Oeste. 2003 , edição 4966 â 5008. Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Jornal do Oeste. 2003 , edição 5030 â 5102. Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

Jornal do Oeste. 2003 , edição 5103 â 5181. Documento s/nº Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR.

JORNAL COOPAGRO

Jornal Coopagro - 1977 à 1979. Livro 958. 472 pág. Museu Histórico Willy Barth. Toledo-PR

Jornal Coopagro - 1980 à 1982. Livro 959. 690 pág. Museu Histórico Willy Barth. Toledo-PR

Jornal Coopagro - 1983 a 1987. Livro 960. 712 pág. Museu Histórico Willy Barth. Toledo-PR

A VOZ DO OESTE

A Voz do Oeste. 1970 a 1971, edição 41 à 78. Documento nº 670 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

A Voz do Oeste. 1972 a 1973, edição 79 à 103. Documento nº 671 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

A Voz do Oeste. 1973, edição 104 à 141. Documento nº 672 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

A Voz do Oeste. 1973 à 1975, edição 125 à 198. Documento nº 674 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

A Voz do Oeste. 1975, edição 205 à 234. Documento nº 676 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

A Voz do Oeste. 1976 à 1977, edição 235 à 307. Documento nº 677 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

TRIBUNA D'OESTE

Tribuna d'oeste. 1976, edição 01 ao 40. Documento nº 670 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Tribuna d'oeste. 1976 à 1977, edição 41 ao 90. Documento nº 689 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Tribuna d'oeste. 1977 à 1978, edição 90 ao 125 . Documento nº 689 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Tribuna d'oeste. 1978 1979 , edição 126 ao 163 . Documento nº 1275 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Tribuna d'oeste. 1979 A 1980 , edição 164 ao 210 . Documento nº 690 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Tribuna d'oeste. 1980 , edição 211 ao 241 . Documento nº 965 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Tribuna d'oeste. 1981 , edição 242 ao 281 . Documento nº 1300 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Tribuna d'oeste. 1982 , edição 282 ao 314 . Documento nº 1301 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

CORREIO DO OESTE

Correio do Oeste. 1983 , edição 01 à 33 . Documento nº 679 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Correio do Oeste. 1983 A 1984 , edição 21 à 40 . Documento nº 1285 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR

Correio do Oeste. 1984 , edição 41 à 64 . Documento nº 1284 Museu Histórico Wily Barth, Toledo-PR